



MARCIO JOSÉ DOS SANTOS

Questão agrária na região de Bauru: produção desigual de espaços e territórios
através da contradição entre o agronegócio e a luta por reforma agrária

SÃO PAULO

2016

MARCIO JOSÉ DOS SANTOS

Questão agrária na região de Bauru: produção desigual de espaços e territórios
através da contradição entre o agronegócio e a luta por reforma agrária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologia”.
Orientador: Nelson Rodrigo Pedon.

SÃO PAULO

2016

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Santos, Marcio José dos.

S237 Questão agrária na região de Bauru : produção desigual de espaços e territórios através da contradição entre o agronegócio e a luta por reforma agrária / Marcio José dos Santos. – São Paulo, 2016.

117 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Nelson Rodrigo Pedon.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2016.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Reforma agrária – Bauru (SP). 4. Posse da terra – Bauru (SP). 5. Agronegócio – Bauru (SP). I. Título.

CDD 301.35098161

MARCIO JOSÉ DOS SANTOS

Questão agrária na região de Bauru: produção desigual de espaços e territórios
através da contradição entre o agronegócio e a luta por reforma agrária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologia”.
Orientador: Nelson Rodrigo Pedon.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Rodrigo Pedon (Instituto Federal de São Paulo)

Prof. Dra. Janaína Francisca de Souza Campos Vinha (Universidade Federal do Triângulo Mineiro)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (Universidade Federal de Goiás)

São Paulo, 30 de agosto de 2016

Dedico a todos os trabalhadores que lutam pela sua liberdade, em um país “onde a terra vale ouro e o ser humano algumas gramas de chumbo”, em especial a toda a militância do MST, aguerrido Movimento que oferece a luta como solução aos graves problemas sociais do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por defender, além da Reforma Agrária, uma educação pública de qualidade como um direito dos trabalhadores, assim possibilitar a milhares de jovens camponeses como eu, ter acesso à alfabetização básica e um dia ingressar na academia, mesmo que para isso tenhamos que conviver com o estranhamento das instituições, dos alunos e também de nós para com as instituições, até porque é muito recente o ingresso de trabalhadores nas universidades.

Agradeço também aos Professores engajados que defendem com muita energia esta causa. Ao meu orientador Nelson Rodrigo Pedon pela paciência, pelos desencontros, por isso agradeço pela compreensão, aos Profs. Eduardo Girardi e Janaína Vinhas que tiveram a oportunidade em dois momentos de tecer sugestões críticas e me dar pistas importantes de pesquisas.

Agradeço aos meus familiares, minha companheira Ana Paula, minha pequena Laura que se dedicaram todo este período em compreender as dificuldades, me deram incentivos materiais, psicológicos e afetos para não desanimar e superar obstáculos.

Aos meus pais João e Lourdes exemplos de trabalhadores conscientes que abraçaram a luta pela terra e nos ensinaram o bom combate contra as injustiças, lutaram para que os filhos pudessem estudar, mesmo sabendo que isso lhes causaria sobretrabalho, aos meus irmãos Aline, Selma, Judite, Eliete, Rafael e Samuel, as minhas sobrinhas, sobrinhos e cunhados e em especial a toda militância do MST.

A reforma agrária é objeto de intensa luta política, que se desenrola entre um número relativamente pequeno de grandes empresas e fazendeiros individuais, proprietários da maior parte das terras e dos meios de produção agrícolas do país, por um lado, e a grande massa de trabalhadores rurais e pequenos agricultores pobres sem-terra, por outro, expropriados ou em vias de expropriação em decorrência do processo contínuo de centralização da terra e da riqueza, promovido pelo desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Nesta luta o Estado coloca-se sistematicamente ao lado dos proprietários, procurando distorcer os objetivos e os procedimentos da reforma agrária, mesmo nos aspectos respaldados pela lei. Sendo assim, atualmente é necessário restabelecer o sentido da reforma agrária e reafirmar a legitimidade das lutas dos movimentos de sem-terras nos últimos trinta anos, isto é, na fase contemporânea da luta pela reforma agrária brasileira. (GERMER, 2007, p. 41).

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade realizar um estudo regional da questão agrária, tendo como foco a região administrativa de Bauru. Buscamos reconstruir o processo geo-histórico da produção capitalista do espaço, a gênese do capitalismo na região, suas origens e heranças deixadas para a atualidade, demonstrando que as estruturas do passado dão materialidade e sustentação às formas do presente, como o agronegócio por exemplo. O agronegócio herdou as formas do passado para seguir o curso da dominação e concentração, produzindo desigualdades econômicas, sociais, espaciais e territoriais, sendo a síntese de uma agricultura projetada para atender as demandas do capital. Este modelo de agricultura é extremamente desigual e contraditório, evidenciado através do perfil e finalidade da organização da produção agrícola, na qual subordina a produção às necessidades do mercado global. Isso levou a sucumbência e desestabilização do campesinato, que procura resistir e se reproduzir através da luta pela terra, realizada por famílias de trabalhadores que foram expropriados ou que não possuem terras para produzir, mas que lutam para se inserirem numa estrutura agrária dominada pela agricultura capitalista globalizada. Os trabalhadores quando conquistam a terra através da luta de classes, encontram o desafio de transformar suas conquistas em territórios, pois não há possibilidade de garantir suas conquistas sem produzir diferenciações espaciais e territoriais na perspectiva de projetar sociabilidades antagônicas ao capital.

Palavras-chave: Questão Agrária. Espaço. Território. Agronegócio. Reforma Agrária. *Commodities*.

ABSTRACT

This study aims to conduct a regional study of the agrarian question, focusing on the administrative region of Bauru, using as analysis tools the concepts, categories and notions of geography. In this regard we seek to rebuild the geographic and historical process of capitalist production of space, the genesis of capitalism in the region, its origins and legacies left to the present, demonstrating that the forged structures in the past give materiality and support to the present forms, such as agribusiness for example. This, inherited forms of the past to make sense to the logic of domination and concentration, producing economic, social, spatial and territorial inequalities, and the synthesis of a dominated agriculture and designed to meet the demands of capital. This model of agriculture is extremely uneven and contradictory, evidenced through the profile and purpose of the organization of agricultural production, which makes the production subordinated to global market needs. This led to collapsing and destabilization of the peasantry, which seeks to resist and reproduce by projecting the struggle for land, held by families of workers who were expropriated or that do not have land to produce, but struggling to insert an agrarian structure dominated by globalized capitalist agriculture. Those workers, when conquer the land through the class struggle, meet the challenge of transforming their achievements in actual territories, as there is no possibility to guarantee their achievements without producing spatial and territorial differences in the perspective to design sociabilities antagonistic to capital.

Keywords: Agrarian Question. Space. Territory. Agribusiness. Agrarian reform. Commodities.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo llevar a cabo un estudio regional de la cuestión agraria, centrándose en la región administrativa de Bauru. Buscamos reconstruir el proceso geohistórico de la producción capitalista del espacio, la génesis del capitalismo en la región, sus orígenes y herencias que quedan hasta hoy, demostrando que las estructuras del pasado dan materialidad y apoyo a las formas del presente, como los agronegocios, por ejemplo. La agroindustria heredó las formas del pasado de seguir el curso de la dominación y la concentración, produciendo desigualdades económicas, sociales, espaciales y territoriales, siendo la síntesis de una agricultura diseñada para satisfacer las demandas del capital. Este modelo agrícola es extremadamente desigual y contradictorio, evidenciado por el perfil y el propósito de la organización de la producción agrícola, en la cual la producción está subordinada a las necesidades del mercado global. Esto condujo al colapso y la desestabilización del campesinado, que busca resistirse y reproducirse a través de la lucha por la tierra, llevada a cabo por familias de trabajadores que fueron expropiados o que no tienen tierra para producir, pero que luchan por insertarse en una estructura agraria dominada por la agricultura capitalista. globalizado Cuando los trabajadores conquistan la tierra a través de la lucha de clases, se enfrentan al desafío de transformar sus conquistas en territorios, ya que no existe la posibilidad de garantizar sus conquistas sin producir diferenciaciones espaciales y territoriales en la perspectiva de proyectar sociedades que son antagónicas al capital.

Palabras clave: Pregunta agraria. Espacio. Territorio Agronegocios. Reforma agraria. Productos básicos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exploração do rio Feio/Aguapeí.	45
Figura 2 – Moradias destruídas dos Índios Caingangues	47
Figura 3 – Vista parcial da cidade de Bauru em 1905.....	49
Figura 4 – Despejo das 2500 famílias acampadas na fazenda Jangada, Getulina-SP	89
Figura 5 – Ocupação da falida Destilaria Guaricanga em Presidente Alves, região de Bauru.....	92
Figura 6 – Ocupação da Prefeitura de Promissão pelos assentados para reivindicar o não fechamento de escolas no Assentamento Reunidas	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área com pastagens na RA de Bauru.....	64
Gráfico 2 – Área Plantada com Eucalipto na RA de Bauru entre 1990/2015	68
Gráfico 3 – Demonstrativo da Evolução da Área Plantada com Cana-de-Açúcar na RA de Bauru.....	71
Gráfico 4 – Demonstrativo da área plantada com feijão no estado de São Paulo entre 2007 a 2015	75
Gráfico 5 – Produção de feijão na RA de Bauru entre 1983 e 2014.....	77
Gráfico 6 – Número de empresas do agronegócio com capital estrangeiro por país 2015	81
Gráfico 7 – Número de Empresas do Agronegócio com Capital Estrangeiro por Unidade da Federação 2015.	83
Gráfico 8 – Famílias em luta e famílias assentadas na RA de Bauru entre 1988/2010	91

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Representação do Estado de São Paulo em 1878.....	42
Mapa 2 – Região Administrativa de Bauru no estado de São Paulo e Brasil	52
Mapa 3 – Produção de Laranja no estado de São Paulo e na região de Bauru.....	67
Mapa 4 – Produção de Eucalipto no Estado de São Paulo e Na RA de Bauru	69
Mapa 5 – Produção de cana-de-açúcar no estado de São Paulo e na Região de Bauru	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número e área dos estabelecimentos por grupos de área total – Brasil – 2006	54
Quadro 2 – Produção de Cana para indústria na região de Bauru 2000-2010	62
Quadro 3 – Número de Ocupações e Famílias – 1988-2010	87
Quadro 4 – Municípios com Assentamentos, Área e número de Famílias na região de Bauru, 1988-2010.....	90
Quadro 5 – Número de ocupações e número de assentamentos na RA de Bauru ...	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada
DATALUTA	Banco de Dados da Luta Pela Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IEA	Instituto de Economia Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NERA	Núcleo de Estudos e Projetos da Reforma Agrária
SEADE	Fundação Estadual de Sistema de Análise de Dados
SPDR	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A QUESTÃO AGRÁRIA	18
2.1	Capitalismo e as classes sociais na agricultura	19
2.2	A questão Agrária Brasileira	25
3	PROCESSO GEO-HISTÓRICO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO NA REGIÃO DE BAURU E AS DINÂMICAS ESPACIAIS DO AGRONEGÓCIO	38
3.1	O sentido da ocupação regional	38
3.2	Caracterização Regional	52
3.3	Dinâmica espacial do agronegócio	53
3.4	Territorializações do agronegócio na região de Bauru	58
3.5	Contradição Espacial: retração na produção de alimentos básicos	72
3.6	Estrangeirização e ameaça à soberania territorial	78
4	A LUTA PELA TERRA E SUAS DINÂMICAS ESPACIAIS E TERRITORIAIS	86
4.1	A luta pela terra na região de Bauru	86
4.2	Assentamentos: O impasse Entre a Reforma Agrária Desejada e a Obtida	94
4.3	Reforma Agrária Popular, o Debate do MST	100
5	CONCLUSÃO	106
	REFERÊNCIAS	115

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade, empreender um estudo regional da questão agrária, tendo como escala geográfica a Região Administrativa de Bauru. Os objetivos traçados são: analisar o processo histórico de desenvolvimento das relações capitalistas de produção na região; as disputas espaciais e territoriais produzidas, por um lado, pelas grandes empresas do agronegócio, e por outro, pelos trabalhadores rurais e urbanos que encontram na luta pela terra a alternativa de construir espaços e territórios alternativos ao modelo do capital. Por fim, nosso objetivo também é o de apresentarmos esta dissertação como requisito para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe.

No primeiro capítulo desta dissertação, discutiremos a relação entre o modo de produção capitalista e a questão agrária, para entendermos como o capitalismo produz uma questão agrária conflituosa através da tendência histórica da supremacia da grande exploração agrícola em detrimento da sujeição e proletarização camponesa. Neste sentido, buscamos realizar uma análise histórica da questão agrária brasileira e suas adaptações às formas de organização das relações capitalistas aqui desenvolvidas, que depende de um modelo agrícola baseado na grande extensão latifundiária para a exportação de matérias-primas em vista à atenção de demandas do mercado global, enquanto os camponeses, desenvolvem processos de lutas para assegurar sua reprodução através do acesso à terra.

No segundo capítulo realizamos uma caracterização regional, com o objetivo de descrever as principais características da região, sua economia, sua população, principais cidades, localização, *etc.* Pois, qualquer trabalho referente a uma localidade necessita uma breve descrição para termos uma noção básica e nos situarmos com o objeto de estudo.

Buscamos também, neste capítulo, reconstruir o sentido da apropriação territorial da região de Bauru, sua dinâmica e conflitos, relacionando com aspectos gerais de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e da determinação de economia primária exportadora. Reconstruir o contexto na qual a expansão da agricultura cafeeira, agiu como motor econômico do Brasil em fins do século XIX e

início do século XX, assim como o importante papel do Estado no atendimento das demandas dos cafeicultores capitalistas.

No mesmo capítulo, procuramos relacionar as heranças do passado com a agricultura do presente, evidenciando como que na atualidade o agronegócio vai se desenvolver na região exatamente sobre as bases da velha estrutura agrária produzido a mais ou menos cem anos, no período da expansão cafeeira, na qual se beneficia da concentração fundiária, dominada pelas velhas oligarquias, e do modelo de desenvolvimento do capitalismo agrário na região, que a rigor não fixou uma população camponesa com o domínio de parcelas da terra. Ao contrário dominou as terras e fixou os trabalhadores nas cidades para estarem disponíveis como exército de mão de obra proletária.

Neste capítulo, buscamos demonstrar como o agronegócio ao desenvolver sua lógica concentradora, vai desestabilizando a agricultura voltada para a produção de gêneros que não estão inseridos como pauta de exportações. Enfocamos o caso da retração na produção regional de feijão, no entanto, nossa intenção é demonstrar o processo e não apenas a atividade em si.

Proporemos também uma discussão em relação ao recente processo de estrangeirização das terras brasileiras, tomando como parâmetro a internacionalização cada vez crescente da agricultura, demonstrando que o processo de dominação da agricultura por grandes conglomerados internacionais, organizados para extrair da terra gigantescas quantidades cada vez maiores de *commodities* agrícolas vai gerando gradativamente um controle do território por entidades e corporações internacionais, pondo em risco inclusive a soberania territorial, já que estas impõem seu poder para gerir o território a partir de seus interesses, coagindo inclusive comunidades e até mesmo o poder público.

No terceiro capítulo desenvolvemos uma análise da luta pela terra regional, as ocupações promovidas pelos trabalhadores, a resposta do Estado e o impacto causado na questão agrária regional. Demonstraremos que a conquista dos assentamentos através da luta, também é uma forma genérica encontrada pelo Estado de atenuar o conflito e se esquivar da necessidade de se promover uma ampla e profunda reforma agrária. Nesta mudança de foco orquestrada pelo Estado, a luta dos trabalhadores pela reforma agrária vai sendo desvirtuada para apenas uma luta por assentamento.

Por último, apresentamos o debate que o MST vem realizando nos últimos períodos que está relacionado à superação de uma concepção de reforma agrária, para a materialização de uma proposta que tenha como objetivo principal os interesses dos trabalhadores e não do capital.

2 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A QUESTÃO AGRÁRIA

A questão agrária vem se consolidando como uma importante área de investigação científica, devido sua complexidade e interferência no cotidiano da vida humana. Deixou de ser uma temática apenas da economia política e das ciências agrônômicas, e passou a fazer parte de diversos outros campos de estudo. É comum encontrarmos hoje estudos sobre a questão agrária na Biologia, na Medicina, na Antropologia, no Direito, *etc.*

A ampliação do leque científico deve-se ao fato que a questão agrária ampliou também sua interferência na vida humana. Até meados do século XX, a questão agrária era estudada principalmente para analisar o desenvolvimento e os impactos do modo de produção capitalista na agricultura; sua relação com a indústria a partir da oferta de matérias primas; a capacidade de extração de renda da terra e sua interferência na taxa de lucros; a concentração fundiária e a expropriação e proletarianização camponesa *etc.*

Hoje, além de todas as problemáticas acima citadas, a questão agrária também é estudada como elemento de destruição de culturas ancestrais; como elemento de saúde pública devido a padronização cada vez maior da produção agrícola; do uso abusivo de agrotóxicos e seus impactos na alimentação. É estudado também como tema de soberania nacional, devido a estrangeirização cada vez maior de territórios nacionais, envolvendo inclusive pesquisas no âmbito do direito interacional, *etc.* além de estudos ligados a interferência da questão agrária no aquecimento global e mudanças climáticas bem como em estudos ligados à desequilíbrios populacionais, através do alto grau de urbanização encontrados em muitos países, principalmente em economias industriais, onde a descampesinação assistiu processos acelerados de deslocamentos humanos.

Vimos como positivo a preocupação de diversos pesquisadores e dos diversos campos científicos, pois, na nossa opinião, a questão agrária assume cada vez mais um problema civilizatório, a forma como o modo de produção capitalista vem organizando a agricultura, transformando-a numa linha de produção de mercadorias, altamente padronizada, põe em xeque o equilíbrio na relação sociedade/natureza, portanto faz-se necessário a crítica e a apresentação de alternativas a esta lógica mercadológica.

Porém, é válido lembrar que a questão agrária é a síntese de muitos conflitos, e esses conflitos não se circunscrevem apenas no território, ela ultrapassa as cercas dos latifúndios e atinge os centros de produção de conhecimento e de disputa das ideias. As pesquisas e a produção de conhecimentos não são neutras/imparciais, a luta de classe que influencia nas filiações teóricas, nas intencionalidades, nos objetos de estudo, nos atores e no resultado do produto final, portanto, a conflitualidade não se dá somente entre as cercas que cercam a terra, mas também dentro dos muros da academia, onde é possível encontrar estudos comprometidos com a causa dos pobres da terra e também estudos comprometidos com os barões da terra.

2.1 Capitalismo e as classes sociais na agricultura

O modo de produção capitalista é bastante peculiar, e difere qualitativamente de todos os modos de produção anteriormente conhecidos. Uma de suas características fundamentais é a capacidade de produção de excedentes através de revolução sistemática das forças produtivas e do aumento vertiginoso da produtividade do trabalho. No entanto o excedente produzido não é apropriado por quem produz e sim por quem detém a propriedade privada dos meios de produção. O excedente produzido socialmente ao ser apropriado de forma privada, ganha a forma de mercadorias, já que o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso.

Outra característica do modo de produção capitalista é o encurtamento do tempo socialmente necessário para a produção e circulação das mercadorias, que, através da divisão social e técnica possibilitou a organização do trabalho em escala, atingindo dimensão global e estabelecendo relações de produção similar em todo o globo terrestre.

Porém, é necessário compreender a força motriz de tal modo de produção, sua origem e que o caracteriza como um modo de produção específico superando todos os conhecidos até então. Marx assim nos apresenta.

Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de

força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos *etc.*, nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo *etc.*, estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. (MARX, 1996, p. 340).

A diferença fundamental entre o modo de produção capitalista aos demais modos de produção desenvolvidos na história humana, é que pela primeira vez teremos noção de força de trabalho como mercadoria, a noção de propriedade privada dos meios de produção, e, uma noção de trabalhadores livres dispostos a venderem sua única mercadoria que é a sua capacidade de força de trabalho.

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como 'primitivo' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 1996, p. 341).

A partir das afirmações de Marx, notamos que o Capitalismo subverte as relações de produção até então estabelecidas. Durante longos séculos a produção social baseava-se numa organização eminentemente agrária da produção. A transformação das matérias primas em manufatura era artesanal e realizada em pequenas oficinas, que em geral era gerida por mestres ou corporações de ofícios. A produção limitada de manufaturas tinha como objetivo central o suprimento de demandas relacionadas a produção social de excedentes, de importância primordial para a manutenção das sociedades. Ou seja, o excedente socialmente produzido tinha como lastro central o valor de uso.

O capitalismo vai impor o valor de troca como parâmetro de organização da produção, transformando as oficinas dos mestres em gigantescas fabricas manufatureiras com o objetivo primeiro de produção em escala cada vez maior de mercadorias. Ao fazer isso, não só altera toda a dinâmica da vida social presente nas sociedades pré-capitalistas como também irá transformar profundamente as relações de produção até então estabelecidas.

Para Amim (1977), o modo de produção capitalista, é caracterizado como aquele que possui a necessidade de produzir gigantescas quantidades de

mercadorias, tendo por base o valor de troca em detrimento de uma “ocultação do valor de uso” (AMIM, 1977, p. 16).

Neste sentido, “a mercadoria é a primeira chave do sistema” e “a redução da própria força de trabalho a uma mercadoria é a segunda chave do sistema” (AMIM, 1977):

Ora, no modo capitalista: a) todo o produto social (e não só uma fração do excedente [...] toma a forma mercante; b) a própria força de trabalho é uma mercadoria (o trabalho é móvel); c) o capital, que é uma relação social, cristaliza-se em equipamentos que são também mercadoria (o capital é móvel). Deduz-se, então: 1) que a ideologia específica do modo capitalista é o economismo, por que a extração do excedente – fruto do sobretrabalho dos proletários – que é aqui a mais-valia, é opacificada por sua redistribuição *pro rata* dos capitais individualizados (a mais-valia assume a forma de lucro e o capital parece “produtivo”); 2) que, por essa razão, a alienação própria do capitalismo é a alienação mercante (já que a dominação da natureza é vencida); 3) enfim, que a instância econômica é não apenas determinante em última instância, mas igualmente dominante. (AMIM, 1977, p. 11-12).

O modo de produção capitalista simplifica a sociedade como uma enorme coleção de mercadorias, para isso é necessário a simplificação sistemática e permanente das classes sociais compostas na sociedade, entre burgueses (proprietários dos meios de produção), e proletários, que formam uma classe social, possuindo uma liberdade aparente para vender sua única mercadoria, que é a capacidade de força de trabalho, e sem a venda desta mercadoria, sua reprodução enquanto classe fica ameaçada, sendo sua liberdade restrita somente à opção de pra quê e pra quem vender sua única mercadoria.

Segundo Amim (1977, p.11):

Define-se um modo de produção pelo binômio de classes antagônicas: neste caso, as de burgueses e proletários, proprietários de meios de produção que são produto de um trabalho social (equipamentos que derivam do capital) e vendedores de sua força de trabalho.

A agricultura, sob o domínio do capital, assumirá cada vez mais a forma mercante. Para isso, uma das principais transformações é a expropriação dos camponeses, que devem deixar o campo para se transformarem em proletários urbanos ou até mesmo rurais. Ao mesmo tempo a agricultura capitalista vai ganhando padrões industriais, como padronização e especialização produtiva, produção em escala, divisão social e técnica do trabalho, *etc.*

Ou seja, deixa de ser uma agricultura artesanal do tipo camponesa e vai majoritariamente se transformando em um empreendimento capitalista através do dispêndio de dinheiro, meios privados de produção e recrutamento de trabalho

assalariado. Este modelo de agricultura produz de imediato não só a expropriação e proletarianização camponesa, bem como a concentração fundiária e a centralização cada vez maior das riquezas produzidas na agricultura.

O campesinato, embora não seja uma classe originária do capitalismo, (pois sobrevive à decomposição dos modos de produção pré-capitalistas), irá se transformar na grande incógnita do capitalismo na agricultura, porque o modelo de agricultura ideal para o desenvolvimento do capitalismo, não passa pela permanência do campesinato, ao contrário, para obter mais lucro na agricultura, é preciso expropriar toda a riqueza do campesinato inclusive suas terras.

Porém, o campesinato não só vai resistir bravamente à sua decomposição, como em muitos países vai adaptar-se como forma de resistência ao capitalismo e o próprio capitalismo vai adaptar-se ao campesinato, encontrando formas de explorar a renda camponesa. Ou seja, forçando o capitalismo a se ajustar à suas especificidades e por outro lado os mesmos foram ajustados à lógica do capital.

Os camponeses geralmente possuem meios de produção e geralmente detêm a posse da terra (a posse da terra está submetida a questões de interesse do capital), por isso mantém uma autonomia relativa, neste caso, a venda de sua capacidade de força de trabalho não é uma condição, porque eles próprios podem se tornar produtores de mercadorias e inserirem-se de alguma maneira no modo de produção, fugindo quando possível da fatal proletarianização. Neste sentido, analisa Amim (1977, p.32):

A concentração da propriedade fundiária e a franca proletarianização dos camponeses não constituem o meio principal de desenvolvimento do capitalismo nas suas relações com a agricultura, mas, pelo contrário, um meio de exceção, mais custoso porque mantém – e muitas vezes reforça – a extração que a renda representa. Esta via só é predominante quando impõe-se uma aliança de classes que lhe seja favorável. O capital tem todo o interesse em subordinar o campesinato [...] Ele encontra, aí, não apenas uma melhor taxa de lucro global, mas também uma melhor gestão política da sociedade. Os camponeses, embora continuem como proprietários formais de seus meios de produção, fazem de si uma imagem ideológica que os separa dos proletários [...] ainda uma vez, é preciso saber distinguir a propriedade real, o controle, daquela formal.

Os camponeses sofrem com a concorrência desigual da agricultura capitalista, pois esta, possui uma maior capacidade de investimento de capitais para a aquisição de insumos tecnológicos e de força de trabalho, desenvolvendo também uma maior especialização produtiva entorno de algumas mercadorias, em larga escala, e, altamente tecnificada. Situação incompatível com a agricultura camponesa,

normalmente espremida em pequenas parcelas de terras com instrumentos e meios de produção rudimentares, desenvolvida somente pelo trabalho familiar e de baixo valor agregado.

Além de tudo isso, a agricultura camponesa sofre uma sujeição ao mercado que acaba se apropriando de sua produção e também consequentemente de sua força de trabalho, como afirma Amim (1977):

É rico o arsenal de meios administrativos posto em funcionamento para obrigar o camponês a produzir aquilo que querem que produza, da maneira como querem: há, desde uma ordem pura e simples, à velada (a da imposição pelo dinheiro, quando o ameaçam de lhe comprar um só produto) ou à obrigação decorrente da ação dita de promoção ou modernização dos serviços do “quadro rural”[...] Dominado desta forma, o produtor de troca é desprovido do controle real de seus meios de produção. Continua, formalmente, proprietário no sentido burguês, individual, dos equipamentos; mas não é livre para produzir ou fazer escolhas baseadas na comparação de preços [...] Sua remuneração não comporta nem a contrapartida por sua propriedade da terra – a renda fundiária – nem ‘remuneração’ por seu “capital”, mas fica reduzida, pela dominação do capital, ao nível do valor de sua força de trabalho, ou mesmo a nível inferior [...] Um camponês reduzido a esta condição é um semiproletário: proletário, porque é subordinado à dominação do capital que o explora e tira dele a mais-valia; semiproletário, porque conserva a aparência de um produtor mercantil livre. Objetivamente proletarizado, o camponês permanece, no plano de sua consciência de classe, um pequeno produtor. (AMIM, 1977, p. 37-38).

Os capitalistas de forma geral, como são detentores dos meios e instrumentos de produção, necessitam da capacidade de força de trabalho ofertadas pelo proletariado, para a qual, sem o proletariado, não há produção de mercadorias. Também necessitam da produção camponesa, que assume devido o poder das circunstâncias uma especialização na produção de gêneros alimentícios ou de mercadorias que tendencialmente cumprem papel fundamental na manutenção dos abastecimentos básicos da sociedade, já que não produzem exclusivamente para a indústria, sendo este papel cumprido pela agricultura capitalista.

Assim, o modo de produção capitalista realiza um ciclo, na qual a classe social burguesa que detém o monopólio dos meios de produção mais significativos sujeita e submete as demais classes a uma exploração da capacidade de força de trabalho do proletariado e da produção camponesa.

Da mesma forma, o proletário alienado dos meios de produção, depende do capitalista para qual sua principal mercadoria seja comprada no valor necessário para a continuidade de sua reprodução enquanto classe. Enquanto os camponeses que escoam sua produção mesmo num patamar de sujeição ao mercado capitalista,

(quando tudo ocorre sem crises), estão sujeitos a uma dominação da lógica espacial do capital, inclusive com a ameaça da perda de condição de camponês para o proletário, por isso se adaptam ao capitalismo para também conseguirem se reproduzir. Quando não conseguem se viabilizar no sistema, verifica-se sua expropriação e fatal proletarização.

Na organização capitalista da agricultura, há também uma minoria de proprietários médios, que, devido ao grau de inserção na economia capitalista e na especialização como produtores de mercadorias, deixam de ser camponeses e atingem o seleto grupo de capitalistas, pois, para se viabilizarem no sistema, são levados a reproduzirem a lógica do sistema ao passarem do regime de trabalho familiar para compradores de mercadoria força de trabalho, seja de outros camponeses ou dos proletários agrícolas.

Devido à sua inserção no sistema, leva-os a assumirem de vez a condição de proprietário da terra e dos meios de produção, garantindo a capacidade de reprodução das relações capitalistas. A reprodução da lógica capitalista é fundamental para a sua condição, ou seja, dispor cada vez mais de investimentos para organizar sua produção voltadas especificamente para o mercado, explorando a capacidade de força de trabalho dos proletários, e garantir o domínio dos meios de produção, além de manter inovações tecnológicas permanente.

A relação de produção capitalista é uma relação social, pois todas as classes presentes na sociedade se inserem no sistema, mesmo os que não participam diretamente da produção, ou seja, estão marginalizados do processo produtivo, contribuem para o funcionamento do sistema.

De alguma forma compõem o processo produtivo, e as formas de organização da produção se generaliza para as demais esferas da vida humana e mesmo os que não conseguem se transformar em proprietários dos meios de produção, nem vendedores da mercadoria força de trabalho e nem camponeses, estão inseridos como um gigantesco exército de reserva de mão de obra, na qual tem como função social a constante redução do custo de produção de mercadorias, através do rebaixamento constante do chamado custo de reprodução da classe proletária.

As relações de produção são na essência relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. São, portanto, relações sociais de produção. Essas relações são a essência do processo produtivo. Elas são

estabelecidas independentemente da vontade individual de cada um no processo de produção. Os níveis de desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade. Dessa forma, as relações de produção devem ser entendidas como o conjunto das relações que se estabelecem entre os homens em uma sociedade determinada, no processo de produção das condições materiais de sua existência. (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Do ponto de vista das contradições, o modo de produção capitalista desenvolve uma relação de produção extremamente conflituosa, através da simplificação das classes sociais dispostas na sociedade, na qual devido à exploração da classe burguesa sobre o proletariado urbano e agrário e alguns extratos camponeses, leva a um antagonismo de classes cada vez mais simplificado.

A tendência histórica é o acirramento da contradição fundamental entre burgueses e proletários. Os camponeses, pactuam ora com a classe burguesa, ora com a classe proletária, dependendo da intensidade do desenvolvimento capitalista e do grau de sua expropriação. Em geral, a tendência histórica do capitalismo, é arrastar a sociedade numa constante e intensa luta pelo controle dos meios de produção, tendo em vista a necessidade de reprodução das classes sociais.

Esta luta atinge em determinados momentos da história, situações de choques violentos, e em outros momentos é possível verificar uma escalada de calma, acumulando energias para as tensões futuras, porém estes choques, quando não transformam revolucionariamente a sociedade e nem destroem as classes em luta, servem antes de qualquer coisa para o aperfeiçoamento do modo de produção capitalista que é arrastado a um período de intensa modernização e as vezes, de concessões às classes subalternas.

2.2 A questão Agrária Brasileira

No caso brasileiro, a situação é um pouco mais complexa devido a vários fatores, que faz da questão agrária elemento central da vida nacional. Desde o chamado “descobrimento” até os dias de hoje, a agricultura se estruturou como eixo fundante na nossa formação econômica e social.

O interesse colonial sempre foi de cunho extrativista, projetando a inserção do território brasileiro como um importante fornecedor de matérias primas para o mercado global. Seja matérias primas puramente extrativa como o pau-brasil, ou mais elaborada como o açúcar, minérios, borracha, cacau ou café. Fato é que esta

determinação de país agrário-exportador moldou nossa formação. Como aponta Prado Júnior (1978, p.23):

É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira.

A herança colonial mais notável no Brasil agrário, é a sua perversa estrutura fundiária. A organização da agricultura em vistas a atenção das demandas globais de matérias primas, fez com que por aqui predominasse a grande exploração latifundiária da terra, onde vastas extensões territoriais monopolizados por uma oligarquia agrária numericamente pequena, mas com grande poder econômico, político e cultural.

Cerca de 1% dos proprietários¹, controlam quase 50% das terras. Esta estrutura fundiária altamente concentrada produz por outro lado, uma enorme contradição que é a manutenção de milhões de camponeses sem terras ou com terras insuficientes para sua reprodução².

Espremidos entre a poderosa oligarquia agrária e os camponeses pobres, constitui-se no Brasil, uma fração intermediária composta por médios proprietários que irão compor na fase moderna da agricultura, a fração da pequena burguesia agrária, ou “Agricultura Familiar” como são atualmente denominados. Como veremos adiante, tanto o campesinato empobrecido como os agricultores familiares sofrem um contínuo processo de expropriação, dado o perfil da agricultura brasileira que estruturou o campo como espaço da grande exploração latifundiária de commodities, gerando um contínuo processo de descampesinação e proletarização.

Esta contradição se materializa diariamente nos conflitos agrários, pois, o que sempre esteve em disputa é qual modelo vai balizar o desenvolvimento

¹ “Propriedades de mais de mil hectares, (0,92% dos imóveis rurais), ocupam 45% da área rural no Brasil” (Folha de S. Paulo, 06/01/2015).

² “As pequenas propriedades (com menos de dez hectares) 48% dos imóveis rurais, respondem por apenas 2,3% da área. (Folha de S. Paulo, 06/01/2015).

econômico-social do Brasil, se vai continuar a reproduzir um sistema altamente concentrador de terra, renda e riquezas; ou vai se abrir para uma profunda reforma da estrutura agrária.

O modelo dominante na organização da agricultura e consequentemente da estrutura agrária brasileira, por mais de cinco séculos é a do latifúndio, a economia agroexportadora enraizou a grande exploração latifundiária como parâmetro de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. O poderio econômico das oligarquias agrárias, dos mandos e desmandos do poder dos coronéis no passado contrasta com o poderosíssimo lobby do moderno agronegócio na atualidade, na qual os ternos e gravatas surgiram para “bem vestir” o arcaico latifúndio agroexportador, que dá as cartas por aqui desde o Brasil colônia.

Porém, a resistência do campesinato para viabilizar sua reprodução e a continuidade de sua existência, faz-se eclodir em todo território nacional, projetando verdadeiras batalhas para assegurar a posse de suas terras e para reivindicar junto ao Estado a intervenção no conflito e a realização de uma ampla Reforma Agrária.

Sabemos que o Brasil é um país de dimensão continental, com 850 milhões de hectares e possuidor de uma das estruturas agrárias mais concentradas do mundo, também dispõe de uma das maiores porções de terras agricultáveis do planeta³. No entanto, mantém uma das estruturas agrárias mais concentradas do mundo. Esta anomalia é uma herança histórica do tipo de colonização estabelecida por Portugal e da reprodução de um sistema agrário que desde a invasão portuguesa, organizou a economia em vistas a atenção de demandas externas de produtos primários.

Por mais de quatro séculos a grande exploração se apresenta como base de organização da estrutura fundiária, derivando daí todas as demais esferas de poder não só econômico como também político e de estrutura social, reproduzindo uma tríade que une três elementos indissociáveis, que vem a ser: a grande exploração latifundiária; monocultura destinada à exportação e trabalho degradante, seja num primeiro momento escravidão, num segundo o colonato e por último assalariamento precário.

³ O Brasil é o 5º país em dimensão territorial, atrás apenas de Rússia, China, Canadá e Estados Unidos. No entanto, somos privilegiados pelo fato de nosso território não apresentar limites físicos como geleiras, desertos e cordilheiras de montanhas. Em geral, exceto algumas áreas costeiras e de florestas, nosso território dispõe de grandes quantidades de terras agricultáveis.

Essa herança parece persistir ao longo dos séculos, e, na atualidade (apesar do risco de equívocos ao transportar tempos históricos distintos para analisar a questão agrária e o agronegócio), esta tríade, embora se metamorfoseando para adaptar as inovações do capital, ainda se apresenta de forma clara nas mais distintas regiões do país, como também afirma Sampaio Júnior (2012, p.1):

O predomínio de grandes empresas agrícolas, que organizam sua atividade produtiva tendo como base o controle de vastas extensões de terra e a mobilização de grandes contingentes de mão-de-obra barata para produzir mercadorias em grande escala no regime de monocultura, cristaliza o latifúndio e a superexploração do trabalho como pilares fundamentais da vida econômica e social no campo. Herança não resolvida da economia colonial, tal padrão de organização da agricultura tem revelado surpreendente capacidade de resistir à força do tempo e de opor-se a qualquer iniciativa de democratização do mundo rural.

A realidade atual da estrutura agrária e das contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo e o papel do Estado são produtos de um processo histórico em que os conflitos sociais do passado o produziram e que transmitem para os dias atuais situações do passado. Passado e presente se fundem cotidianamente quando tentamos analisar as condições objetivas do desenvolvimento do capitalismo, sua relação com a arcaica estrutura agrária e a intervenção do Estado como sujeito ativo ou propositalmente inativo na produção da realidade concreta.

Analisando a fase mais recente da agricultura brasileira, já que os tempos remotos necessitariam de um outro trabalho, nos é pertinente apontar que o Brasil passou por um período de incentivo industrial bastante forte entre as décadas de 1950-1970 e que transformou a sociedade brasileira de um país predominantemente agrário para um urbano\industrial caótico, sem, no entanto, romper com a dependência da economia agrária. Trata-se de uma tentativa de modernização do capitalismo sem rupturas na estrutura agrária.

No primeiro momento da industrialização, havia uma análise que apontava como necessidade conjugar a industrialização com uma reforma da estrutura agrária, para permitir um desenvolvimento equiparado da indústria com a agricultura, em que ambas se complementassem.

Porém a classe burguesa possuidora de vínculos vitais com a arcaica estrutura agrária optou por sepultar qualquer possibilidade de reforma, orquestrando um golpe de estado e instaurando um regime militar, sufocando as pressões populares ao passo que destituiu governos pró-reformas.

Isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente. Após a deposição, pelo Golpe Militar de 64, de João Goulart, os militares procuraram re-soldar esta aliança política, particularmente porque durante o curto governo João Goulart ocorreram cisões nas votações do Congresso Nacional em aspectos relativos à questão agrária, principalmente quando uma parte dos congressistas votaram a legislação sobre a Reforma Agrária. Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. (OLIVEIRA, 2001, p. 185).

Até meados da década de 1970 a industrialização brasileira viveu seu auge, e a agricultura passou por um momento de reestruturação, adaptando-se a uma economia industrial, forçando o desenvolvimento industrial também adaptar-se a uma estrutura agrária altamente concentrada.

A saída para os militares resolverem o problema do acesso à terra foi a consolidação da política de colonização dos espaços por eles chamados de, “vazios demográficos”, do Centro-Oeste e do Norte do Brasil, deslocando enormes contingentes populacionais para regiões de fronteira agrícola, criando assentamentos totalmente deslocados dos centros dinâmicos da economia, configurando uma não reforma da estrutura agrária ao manter a concentração e pior, incentivando uma inserção ainda maior de terras que não havia sido inseridas no circuito produtivo da economia.

A partir da década de 1980, assistiremos uma grave crise urbana, causada pelas altas taxas de inflação e forte processo de desaceleração industrial, precedida de situação crescente de desemprego, e o descontentamento social em relação ao regime militar, que levaria a grandes mobilizações de massas na sociedade brasileira.

Na década de 1980 a reforma da estrutura agrária ganha ressignificação, pois a agricultura passara por um processo de modernização, e, começara a seguir as tendências da economia globalizada. Ocasionalmente a remoção de grandes contingentes populacionais que vivia no campo e adotando um pacote de modernização que vinha se desenvolvendo em várias regiões do planeta, conhecido como revolução verde.

Num momento de ascensão econômica da indústria, a atração de contingentes populacionais para as cidades foi encarada como processo natural, porém, quando este modelo entra em crise, diante da recente urbanização, seria

natural também que a memória recente da vida no campo viesse à tona. Relacionando isso com a falta de perspectiva na cidade, torna-se ambiente propício para pressões populares para a realização de uma reforma agrária.

É neste período histórico que surgirão diversas organizações de trabalhadores exercendo pressões para que o Estado brasileiro pudesse realizar mesmo que pontual, no sentido de atender demandas específicas dos trabalhadores organizados, reformas que pudessem democratizar o acesso à terra, superar o atraso no campo e desenvolver a economia brasileira. Nesta perspectiva segue a mesma linha Sampaio Júnior (2012):

É a necessidade de dar uma resposta ao agravamento da crise social no campo que recolocou a questão agrária no debate nacional. O surgimento de uma diversidade de movimentos de trabalhadores rurais pobres e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário foram produtos históricos dessas contradições - representam respostas opostas para as tensões e conflitos no campo. (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p.3).

A reforma agrária torna-se “assunto nacional” e, durante a própria elaboração da constituição federal de 1988 transforma-se em ponto polêmico de discussão. Porém, como o Brasil é um país que não rompeu com sua herança colonial, na qual a estrutura agrária se apresenta como sua nítida expressão, a luta pela reforma agrária torna-se gradativamente numa intensa luta de classes.

O cenário para os grandes proprietários de terras não era dos mais favoráveis naquele momento, pois havia pressão popular, centenas de ocupações de terras despontavam em várias regiões do Brasil, organizações de camponeses e de trabalhadores rurais foram construídas, enfim, as condições objetivas por parte dos trabalhadores estava dada, como relata Sampaio Júnior (2012, p. 26):

Premidos pela grave crise que tomou conta do campo brasileiro, a partir da década de oitenta, liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, os movimentos sociais mobilizaram-se pela reforma agrária, procurando transformar a violência no campo em ocupações de terras e estas em pressão política pela realização da reforma agrária. Sem questionar os parâmetros da institucionalidade vigente, a campanha pela reforma agrária cobrou do Estado brasileiro o cumprimento do princípio da ‘função social da terra’.

Assim como os trabalhadores, os grandes proprietários de terras, em sua maioria postada no parlamento e nas demais esferas de decisão política do Estado brasileiro, e, além de serem proprietários ou terem forte influência, começaram também a se organizarem em instrumentos de disputa política e ideológica na sociedade, a fim de combater a proposta de reforma da estrutura agrária, pautadas pelas organizações de trabalhadores. A partir de então ganha corpo uma luta de

classes no campo, que vai balizar o cenário da luta política durante toda a década de 1990.

Para conter os sem terras e defender o latifúndio, as classes dominantes não hesitaram em partir para a guerra suja. Com a evidente cumplicidade das autoridades de plantão, lançaram mão de todos os expedientes à disposição: criminalização das lutas, massacres, assassinatos, estigmatização, retaliação econômica, espionagem, manipulação de informação, censura aos meios de comunicação. (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 28).

Enfim, as lutas pela reforma da estrutura agrária dos fins dos anos de 1980 até o início do século XXI se consolidou como a maior disputa de projeto de classes entre burguesia e os estratos de trabalhadores no Brasil, na qual envolveu diversos setores da sociedade e todos os instrumentos organizativos, tanto burgueses como dos estratos de trabalhadores, sejam eles camponeses empobrecidos, agricultores em vias de expropriação, proletários agrícolas, comunidades tradicionais e até mesmos setores do proletariado urbano, que se encontrava marginalizado nas periferias das grandes cidades.

Num primeiro momento a resposta dada pela burguesia postada no Estado, foi a tentativa de dispersão dos trabalhadores de suas organizações através do desencadeamento de uma ofensiva violenta contra lideranças e grupos de sem-terra. Episódios lastimáveis como chacinas, emboscadas, torturas, prisões arbitrárias, despejos violentos passaram a fazer parte dos métodos do tratamento às reivindicações dos trabalhadores, seja através de aparelhos privados das instituições burguesas, seja mesmo através dos aparelhos do Estado.

De 1990 a 1996 duas grandes chacinas de trabalhadores sem-terra chocaram o país, na qual causou a morte direta de 31 trabalhadores, nos episódios de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA), ambas organizadas e comandadas pelo Estado, na qual envolveu o sistema judiciário, a polícia e governos estaduais.

Entretanto, a resposta do governo Fernando Henrique ao incremento dos conflitos foi o aumento da repressão policial. Este governo entra para a História, marcado por um tipo de violência que não ocorrera ainda de forma explícita no Brasil: quem passou a matar os camponeses em luta pela terra foram as forças policiais dos estados. Os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás são exemplos ocorridos no governo FHC. Ambos os massacres representam a posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da Reforma Agrária. (OLIVEIRA, 2001, p. 198).

Em todas as regiões do Brasil onde havia foco de luta pela terra, a alternativa encontrada pelo Estado foi a tentativa de esmagamento das organizações

de trabalhadores, esta foi a tática fundamental durante toda a década de 1980 até meados da década de 1990. A razão é simples, a propriedade da terra é considerada intocável no Brasil e não há espaço de questionamento dessa estrutura.

O problema foi que a tática, apesar da constante violência em que eram submetidos às organizações de trabalhadores em luta pela reforma da estrutura agrária, não surtiu o efeito esperado. A cada ano intensificava-se ainda mais o conflito, chegando até mesmo a colocar em cheque a estrutura do Estado. Então, o Estado brasileiro passa a elaborar e aplicar outra tática, que foi a de atender demandas pontuais para amenizar conflitos. Esta tática partia do pressuposto de que criando assentamentos principalmente em regiões de fronteira agrícola, de acordo com a intensidade do conflito, pouco a pouco as tensões iam se acentuando.

Assistíamos a ascensão do neoliberalismo que iniciou em fins do Governo Sarney (1985/1989) e que teve como mola propulsora o Governo Fernando Collor (1990/1992). Porém o maior expoente e organizador da política neoliberal no Brasil, ou, pelo menos, o que levou a cabo as medidas neoliberais foram os II Governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em dois governos consecutivos (1995/2002). Aqui, embora seja o governo que mais assentou famílias nos últimos 30 anos, foi também o governo que melhor articulou mecanismos para enterrar de vez qualquer possibilidade de alteração na estrutura agrária brasileira como bem analisou Fernandes, Welch e Constantino (2012):

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em sua primeira gestão (1995-1998) promoveu uma ampla política de assentamentos rurais para atender parcialmente as reivindicações dos movimentos camponeses que ocupavam terras em quase todo o país, principalmente o MST. O governo FHC acreditava que com o assentamento das famílias acampadas resolveria o problema fundiário. Todavia, o número de ocupações crescia na mesma proporção que o número de assentamentos. Diante do fracasso do governo FHC em conter o número de ocupações de terra, em sua segunda gestão (1999-2002), decidiu criminalizar as ocupações através de medidas provisórias. Com essas medidas, as terras ocupadas não seriam desapropriadas e as famílias ocupantes não seriam assentadas. Essa ação diminuiu o número de ocupações e também o número de assentamentos, porque sem a pressão das ocupações de terra, o governo diminuiu a criação de novos assentamentos. (FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2012, p. 42).

Como já foi dito, na década de 1990 os governos que se alternaram (principalmente Collor e FHC) adotaram a tática da violência contra as organizações de sem terras, principalmente contra o MST, porém visto que a tática não estava surtindo efeito no sufocamento das ocupações de terras, o Governo de FHC começa

a adotar um conjunto de táticas a fim de construir uma estratégia que conciliasse duas coisas: 1º aniquilar as organizações de sem-terra, 2º construir mecanismos de desenvolvimento de um sistema de agricultura que pudesse trazer uma nova roupagem econômica e ideológica para o velho latifúndio.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para "modernizá-la". É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. (FERNANDES, 2007, p. 90).

Aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável, o Brasil passa a se especializar na produção de *commodities* agrícola para a exportação. Sustentado por uma integração produtiva que uniu capital financeiro; indústria; instituto de pesquisas; proprietários de terras; e fundamentalmente o Estado.

Desde então, o campo brasileiro passou por uma estruturação incrível de políticas para a adequação ao modelo do agronegócio, investimentos maciços de capitais de origem estatal e privada começaram a ser injetados na modernização da agricultura, seja para aquisição de máquinas, adequação das agroindústrias, aquisição de insumos produtivos, mudanças genéticas de sementes, etc., Santos (2001) aponta que:

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional. (SANTOS, 2008, p. 118).

Com todos estes ingredientes, a agricultura deu um salto de produtividade, ao mesmo tempo em que mercados iam sendo "conquistados". A área plantada também se expandia vertiginosamente, levando a quebra de recordes históricos na produção de grãos, cana-de-açúcar, laranja e frigoríficos. Santos (2001) já analisava o caráter extremamente globalizado deste modelo de agricultura.

Hoje, tanto os cinturões quanto as frentes pioneiras revelam que o território brasileiro tem incorporado muitas das características da chamada revolução agrícola, mas especialmente nas culturas de exportação, aquelas que consolidam a divisão territorial do trabalho mundial. Assim, esses produtos acabaram por invadir, com velocidade cada vez maior, áreas antes destinadas às produções domésticas. Houve uma desvalorização das agriculturas alimentares básicas e de tradição nacional (como arroz, feijão e mandioca), e isto se dá com a colaboração do crédito público, da informação, da propaganda e dos novos consumos. (SANTOS, 2008, p. 120).

O agronegócio ocupava-se de libertar as forças produtivas das amarras do velho latifúndio, enquanto que outra frente de combate à reforma agrária se organizava. A partir do segundo mandato de FHC uma série de políticas orquestradas pelos “Think-Tank” do Estado, começam a implementar novas táticas de esvaziamento da luta pela reforma da estrutura agrária. Propagandas oficiais eram veiculadas diariamente para fabricar um imaginário negativo das organizações do campo e para desvirtuar o foco da reforma agrária, além de que a alternativa apresentada para o acesso à terra foi a reforma “agrária de mercado”.

A reforma agrária de mercado teve por objetivo canalizar as lutas dos trabalhadores pela reforma agrária, em programas de acesso à terra pela lógica do mercado de terras, seja através de programas como “Banco da Terra”, “Cédula da Terra”, *etc.*

Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Depois de denominada de Cédula da Terra virou Banco da Terra e hoje é chamada de Crédito Fundiário. É uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio. (FERNANDES, 2007, p. 91).

Por outro lado, o Governo agia para criar mecanismos institucionais para “judicializar” a questão agrária decretando várias medidas provisórias que encurralavam as organizações dos trabalhadores, transformando a pauta da reforma agrária numa pauta jurídica, desviando o foco do executivo.

Assim ganhou corpo uma estratégia que agia em duas frentes: 1) A do desenvolvimento pleno do capitalismo no campo e 2) Esvaziamento não só econômico, mas político e ideológico da necessidade de uma reforma ampla da estrutura agrária no país.

As organizações dos trabalhadores em luta pela reforma da estrutura agrária chegam agonizando ao fim do Governo FHC, a estratégia de aniquilamento da reforma agrária usando como instrumento fundamental o Estado, casado com o desenvolvimento da agricultura capitalista havia sufocado as organizações a ponto de colocar em questões suas próprias existências.

O Governo Lula ao mesmo tempo em que significava uma tomada de fôlego, também carregava uma simbologia aos movimentos sociais em geral, principalmente na posição histórica favorável a reforma agrária. Desta forma, houve uma enorme euforia com a consolidação de sua vitória. Em poucos meses duplicou a quantidade

de famílias acampadas por todo o Brasil, na esperança que o candidato eleito cumprisse a promessa histórica de resolver o problema da reforma agrária “na canetada”.

Porém, a estratégia de consolidação do agronegócio proposta por FHC já estava a pleno vapor e a burguesia agrária havia assimilado a leitura de que o Estado deveria dar o suporte necessário para o desenvolvimento da agricultura capitalista. Além disso, o Governo Lula se projetou enquanto governo de coalizão, realizando alianças com vários setores, tanto do resquício de oligarquias atrasadas que ainda dominam a política em diversas regiões do país, como também do “moderno” agronegócio.

Por outro lado, a pressão dos movimentos sociais exigia que o governo apresentasse um plano nacional de reforma agrária, que pudesse contemplar as demandas históricas das organizações de luta no campo. Como governo de coalizão, era necessário levar o problema agrário para esfera institucional, para não abrir precedentes em criar fissuras na governabilidade, ou seja, a contradição histórica entre a concentração da propriedade da terra e a luta por uma reforma agrária, não podia mais se apresentar como luta de classes e sim como um problema institucional, passível de resolução a partir do diálogo.

Por este motivo, diversas organizações levantaram a tese de “governo em disputa”, alegando que quem demonstrasse uma maior força política, conduziria o Governo para seu devido projeto. Entendendo a disputa a partir de dois projetos antagônicos que influenciava o mesmo, uma composta pelas forças sociais que pautavam reformas e mudança na estrutura agrária e a outra composta de proprietários de terras, articulados com o capital financeiro e as grandes corporações agroindustriais.

No início o governo até convocou uma equipe de estudiosos da questão agrária para elaborar um “Plano Nacional de Reforma Agrária”, porém enquanto este plano era apresentado ao governo, outro plano paralelo, elaborado por técnicos e burocratas das autarquias agrárias do Estado já despontava como o plano a ser adotado, muito inferior em termos de meta e com outra abordagem conceitual.

Na realidade a opção já estava feita, o Governo Lula deu continuidade à política agrária do Governo FHC, intensificou ainda mais o desenvolvimento do sistema do agronegócio, estruturou uma política de Estado que pudesse conciliar o

desenvolvimento pleno da agricultura capitalista e por outro lado transformou as demandas por terra em políticas compensatórias.

Mais que isso, os governos Lula e Dilma elegeram o agronegócio como peça chave da economia brasileira, reestruturando o país como exportador de produtos primários e intensificando ainda mais seu papel na divisão internacional do trabalho. Aproveitando-se do *boom* do mercado internacional de *commodities* agrícolas, o Estado brasileiro passa a ter papel central tanto no investimento de recursos, quanto na construção da infraestrutura para seu desenvolvimento, além evidentemente de transformar o Estado como um porto seguro do modelo, até mesmo como assessoria para abertura de novos mercados.

Só para exemplificar a importância dada ao agronegócio, tomamos como exemplo o setor sucroalcooleiro, setor este que teve protagonismo na articulação do modelo do agronegócio pelo Estado.

A expansão recente da agroindústria canavieira no Brasil foi viabilizada principalmente através de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Somente em 2010, o BNDES forneceu R\$7,4 bilhões para o setor. Durante os oito anos do governo Lula, o total de empréstimos obtidos pelos usineiros chegou a R\$28,2 bilhões. Esses desembolsos representam um crescimento dos investimentos com intensidade superior a qualquer outro segmento econômico no país. O apoio estatal para o agronegócio inclui constante rolagem de bilhões de reais em dívidas, incentivos fiscais, crédito a juros subsidiados e segurança de mercado, através de acordos internacionais de comércio e da retomada dos incentivos para a produção de agrocombustíveis. (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012, p. 5).

Por outro lado, estrutura-se uma cínica política compensatória na qual vai balizar o papel do Estado na demanda apresentada pelas organizações dos trabalhadores. Invés de levar a cabo uma política de reforma agrária, o Estado passa a socorrer a população pobre do meio rural, historicamente demandantes da reforma agrária, com políticas assistencialistas pontuais, seja para satisfazer necessidades básicas ou para também auferir alguma renda monetária e mesmo que de forma medíocre também se transformarem em consumidores.

No Brasil, o exitoso programa Bolsa-Família, já sendo copiado por governos de diversos países, e recebendo elogios da burguesia nacional e internacional, conseguiu alcançar cifras surpreendentes, reforçando a ambiguidade das esperanças populares e propiciando a alienação popular reforço à 'consciência feliz'. Em 2009, conforme dados oficiais (Instituto Brasileiro de Estatísticas – IBGE e Ministério de Desenvolvimento Social – MDS), 29% da população brasileira (52,9 milhões de pessoas) recebe direta ou indiretamente um auxílio mensal em dinheiro (entre R\$ 20,00 e R\$ 182,00; ou entre 10 e 92 dólares) do Governo Federal através desse Programa. Há

seis (6) Estados no país em que mais de 52% da população (entre 52,8% e 59,1%) depende dessa renda para viver. (CARVALHO, 2009, p. 9).

Para ocupar as massas de mão de obra excedente, o governo Lula apostou no aquecimento do setor de construção civil, setor este que sempre arrebanhou trabalhadores com baixo nível de instrução, mas que demanda números astronômicos de braços.

No campo, turbinado pelo investimento maciço de capitais, demandou também milhares de postos de trabalho nos cinturões do agronegócio, mesmo que para isso seja necessário recorrer a um sistema muito comum no Brasil que é a migração sazonal.

Portanto, é no Governo Lula que o agronegócio vai ganhar uma ressignificação, vai evoluir de uma política de modernização do latifúndio para um setor fundamental da economia, responsável inclusive por boa parte do *superávit* da balança comercial, condição fundamental para manter a política econômica adotada.

Por fim, a possibilidade de uma reforma ampla da estrutura agrária como processo de desenvolvimento do capitalismo, tendo o Estado como protagonista vai a cada dia se esvaziando, porque, a estrutura econômica da sociedade brasileira está intrinsecamente repousada na concentração fundiária, e, a reforma agrária só será possível em uma conjuntura de grande agitação das massas de trabalhadores, seja no campo ou nas cidades, onde uma vez ameaçada a hegemonia dos grandes proprietários de terras, eles “entreguem os anéis para salvar os dedos”

3 PROCESSO GEO-HISTÓRICO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO NA REGIÃO DE BAURU E AS DINÂMICAS ESPACIAIS DO AGRONEGÓCIO

3.1 O sentido da ocupação regional

Analisar o desenvolvimento da agricultura capitalista na região de Bauru exige uma análise a respeito da natureza da apropriação da terra e da incorporação deste espaço ao sistema global de relações de produção capitalista. Significa considerar os fatores que determinaram tal desenvolvimento e suas mediações, compreender a via de desenvolvimento do capitalismo agrário, suas particularidades e similaridades, entendendo-o como etapa expansiva de um modo de produção que atingiu dimensão global e, portanto, possui dinâmica que rege de forma similar sua manifestação em todo o globo.

O desenvolvimento capitalista e a efetiva ocupação do espaço onde hoje representa a região administrativa de Bauru, é fruto de um rápido processo de expansão capitalista que em fins do século XIX e início do século XX, encontrou na cultura do café o ingrediente para a inserção altamente lucrativa no mercado internacional, acentuando a divisão internacional do trabalho imposta ao Brasil, embasado como sabemos, na produção de matérias-primas agrícolas, produzidos em larga escala e destinados à exportação. O ciclo do café acentuou a herança do sentido da colonização portuguesa e o papel que passivamente a chamada burguesia nacional se dispõe a cumprir, na qual submetem este gigantesco território como simples produtor de matérias-primas para as demandas externas.

O legado da expansão cafeeira no Brasil teve como aspecto inovador e de relevância histórica fundamental, a projeção da então província de São Paulo como motor econômico do Brasil, já que esta província até então não tinha peso significativo do ponto de vista econômico se comparado às demais regiões que haviam experimentados ciclos econômicos de prosperidade, vai ser a marcha do café que transformará substancialmente esta província, que ainda em meados do século XIX, era tratado nos mapas da época como território desconhecido.

A expansão da produção de café iria se generalizar por toda a província de São Paulo, transformando-o num imenso cafezal. Porém, a marcha do café foi consolidando uma colonização tardia desta fração do território brasileiro, e, todos os

expedientes conhecidos do processo de colonização se repetiram também neste território, desde a matança da população nativa, a apropriação indébita de gigantescas quantidades de terras, à exploração absoluta dos trabalhadores utilizados nas lavouras.

No entanto, a expansão cafeeira se deu num período de crescente presença da técnica, isso impulsionou um encurtamento no tempo de desenvolvimento das forças produtivas, o que permitiu uma rápida colonização mesmo das regiões mais remotas da província, atingindo inclusive outras regiões de outras províncias, como ocorreu com o noroeste paranaense, leste da então província de Mato Grosso, Sul da província de Goiás e a região do Triângulo mineiro.

No território do atual estado de São Paulo, a herança da economia cafeeira ainda é muito forte. Este Estado é produto da economia cafeeira, que propiciou uma acumulação de capital, capaz de projetá-lo como uma fração do território brasileiro, onde as relações capitalistas de produção se desenvolveram ao ponto de se distinguir e se diferenciar do restante do território nacional.

A região de Bauru também é uma herança da economia cafeeira, aliás, ela foi projetada e estruturada a partir da expansão cafeeira. A estrutura fundiária, o povoamento, as ferrovias, as cidades, possuem as formas de uma expansão rápida de uma atividade econômica que arrastou a região para o circuito de reprodução espacial do capitalismo.

Esta região teve protagonismo importante durante a colonização do oeste paulista, pois sua localização privilegiada lhe concedeu por muito tempo o título de “porta de entrada para o sertão”, ou “boca do sertão” como era conhecida (FERNANDES, 2008).

A cidade de Bauru se tornou um importante entroncamento ferroviário, organizador da logística da expansão cafeeira, e a partir dos trilhos, a cada nova estação ferroviária erguia-se uma nova cidade, mesmo que suas atividades se resumissem estritamente a de estação ferroviária. No entanto, havia a necessidade de formar novas vilas, novos povoados, novas cidades, pois elas tinham a função de fornecedoras de insumos diversos à atividade cafeeira. Insumos que iam desde maquinários, ferramentas, alimentos, vestimentas e serviços em geral, como oficinas, barbearias, telégrafos, etc.

A cada novo povoamento, logo havia uma pressão para desmembrar de seus municípios de origem, para conformar um novo município, pois também, a emancipação política dos povoamentos para constituírem municípios, era a forma predominante de organização e projeção política dos coronéis e barões dos cafés, nomenclaturas atribuídas aos capitalistas agrários que dominavam a economia cafeeira em fins do século XIX e início do século XX.

No entanto, é preciso analisar este desenvolvimento a partir de algumas particularidades que não se apresentarão em outros processos, e que o torna específico mesmo diante de tantas similaridades.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que o capitalismo enquanto modo de produção não se materializou neste território a partir de contradições internas, relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas locais que em outras regiões do planeta levaram outros modos de produção pré-capitalistas a sucumbirem, ou seja, no Brasil e especificamente em nosso objeto de estudo que é a região de Bauru, o capitalismo não se desenvolveu a partir das contradições entre estrutura produtiva e superestrutura jurídica de um modo de produção inferior em processo de decomposição, superado dialeticamente por um modo superior.

Nesta região específica, o máximo que podemos apontar é a existência de comunidades nativas ainda na fase primitiva de relações de produção, desenvolvendo uma relação harmoniosa entre homem-natureza. Estas se organizavam em tribos nômades ou seminômades dependendo basicamente da caça, pesca, coleta de alimentos e o cultivo esporádico de alguns gêneros alimentícios, mas, basicamente viviam a partir de insumos disponíveis na natureza para sua reprodução enquanto sociedade humana.

Quando esta região passa a se inserir no processo produtivo capitalista, há uma ruptura violenta com as relações primitivas que aqui existiam, na qual o capitalismo, invés de desenvolver-se a partir de contradições endógenas, forçadas pela evolução das forças produtivas, é fruto de uma expansão tardia.

Apontamos este processo como expansão tardia porque eram áreas ainda não atingidas pela generalização das relações capitalistas, já estabelecidas em grande parte da faixa litorânea do território brasileiro, que se inicia a partir de 1500, com a chegada dos colonizadores portugueses e suas relações comerciais e produtivas com o “novo mundo”.

Na região de Bauru, o processo de inserção do território no circuito de produção e reprodução das relações capitalistas, acontece na segunda metade do século XIX, portanto, passível de se classificar como expansão tardia se comparada a regiões antigas de colonização.

Desta expansão tardia decorrem três características fundamentais que vão moldar as feições e as estruturas econômicas do território:

a) a expansão econômica para oeste paulista não será mais regida pela coroa portuguesa, haja vista que a consolidação da apropriação territorial se dará posterior à independência que acontece em 1822 (FERNANDES, 2008);

b) se dará posteriormente a lei de terras de 1850 que regerá as terras já apropriadas como propriedade privada capitalista e o não apropriado como terras devolutas (LIMA, 1978), abrindo margens para uma das maiores fraudes agrárias da história do Brasil, que foi o processo de grilagem de todo o oeste paulista (MONBEIG, 1984);

c) a mão de obra predominante não será de população negra escravizada, (devido a Lei Áurea de 1888), e sim de trabalhadores migrantes de outras regiões economicamente estagnadas do Brasil e de trabalhadores imigrantes. Ambos são considerados trabalhadores “livres”. No caso dos imigrantes, eram arregimentados na Europa para trabalharem nos cafezais na forma de “colonato”, relação esta que fugia ao assalariamento clássico, mas que não se enquadrava na forma feudal, nem escravista, e que posteriormente, servirá como premissa de constituição do proletariado agrícola na região (STOLCKE, 1986).

Essas características vão dar fisionomia ao processo de incorporação das regiões localizadas na porção centro/oeste do estado de São Paulo e determinar as peculiaridades da apropriação da terra e suas derivações econômicas, políticas e demográficas. No entanto, a mola propulsora desta expansão não pode ser compreendida a partir de evoluções originárias de tal território.

Se o mesmo é fruto de uma expansão, devemos analisar os fatores externos que o determinam como também apontou Monbeig (1984).

Enfim, foi possível a expansão da cultura cafeeira nos planaltos ocidentais, porque o consumo do café se generalizava na Europa e na América do norte [...]. Reduzir a marcha para oeste a um fenômeno local, contentar-se com explica-la por circunstâncias estritamente brasileiras, seria restringir abusivamente seus quadros e não enxergar mais que seus aspectos estreitos. (MONBEIG, 1984, p. 105).

Essa expansão encontrará condições objetivas no final do século XIX e início do século XX, quando a atividade cafeeira passou a ser a força econômica motriz do Brasil, que movia a ocupação capitalista para oeste, devido à demanda externa proporcionada pela generalização do consumo. Antes disso, a região em questão era sistematizada nos mapas da época como terras “desconhecidas” como bem demonstra o mapa a seguir:

Mapa 1 –Representação do Estado de São Paulo em 1878



Fonte: Fernandes (2011 apud COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA, 1905)

A partir de tal representação e da noção atual que temos do território, podemos observar que as áreas mais povoadas se concentravam na faixa Leste do estado, (Sorocaba, Campinas, Piracicaba, Vale do Paraíba e a capital São Paulo), justamente as regiões onde a cafeeira se expandirá na primeira metade do século XIX, enquanto a porção que engloba toda a região Centro, Noroeste e principalmente Oeste⁴ nesta época eram apontados como “terrenos desconhecidos”.

⁴ Há uma pequena confusão a respeito do termo “oeste paulista”. Esta confusão é fruto da periodização da marcha cafeeira, que, num primeiro momento, (meados do século XIX), rumará para Limeira, Piracicaba, Campinas, etc. Conhecido também na literatura cafeeira como “oeste velho”. Já no período de fins do século XIX, início do século XX, a marcha cafeeira atinge as regiões do chamado “oeste novo”, compreendendo Lençóis Paulista, Bauru, Lins, Marília, Araçatuba, Presidente Prudente já no extremo oeste, etc. Para nosso objeto de estudo, estamos nos referindo à região de Bauru, caracterizada dentro deste esquema como “oeste novo”.

A cafeicultura como atividade econômica se desenvolve a partir do final do século XVIII e início do século XIX no Rio de Janeiro, mas devido à demanda crescente, rapidamente se expande para áreas adjacentes, migrando para a região vizinha do Vale do Paraíba entre os estados do Rio de Janeiro São Paulo.

Em São Paulo a cafeicultura encontrará as condições ideais para sua evolução, pois se deparará com terras abundantes, em sua maioria devoluta, sobre relevo suave, de boa fertilidade, coincidente com outro fator relevante, relacionado à decadência de outras regiões econômicas, como as das Minas Gerais e Nordeste açucareiro, o que propiciou o deslocamento de grandes contingentes de mão de obra escrava para produzir a marcha cafeeira.

A região do Vale do Paraíba rapidamente encontra-se limitada, devido a fatores geográficos e à intensidade de sua exploração. A região torna-se insuficiente perante a demanda cada vez maior. A cafeicultura migrará então para a porção oeste de São Paulo, num primeiro momento, para as regiões localizadas à margem direita do rio Tietê, compreendendo as regiões de Campinas, Piracicaba atingindo Ribeirão Preto a nordeste do estado, sempre perseguindo as melhores terras, as chamadas “terras roxas”, proveniente de rochas basálticas, e com relevo propício para tal atividade (MONBEIG, 1984).

Estes solos apresentam devido às composições químicas mineralógicas uma maior fertilidade e não se exaurirão facilmente como aconteceu com os solos do Vale do Paraíba, que devido ao modelado do relevo, bastante movimentado, possuía solos rasos e facilmente erodidos.

Cabe salientar, que as regiões de Campinas, Piracicaba, e Ribeirão Preto, além da fertilidade de seus solos, também eram regiões já atingidas pela colonização, pois estavam no caminho das “Bandeiras” que as usavam como rotas de chegada aos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, portanto, já experimentavam uma dinâmica territorial, um regime incipiente de propriedade e uma logística mínima para a expansão da cafeicultura (MONBEIG, 1984).

A margem esquerda do rio Tietê, em seu sentido oeste, (incluindo a região de Bauru), em sua grande parte ainda era um território a ser “inteiramente apropriado” pela expansão da cafeicultura e da economia capitalista como um todo, pois durante séculos de ocupação do território brasileiro esta região não apresentou atrativos econômicos para sua colonização, não havia minérios e não havia necessidade de

sua incorporação, pois as terras litorâneas e adjacentes ainda eram abundantes e muito mais viáveis.

A função da região de Bauru, numa análise macroeconômica, pode ser definida como reserva de valor para expansões futuras, o que ocorreria nas primeiras décadas do século XX. Lima (1978) vai analisar as determinantes da expansão capitalista nas regiões ocidentais de São Paulo como um processo particular, mas articulado com o global, como um processo típico de expansão econômica capitalista.

São os capitais ingleses, investidos nas ferrovias e nos vultuosos empréstimos públicos brasileiros; é o colapso das relações escravistas, substituídas pelo trabalho assalariado e que levaria, por outro lado, a uma nova regulamentação do estatuto da terra; é a fundação em Frankfurt, em 1873, do “primeiro consórcio internacional para controlar o comércio do café”, “é a formação de um truste de importação e de venda de café”, em Nova York, à altura de 1880; é, enfim, a generalização do consumo do café na Europa e América do Norte. Da produção ao comércio, tudo fica sob o domínio do capital. (LIMA, 1978, p. 107).

Com estas condições determinantes apontadas por Lima (1978) é que a cafeicultura vai se expandir por todas as terras disponíveis nas chamadas regiões antigas dos cafezais, e vai necessitar de novas áreas. Porém, ocupar as regiões ocidentais do estado de São Paulo não era tarefa fácil, necessitava de investimentos em infraestrutura e um mínimo de protagonismo estatal para reger estas novas frentes pioneiras como bem demonstra uma correspondência entre um juiz local e o Governador da Província de São Paulo recolhidas por Fernandes (2008).

[...] V. Excia. conhece perfeitamente a grande extensão de terrenos que existe nesta Comarca – pertencente ao Estado, sendo a serra dos Agudos, as terras da margem do rio Paranapanema, de 1^{as} qualidades e livres de geada; achão-se muito retirada da vista das autoridades, que são os zeladores dessas terras na forma da citada lei e Regulamento de 1854 a mesma lei. Consta-me também que as matas e campos de 1^{as} qualidades entre Lençóis e o Avanhandava, porem neste termo ainda não existe comunicação por falta de estradas, são devolutas, estão ilegalmente ocupadas por individuos e bem assim as terras denominadas Dourados. (FERNANDES, 2008, p. 31).

A partir de 1905, o Estado assume o papel de organizador da dinâmica territorial e do regime de incorporação do território ao processo de expansão da agricultura capitalista. Expedições exploratórias com a finalidade de “mapear” os chamados “sertões desconhecidos” são as primeiras iniciativas de apropriar-se das terras. São organizadas as denominadas “Comissões Geográficas e Geológicas”, que vão descer os cursos dos principais rios que cortam a região, a fim de mapear o território para antecipar um diagnóstico de planejamento de sua apropriação.

O aquecimento dos mercados, potenciado pela demanda externa agia como força motriz da expansão da cafeicultura e na produção do espaço como bem define Lima 1978:

A ocupação sistemática do oeste paulista pelas frentes de conquista intensifica-se a partir das duas últimas décadas do século XIX. Embora a criação de gado se incluísse entre as atividades da produção que ali se organizava, é a cultura do café a grande impulsionadora do movimento. [...] A economia cafeeira – centro motor do desenvolvimento capitalista no Brasil – insere-se, como já foi dito anteriormente, no âmbito do crescente comércio internacional. (LIMA, 1978, p. 106).

Essa força motriz, representada pela demanda externa, em pouco tempo absorveria todas as terras da última fronteira agrícola do estado de São Paulo, adentrando inclusive nos estados vizinhos como sul de Goiás (GO), triângulo mineiro (MG) e noroeste paranaense (PR) (MONBEIG, 1984). Assim, a apropriação territorial não foi característica de tempos lentos, pois, havia a necessidade de acelerar o processo de expansão da cafeicultura e a apropriação das terras do ocidente paulista para aproveitar-se do *boom* do mercado externo, ou seja, não se daria mais somente pela ação lenta de indivíduos isolados, havia a necessidade de executar empreendimentos de grandes vultos para acelerar o processo.

Figura 1 – Exploração do rio Feio/Aguapeí.



Embarque do pessoal que desceu o rio Feio até ao Paraná

Expedição dos Rios Feio e Aguapehy (F37)

Fonte: Fernandes (2011 *apud* COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA, 1905)

Segundo Lima (1978), os primeiros cafeicultores protagonistas da expansão, em sua maioria eram de mineiros e fluminenses que “traziam como denominador comum a decadência econômica das suas regiões de origem”. A partir da década de 1880 “há uma substancial transformação qualitativa”.

Os personagens precedem agora de áreas economicamente prósperas, onde eles mesmos são grandes proprietários, sendo seus pontos de partida Jaú, Piracicaba, Limeira, Descalvado. Seus empreendimentos, de corte nitidamente capitalista, alicerçam as novas bases sociais da região. [...] Os novos proprietários são agora: Companhia Rural do Brasil, Companhia Rural de São Paulo, Companhia Agrícola Industrial e Colonizadora do Oeste de São Paulo, Coronel José Ferreira de Figueiredo, Araújo Leite, Virgílio Rodrigues Alves, João Batista de Carvalho, Ferreira Jorge e Cia., Salvador de Toledo Piza. É a classe dominante do sistema rapidamente se reproduzindo no ocidente da província. (LIMA, 1978, p. 110-111).

Uma vez mapeado o território, e com o protagonismo de interesses capitalistas de grande magnitude, começa-se então a instalação das ferrovias para impulsionar a apropriação das terras e o escoamento das riquezas extraídas dos cafezais, e, em menos de dez anos chegam a Bauru importantes ramais ferroviários, consolidando um dos maiores entroncamentos ferroviários do Brasil (LIMA, 1978).

A posição nuclear de Bauru é que o torna ponto de referência mais importante. É terminal de importante ramal da E. F. Sorocabana que o alcança em 1905; está na rota dos trilhos da Cia. Paulista de estradas de ferro que o atingem em 1910; é o ponto de partida da E. F. Noroeste [do Brasil] e a base de toda a infraestrutura organizada para garantir a construção da ferrovia. É enfim a sede urbana mais potencializada antes dos territórios dos índios Caingangues [...]. (LIMA, 1978, p. 26).

O oeste Paulista até então era o último refúgio dos povos Caingangues, que já haviam enfrentados outros processos de expansão capitalista, e que, encontraram nestas terras a possibilidade de se refugiar das hostilidades do homem branco. Porém com a expansão cafeeira, logo surgiu a necessidade de instalações das ferrovias, que rasgaram os sertões para servir de rotas para a ocupação.

Figura 2 – Moradias destruídas dos Índios Caingangues



Fonte: Fernandes (2011 *apud* COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA, 1905)

Era o golpe de misericórdia contra a população indígena, que segundo relatos recolhidos por Lima (1978), foram dizimados com requintes de crueldade inimagináveis, pois era preciso transformar o espaço em questão, substituindo matas e comunidades indígenas por latifúndios, grandes cafeicultores capitalistas, cidades, ferrovias, etc., consolidando definitivamente um dos maiores processos de expansão capitalista, que, seguindo todas as características de sua natureza, vai recorrer às formas típicas de uma acumulação primitiva, que se repousa nos métodos idílicos para consolidar o processo de expansão e desenvolvimento da agricultura capitalista nesta região como também afirma Lima (1978).

A 'limpeza' do terreno para a implantação do leito ferroviário, por outro lado, implicava em uma operação prévia, ou seja, a remoção dos contingentes humanos que aí viviam. [...] A solução foi a utilização de um expediente que já se constituía como prática rotineira na conquista da terra: as tropas de 'bugreiros' reaparecem para subempreitar a operação prévia, estipendiadas pelas construtoras da empresa ferroviária. Seus contingentes serão integrados como 'trabalhadores', embora seus instrumentos de 'trabalho' sejam a 'Winchester 44'. (LIMA, 1978, p. 161-162).

Assim, “a ferro e fogo”, as relações de produção capitalista foram moldando o oeste paulista a sua imagem e semelhança, através do extermínio da população nativa, do desmatamento dos chamados sertões do oeste, consolidando a grilagem das terras, constituindo os latifúndios, e submetendo trabalhadores migrantes e imigrantes ao regime de colonato, precursores do assalariamento e da proletarização

agrícola, que, devido à voracidade da apropriação territorial, não criou um campesinato como ponta de lança da constituição da zona de fronteira agrícola, eles foram úteis nos tempos lentos, aqui a velocidade não permitiu sua existência.

Definimos como tempos lentos, o que Santos (2001) caracterizou de meio técnico, aquele em que há uma presença da técnica na mediação homem/natureza, mas que a natureza ainda exerce uma relação de igualdade sobre o homem, pois as técnicas embora transformem o espaço, ainda é insuficiente para seu efetivo domínio. Neste processo, a expansão das relações sociais de produção são lentas, e, no caso do Brasil ocasionou inclusive a transformação do espaço concebido como ilhas, onde não havia uma unidade espacial, o espaço produtivo era descontínuo e fracionado, interrompidos por sucessões de vastas extensões naturais.

Durante quatro séculos vagarosos, o território brasileiro, mas sobretudo algumas áreas, como a Bahia, foram a base de uma produção fundada na criação de um meio técnico muito mais dependente do trabalho direto e concreto do homem do que da incorporação de capital à natureza. Esta, de certo modo, teve ao longo do tempo um papel relevante na seleção das produções e dos homens. (SANTOS, 2001, p. 35).

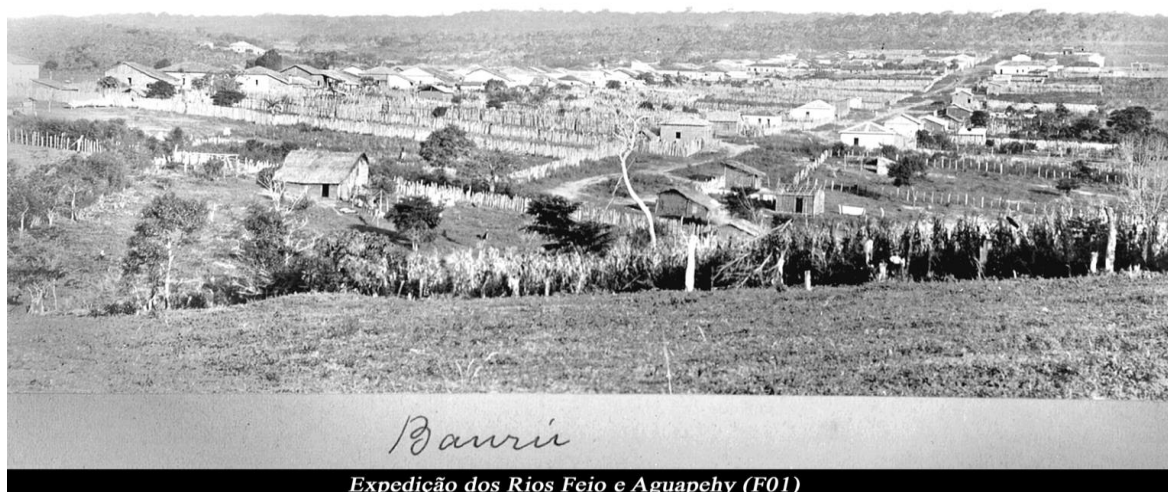
Neste cenário, foi útil a penetração de levas humanas para enfrentar a natureza e derrotá-la, abrindo frentes de colonização e de extensões territoriais aptas para o desenvolvimento da agricultura capitalista, mesmo que a apropriação posterior se desse por empreendimentos de corte capitalista, a primeira relação estabelecida, era do camponês desbravador, que, com sua família derrubava a selva e desenvolvia uma agricultura de subsistência, para, “amansar” a terra e deixá-la livre para a agricultura de *plantation*. Também porque a própria produção de alimentos e de artigos domésticos, era útil numa economia colonial, baseada na *plantation*, como demonstrou Gorender (2010).

Na região de Bauru, como já adiantamos, a incorporação do espaço ao processo produtivo, se deu com a utilização de técnicas já bastante desenvolvidas, potencializando o aceleração do tempo da apropriação territorial, culminando com a expansão em larga escala não só da produção e circulação de mercadorias, mas também da velocidade do povoamento, de um período dominado pela técnica, uma técnica ainda limitada é verdade, mas muito eficiente se comparada às do período colonial, haja vista que já experimentavam a presença da máquina a vapor, do telégrafo, e em alguns casos, da eletricidade, embora, muito do transporte ainda dependiam de mulas e juntas de bois.

A herança deste processo se materializa nas feições do território, presentes nas relações de produção aqui estabelecidas, mas também nas características da circulação e do povoamento, refletida na urbanização decorrente da ferrovia, característico do centro-oeste paulista no seu processo de apropriação.

As cidades surgiram como mediadoras entre a atividade cafeeira e o comércio internacional, suas funções não passavam de entrepostos e mediações entre a demanda de insumos, de serviços, de regulação da mão de obra e de escoamento da produção agrícola. Todas, salvo raríssimas exceções, surgiram à beira das ferrovias, como extensão das estações ferroviárias, exemplo clássico é a própria cidade de Bauru, que surgiu basicamente como entreposto ferroviário.

Figura 3 – Vista parcial da cidade de Bauru em 1905



Fonte: Fernandes (2011 *apud* COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA, 1905)

Para além das funções ligadas às ferrovias, no estado de São Paulo e na região de Bauru, as cidades em sua grande maioria cresceram com mais intensidade posterior à crise cafeeira, ou seja, serviram de refúgio aos trabalhadores que saíam do campo procurando alternativas na cidade. Por isso, o estado de São Paulo projetou uma urbanização numa velocidade maior que outras regiões do Brasil, porque havia a necessidade de fixação da massa de trabalhadores que saíam dos cafezais e que precisariam estarem à disposição da economia urbana/industrial, para isso foi preciso constituir uma rede urbana, mesmo que pequena, para suprir demandas de abastecimento, de serviços, e de posto de informação e de mercado, também para

evitar a mobilidade dos trabalhadores, fixando uma mão de obra permanente neste espaço como nos aponta Perillo (1992).

Nos anos 20, a Região fazia parte daquelas que apresentavam uma baixa proporção da População Economicamente Ativa (PEA) urbana no Estado, estando sua população, na quase totalidade, empregada na agricultura, especialmente, em função da cultura do café. As cidades funcionavam como suporte às atividades agrícolas, através do comércio e dos transportes. As indústrias eram praticamente inexistentes, destacando-se apenas o ramo da construção civil. Alguns estudiosos afirmam que o desenvolvimento industrial na região teve, desde a origem, 'um caráter subordinado, com base na articulação agricultura-indústria'. (PERILLO, 1992, p. 50).

O colonato, relação de produção que exigia a permanência dos trabalhadores nas grandes fazendas de cafés, era responsável pela manutenção dos baixos índices de urbanização, uma vez que, para rebaixar o custo de produção e fugir do assalariamento clássico, os grandes capitalistas produtores de cafés cediam algumas ruas de cafés para os colonos produzirem sua própria subsistência.

Num segundo momento, quando o sistema de colonato sucumbiu, os trabalhadores foram fixados nas inúmeras pequenas e médias cidades do estado mais urbanizado do país, ficando disponíveis como uma massa de trabalhadores livres, para serem recrutados tanto pelas atividades fabris urbanas quanto pelas atividades agrícolas que iriam se desenvolver posteriormente à crise da cafeicultura, como também apontou Perillo (1992).

A crise da economia cafeeira nos anos 30 provocou um declínio na produção do café. Como consequência, parcela expressiva da população rural da Região de Bauru deslocou-se para os centros urbanos mais próximos ou para outras regiões do oeste, como Araçatuba, Marília, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, que mantiveram seu dinamismo, diversificando sua produção e ocupando suas terras com algodão, produtos alimentícios e pecuária, além do café. (PERILLO, 1992, p. 50).

As décadas de 60/70 do século XX foram de plena estagnação econômica na região de Bauru, a crise da agricultura cafeeira, produziu uma decadência econômica na região, levando milhares de trabalhadores a migrarem para outras regiões mais dinâmicas e ou para as fronteiras agrícolas ainda em expansão, principalmente para o extremo oeste do estado de São Paulo e também para o noroeste paranaense. Os que não migravam buscando dias melhores, saíram do campo em busca de uma vida melhor na cidade. Na verdade, a saída do campo só se deu porque os trabalhadores não poderiam mais permanecer como colonos nas fazendas.

As grandes fazendas iniciavam um processo de reestruturação produtiva, substituindo a agricultura cafeeira por gado bovino e cana de açúcar, que começava a se apresentar como alternativa aos capitalistas agrários, uma vez que a partir da década de 1970, inicia-se a estruturação da política nacional de subsídio à produção do álcool, o chamado Pró-álcool, que representou mesmo uma salvação para os capitalistas estagnados.

Segundo Perillo (1992), tanto a atividade da pecuária, quanto a atividade sucroalcooleira não absorveria todo o contingente de trabalhadores disponíveis como exército de reserva na região, e o que se notou foi mesmo um decréscimo da população rural da região, ao mesmo tempo que o crescimento da população urbana também apresentou taxas muito tímidas e até mesmo estacionárias, revelando que, a saída imediata de fato foi a migração.

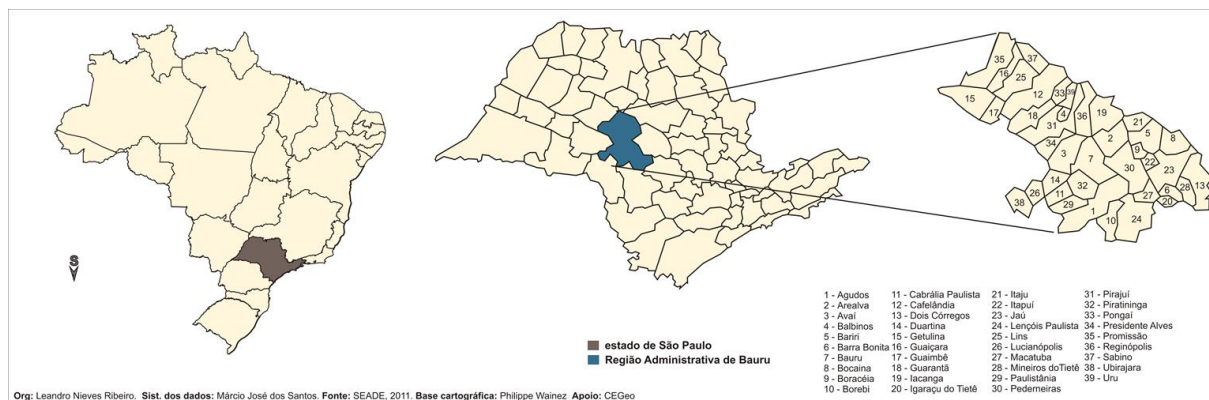
No período 1960/70 verifica-se, no entanto, um arrefecimento no ritmo de crescimento da população regional que passou a apresentar uma taxa de crescimento de 0,62% a.a. evidenciando-se uma redução elevada na taxa de crescimento rural (-4,15% a.a.) e uma pequena diminuição na taxa de crescimento urbano (3,60% a.a.) [...] No tocante ao expressivo decréscimo na taxa de crescimento rural, é bastante plausível acreditar que este seria produto da erradicação acentuada do café e sua substituição por outras culturas, como a cana-de-açúcar; do crescimento das áreas de pastagens, bem como devido à mecanização da agricultura. Estes fatores estariam liberando grande parte da mão-de-obra ocupada nas atividades agrícolas. Convém frisar que um dos efeitos imediatos da expansão da cana-de-açúcar e da pecuária foi a intensificação do êxodo rural acompanhado do aumento do número de trabalhadores sazonais ou volantes, em um período que os centros urbanos não foram capazes de absorver. Isto justifica, em parte, o já comentado declínio do crescimento da população urbana neste período. (PERILLO, 1992, p. 54).

Em geral, os dados só não foram mais catastróficos porque as cidades de Bauru, Jaú e demais centros urbanos regionais, por possuírem um dinamismo maior que os pequenos municípios, acabaram por absorver quantidade expressiva dos trabalhadores que abandonavam em massa as lavouras decadentes de cafés. Este movimento acentuou ainda mais a descampesinação e a concentração fundiária, além de deixar o campo livre para a entrada triunfal da atividade sucroalcooleira, que ganha força na região a partir da década de 1950.

3.2 Caracterização Regional

Na contemporaneidade, a atual região administrativa de Bauru, agrupa 39 municípios localizados na porção centro-oeste do estado de São Paulo (mapa 2), ocupando um território de 16.105 km², que representa 6,5% do estado.

Mapa 2 – Região Administrativa de Bauru no estado de São Paulo e Brasil



Fonte: Seade (2011)

Atualmente a população total da região administrativa de Bauru, segundo o senso de 2010, era de 1.053.258, representando apenas 2,6% da população do Estado (SPDR, 2013). Sendo que somente a cidade de Bauru possui mais de 340 mil habitantes, ou seja, mais de 30% da população regional.

A região de Bauru, seguindo os parâmetros das divisões administrativas do estado de São Paulo, possui três regiões de governo, ou microrregiões, sendo elas, Bauru, Jaú e Lins. Jaú com aproximadamente 133 mil habitantes e Lins com 72 mil (SPDR, 2013), são as outras cidades com maior número de habitantes.

Apesar de apresentar elevado grau de urbanização, cerca de 94,5% (SPDR, 2013), a concentração da população regional está contida em sua porção leste, haja vista que suas duas maiores cidades ali se concentram, Bauru e Jaú, além de outras importantes cidades como Lençóis Paulista (62 mil habitantes), Agudos (34.700), Pederneiras (45 mil) e Barra Bonita (35 mil). Exceto Lins a oeste da região que possui uma população razoável, a maioria das cidades possui população abaixo de dez mil habitantes.

A economia regional é caracteristicamente influenciada pela cidade polo e pela sua função na ocupação regional. Desde sua gênese, a cidade de Bauru se organizou para servir como entreposto de abastecimento à colonização e ocupação

do oeste de São Paulo, ou seja, servir como ponto de logística à economia agrícola do oeste da província. Esta herança ainda influencia com muita força a economia atual da região, que têm no setor de serviços sua principal atividade econômica como demonstra estudo do governo do estado.

Segundo a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, (SPDR, 2013), o setor de serviços é responsável por 68,4% do Valor Adicionado do PIB regional, enquanto que a indústria aparece em segundo com 26,5% e agropecuária com 5,1%. Vale ressaltar que, o que se computa como indústria, em sua grande parte, são processadoras de cana-de-açúcar, de madeira e frigoríficos, e do ramo de alimentos em geral, em sua maioria vinculadas ao sistema do agronegócio, isso faz com que a agricultura tenha uma porcentagem muito pequena, mas boa parte do PIB industrial está diretamente ligado ao agronegócio.

Um fator que devemos ressaltar é que segundo o mesmo estudo, ainda que inferior na economia regional, a agropecuária é o setor da economia da região que possui a maior porcentagem em relação ao do estado, ou seja, a participação da agropecuária regional na agropecuária estadual é de 6% enquanto que serviços 1,9% e indústria 1,8% são quase irrisórios, no entanto cabe ressaltar que estamos referindo a uma unidade da federação em que a indústria e serviços comandam a economia nacional, neste sentido é normal que a região tenha uma importância muito pequena dentro destes setores no estado, embora ambas sejam hegemônicas na região, que possui um PIB de aproximadamente R\$ 19.600 milhões de reais.

Outro fator que merece destaque é que o município de Bauru responde por mais de 30% do PIB regional, e, com Jaú, Lins, e Lençóis Paulista os quatro municípios mais importantes da região, representam aproximadamente 63% do PIB regional.

3.3 Dinâmica espacial do agronegócio

O agronegócio é a evolução da dominação da agricultura pelo capital, é a síntese de um modelo de agricultura forjado pelo modo de produção capitalista. Em todos os países onde se permitiu que o capital tivesse livre arbítrio sobre a propriedade da terra bem como da exploração da força de trabalho e a produção exclusiva para o mercado, encontraremos uma organização espacial mais ou menos parecido. É da

lógica do capital em seu processo de dominação da agricultura, a produção de espaços homogêneos, independente da região do planeta em que atua.

A supremacia da grande exploração em detrimento à espoliação camponesa é uma das características mais visíveis do capitalismo na agricultura, a monopolização do território por grandes empresas agrícolas e a sucumbência da pequena exploração foi moldando a agricultura em quase todo o globo terrestre, ainda mais quando vivemos numa fase do capitalismo globalizado, onde não existem mais fronteiras nacionais para os grandes conglomerados econômicos, pois o mercado impulsiona ou desacelera a produção local em face da demanda global.

No caso brasileiro, a situação é ainda mais profunda, pois, a concentração absoluta da propriedade da terra é a sua característica mais aguda. Com uma estrutura fundiária altamente concentrada e que sobreviveu aos diversos regimes políticos pós independência sem sofrer nenhuma alteração, deixou como herança uma reduzida classe de grandes proprietários de terras e uma multidão de agricultores sem terras, ou seja, esta característica serviu como elementos fundantes para a propagação do agronegócio como modelo predominante de organização da agricultura capitalista. O quadro a seguir extraída do trabalho de Sauer e Leite (2012), traz a síntese da estrutura fundiária brasileira.

Quadro 1 – Número e área dos estabelecimentos por grupos de área total – Brasil – 2006

Grupos de Área total	Nº de estabelecimentos (unidades)	%	Área dos Estabelecimentos (hectares)	%
Menos de 10 hectares	2.477.071	47,86	7.798.607	2,36
10 a menos de 100 hectares	1.971.577	38,09	62.893.091	19,06
100 a menos de 1.000 hectares	424.906	8,21	112.696.478	34,16
1.000 ha e mais	46.911	0,91	146.553.218	44,42
Total	5.175.489	100,00	329.491.393	100,00

Fonte: IBGE (2006); Brasil (2009, p. 10 *apud* SAUER; LEITE, 2012, p. 506)

Ou como definiu Camacho (2009, p.4),

o agronegócio é a contradição, “barbárie e modernidade”, isso significa dizer que esse modelo agrário-agrícola nacional apresenta uma roupagem moderna de alta produtividade (que na verdade é mentira, pois quem mais

produz é a pequena propriedade), tecnologia avançada, produtor de divisas, etc. Por outro lado, esconde ideologicamente suas raízes intrinsecamente ligadas ao modelo latifundiário colonial nacional de *plantations* e, logo, a sua exclusão social e degradação ambiental como continuidade. Daí a expressão 'moderno-colonial' utilizada por Gonçalves para explicar as relações capitalistas ditas modernas nos países subdesenvolvidos.

É nesta arcaica estrutura agrária que o “moderno” agronegócio vai repousar e desenvolver com êxito seu projeto de agricultura. Isso foi possível por alguns fatores determinantes como:

Um longo e contínuo processo de expropriação camponesa, entenda-se parceiros, meeiros, vaqueiros, ribeirinhos, colonos, posseiros, quilombolas, comunidades tradicionais em geral, que compõem a maior parte do campesinato brasileiro, que, embora vivam e dependam do campo para garantir sua sobrevivência, não possuem acesso à terra, ou quando muito, juridicamente sua posse não possui uma garantia constitucional. Nestes casos, a terra é facilmente sequestrada pelo peso político, econômico e de coerção dos grandes latifundiários.

Um contínuo e longo processo de subordinação dos pequenos proprietários através da sujeição destes ao mercado, levando-os a competirem numa disputa desigual entre grandes empresas e pequenos produtores, na qual o destino mais visível é a sucumbência dos pequenos, levando também a um processo de descampesinação através do endividamento, da penhora das terras, da incapacidade de evolução de seus meios de produção, haja vista que esta parcela de pequenos proprietários, a rigor maioria absoluta dos proprietários no Brasil, mas que controlam uma ínfima quantidade das terras, nunca teve acesso a uma política de Estado que lhes dessem garantias. O cenário produzido durante décadas foi a competição desigual entre a junta de bois em relação aos modernos tratores, a enxada e o trabalho familiar contra gestão empresarial casado com volumosos recursos públicos.

A histórica constituição de um gigantesco exército de mão de obra barata que vagueiam pelo território nacional tentando se reproduzir enquanto seres humanos, num país onde esses proletários ganharam uma denominação bastante coerente, aqui eles são chamados de sem terras. De fato, desde o período colonial, o tipo de organização do campo brasileiro sempre se repousou em uma classe de grandes proprietários e de um numeroso exército de sem terras, que devem estar sempre disponíveis, ou como escravos, ou como semi-assalariados, boias-frias, peões, parceiros, meeiros entre outros tipos de trabalhos precários a que são submetidos.

Esses trabalhadores sem terras, em sua maioria, assume a forma migrante por vários motivos, dentre eles, o não acesso a posse da terra. Isso ocorre ou, porque quando possuem acesso à terra, não possuem meios de produção suficientes para lavrarem a terra, ou encontram-se num nível tão alto de pauperização que possuem sequer capacidade física de produzirem por conta própria; também devemos lembrar que não possuem nenhum tipo de subsídio do Estado, a não ser a recente e limitada bolsa-família, mas que durante décadas nem calçados e vestimentas adequadas possuíam.

É nesta estrutura agrária que expomos acima em que o agronegócio vai se instalar. Porém não devemos analisar o agronegócio como um fenômeno do século XXI, ao contrário ele é produto de uma circunstância histórica, em que pesa a eterna dependência da economia brasileira ao mercado internacional, a ausência de uma reforma agrária que democratizasse o acesso à terra como projeto de afirmação e dinamização da economia interna, da incapacidade da sociedade brasileira de dar um sentido social à propriedade da terra, deixando a mesma livre para a especulação e realização do capital, etc.

O agronegócio é um movimento do capital que se inicia na década de sessenta/setenta, que ficou conhecida como Revolução Verde, quando se instalou as bases técnicas da agricultura moderna. Porém, naquele momento histórico, o mercado internacional de *commodities* agrícolas não estava estruturado como nos dias atuais, e mesmo a infraestrutura do país, ainda não estava preparada para a expansão da agricultura e da absorção das regiões mais remotas do Brasil, o que vai ocorrer posteriormente nos fins dos anos oitenta e início dos anos noventa do século XX.

Com uma conjuntura internacional favorável, a partir dos anos oitenta, o agronegócio vai ganhando impulso. Há uma intensa movimentação do capital financeiro internacional, em investir no ramo do agronegócio brasileiro, bem como as grandes transnacionais que dominam a agricultura em todo o globo. Assediadas pela oferta de gigantescas quantidades de terras “ociosas” de boa fertilidade, as grandes corporações seduzem os proprietários de terras para se especializarem na produção de algumas *commodities* agrícolas para o mercado internacional.

Ao revitalizar o agronegócio como força motriz do padrão de acumulação, o ajuste do campo aos imperativos da ordem global reforçou o papel estratégico do latifúndio como base material do capitalismo brasileiro. A aposta na

competitividade espúria, baseada na exploração predatória das vantagens comparativas naturais do território, como forma de conquista de mercados externos supõe a intensificação da agricultura itinerante e, em consequência, a abertura de novas frentes de expansão para o latifúndio. A liberalização do comércio externo sem nenhum cuidado com a preservação da autonomia alimentar do país expõe os agricultores familiares à concorrência desigual de produtos importados, comprometendo a sobrevivência de pequenos e médios produtores. Por fim, a modernização indiscriminada, sob os auspícios das grandes multinacionais que controlam os pacotes tecnológicos e biotecnológicos da exploração do campo pelo capital, implica na eliminação de grandes quantidades de emprego no campo. (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 20).

Por outro lado, também os grandes proprietários de terras aceitam a sua subordinação às grandes corporações, pois dado o perfil da produção em larga escala, há uma compensação pelo montante produzido, desta forma, acumulam capital explorando a terra e a força de trabalho dos proletários agrícolas que, no Brasil, possuem salários irrisórios. As grandes empresas também se realizam pois, ao controlarem o mercado, especulam com a produção agrícola, através do controle privado do estoque e da venda futura, ao passo que acumulam também muito capital com a venda de insumos produtivos como maquinários, fertilizantes, sementes patenteadas, assistência técnica, defensivos agrícolas, herbicidas, *etc.*

Há também uma poderosa classe de rentistas agrícolas, ou seja, aqueles proprietários que não possuem interesse em organizar sua empresa agrícola, mas que se satisfazem arrendando suas terras para os capitalistas agrários em expansão, ou até mesmo por corporações transnacionais que não querem cristalizar seu capital em aquisições de terras, mas que desejam explorar o *boom* do mercado agrícola, sendo o arrendamento uma alternativa momentânea.

Por fim, há ainda uma classe de latifundiários especuladores, que mantêm suas terras ociosas a fim de valorizarem, e realizar arrendamentos ou vendas diretas, seja para outros latifundiários, seja para as grandes empresas ou até mesmo para o Estado, quando estes pressionados pelos movimentos de trabalhadores sem terras, são levados a desapropriar imóveis através de indenizações milionárias.

Um elemento decisivo na reprodução do sistema do agronegócio está contido nos investimentos estatais destinadas a este setor. Nos últimos anos nenhum setor da economia brasileira ganhou tanta atenção como o agronegócio, os governos Lula e Dilma (2002 a 2013), cuidaram do agronegócio como a galinha dos ovos de ouro, tanto que o presidente Lula (2005), aclamou o setor dos usineiros como heróis nacionais, ao ressuscitarem a cana-de-açúcar como motor da economia agrícola,

esquecendo-se que esta cultura foi a alavanca econômica do período colonial brasileiro.

Após um curto ensaio com a burguesia agrária brasileira, a agricultura começa a sofrer especulações do capital internacional, e uma vez aquecido o mercado mundial de *commodities* agrícolas, empresas do mundo inteiro começam a se instalar no Brasil. Empresas que vão desde o ramo financeiro, à química agrícola, passando pela informática, maquinaria agrícola em geral, mas fundamentalmente grandes corporações que dominam a produção e principalmente a circulação de *commodities* agrícolas, como Bayer, Basf, Syngenta, Monsanto, Louis Dreyfus, Dupont, *etc.*

Em relação ao nosso recorte de estudo, no caso a região administrativa de Bauru, os desdobramentos são reflexos do que se verifica em escala nacional, pois no Brasil a organização da agricultura, ou a espinha dorsal do modelo agrícola, segue as tendências de uma agricultura organizada para fins externos.

3.4 Territorializações do agronegócio na região de Bauru

Na região de Bauru, o agronegócio se territorializa desde a década de 90 a cada instante com mais intensidade, indo além da prática agrícola e da pecuária pura e simplesmente. Sintetiza um movimento acelerado de investimentos técnicos, seja de plantas industriais, maquinaria em geral, mas também de conformação de uma mão de obra “qualificada” e adestrada para as atividades eleitas como predominantes na região, além das logísticas (como rodovias, ferrovias, porto fluvial, *etc.*), centros de pesquisas, de informação e de gerenciamento.

Neste mesmo movimento, de acordo com a intensidade de desenvolvimento das forças produtivas no campo, as redes urbanas também pouco a pouco vão ganhando importância e transformando-se em cidades repositórias de mão de obra especializada, como: operadores das modernas colhedadeiras de cana, serralheiros, mecânicos, químicos, motoristas, torneiros mecânicos, *etc.* Algumas cidades chegam a conformar o que Santos (2001) conceituou de cidades agrícolas, compreendendo àquelas que sua existência só tem sentido se entendidas a partir das demandas que a agricultura lhe impõe.

No entanto, não só a cidade existe em função da agricultura como propunha Santos (2001), neste processo de reposição de insumos e incorporação de

mão de obra, as cidades tornam-se integrante do processo produtivo da agricultura capitalista, ambas se complementam, porque se por um lado o campo se apresenta altamente integrado e dependente da mão de obra das cidades, elas também estão integradas e dependentes da agricultura para sua significação econômica, seja através do comércio, dos serviços, da pesquisa e da informação.

Neste processo, quem ganha é o empreendimento capitalista que extrai mais-valia tanto dos trabalhadores do campo, quanto dos trabalhadores das cidades, que trabalham no campo, operando desta forma uma via de mão dupla, pois, para viabilizar este modelo de agricultura foi necessário no passado, um amplo processo de expropriação camponesa.

O estado de São Paulo apresenta a maior taxa de urbanização do país, atingindo as estatísticas de 93,41% da população vivendo na cidade, enquanto que a média brasileira está na faixa de 82,24%, aproximadamente. Na região de Bauru, a taxa de urbanização apontada é de 94,41% (SEADE, 2010), demonstrando que o grau de urbanização na região, é maior que do estado e do Brasil, porém devemos salientar que dos 39 municípios da região, apenas dois possuem população superior a cem mil habitantes, sendo a cidade de Bauru com um pouco mais de 340 mil habitantes e Jaú com aproximadamente 133 mil.

As perspectivas, portanto, é de aumento da urbanização em detrimento de uma descampesinação permanente, pois, a expansão da agricultura capitalista na região de Bauru deve seguir as tendências gerais do mesmo processo que se verifica no âmbito nacional, nesta nova fase de acumulação no campo. Esta nova fase supera os demais padrões de produtividade do trabalho e uso da terra, verificado em épocas anteriores, na qual tende a anular boa parte das terras improdutivas de nossa região, impondo-lhe uma determinada função na estratégia de extração de renda, riqueza e lucro.

Desta forma, terras que num estágio anterior apresentavam baixa produtividade e uso irracional ou com atividades com baixo nível técnico, transformam-se gradativamente em contra tendência face ao chamado agronegócio. Exemplo disto é o aumento da área plantada e o aumento da produção dos três principais produtos do agronegócio na região de Bauru, conforme demonstram os dados a seguir.

Analisando dados disponíveis pelo Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA, 2011), constatamos um crescimento gigantesco na produção da agricultura capitalista e na incorporação de novas terras. Pegando como marco uma escala de tempo entre os anos de 2000 a 2010, constatamos a seguinte evolução:

Em 2000, na região administrativa de Bauru, havia 7.472.090 pés de laranja em produção. Em 2010 este número sobe para 18.873.528, em 2000 a quantidade de caixas produzidas foram de 17.158.085, já em 2010 foi de 40.340.155 sendo a caixa de 40,8 Kg. (IEA, 2011).

Várias empresas do ramo cítrico vêm intensificando a aquisição ou arrendamento de terras na região como demonstra a reportagem do Jornal da Cidade. Jornal de circulação regional, que possuiu sua sede em Bauru.

A laranja é o novo motor propulsor da agricultura da região de Duartina (38 quilômetros de Bauru). Atualmente são 2,2 milhões em produção. Até o fim do ano, este número deve ser incrementado e atingir os 5,5 milhões, com entrada em produção de 3,3 milhões de novos pés, ou seja, um crescimento de 150% nos pomares de cítricos. (JORNAL DA CIDADE, 2007, p.1).

O referido jornal, ainda traz algumas outras informações que nos auxilia na compreensão do avanço da citricultura sobre as terras que apresentavam baixa produtividade e baixo nível técnico. Assim informa o jornal em seu boletim eletrônico.

Duartina, Lucianópolis e Ubirajara formam a área considerada a nova fronteira da citricultura, graças a um trabalho conjunto realizado de 1994 a 1997. As boas notícias não acabam por aí. Há indícios de que uma empresa de grande porte do segmento instale uma fábrica de processamento da laranja entre Santa Cruz do Rio Pardo e Duartina. A empresa, que não teve seu nome divulgado pela fonte, que prefere manter o sigilo, instalará uma filial para atender esse triângulo que já contabiliza mais de cinco milhões de pés de laranja. A corrida pela região tem duas causas definidas. A primeira delas, detectada em 94 e sanada em 97 por um trabalho conjunto da Secretaria da Agricultura, Sindicatos rurais, prefeituras e agricultores, foi a erradicação do cancro cítrico. "Esse foi o primeiro impulso", comenta o engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura de Duartina, João Pacheco. (JORNAL DA CIDADE, 2007, p.1).

A reportagem em questão também evidencia a disputa por áreas agricultáveis entre as atividades agrícolas e a pecuária, esta última cedendo gradativamente espaço para as atividades ligadas ao agronegócio do setor cítrico.

Para se ter ideia da mudança, em 94, quando começou o trabalho conjunto, as áreas de pastagens representavam 70%. Dez anos depois da erradicação do cancro cítrico, ela diminuiu para 40%. A constatação é do engenheiro agrônomo. 'As pastagens cederam espaço para laranja. Atualmente são três grandes culturas e laranja nessa região é predominante. Ela vai atingir todos os municípios do entorno, Paulistânia, Cabralia Paulista, Alvinlândia, até

chegar em Santa Cruz', diz Pacheco. Sem doenças que atacam os cítricos, as terras foram valorizadas, frisa Pacheco. 'Em 94, o alqueire valia o equivalente a R\$ 4 mil. A mesma terra hoje custa de R\$ 20 mil a R\$ 30 mil. Todo mundo ganhou com o trabalho desenvolvido. Os citricultores vieram comprar terras nos três municípios, Duartina, Lucianópolis e principalmente Ubirajara'. (JORNAL DA CIDADE, 2007, p.1).

Verifica-se um aumento na concentração por perfil de atividades produtivas, na qual tende a se reconfigurar um novo processo de conflitualidades no campo, conflitualidades entre agricultura capitalista e os segmentos da classe trabalhadora e até mesmo conflitualidades intra-capitalista, na perspectiva da concorrência por áreas agricultáveis para o desenvolvimento de atividades agrícolas altamente integradas a indústria.

Todavia, a região de Bauru não apresenta um desenvolvimento homogêneo, a produção espacial do agronegócio possui uma morfologia heterogênea, sendo a atividade sucroalcooleira predominante, mas não dominante, como a exemplo da região de Ribeirão Preto, onde a agricultura é extremamente homogênea e foi totalmente ocupada pela produção de cana-de-açúcar. Em Bauru o que se apresenta é uma diversificação da produção em quatro produtos principais, cana de açúcar, silvicultura, citricultura e bovinocultura.

É claro que existem outras atividades importantes do agronegócio na região, como hortifrúti, avicultura, etc. Porém, estas atividades agrícolas apesar de fazerem parte de um domínio capitalista expresso no agronegócio (empreendedorismo), em grande parte são realizadas por agricultores familiares do tipo empresarial, que compõem o agronegócio, mas não são tipicamente grandes conglomerados econômicos como se verifica nas demais atividades de ponta do agronegócio estabelecido na região.

Para se ter um comparativo, analisaremos dados da expansão de algumas atividades centrais do agronegócio na região como demonstra o Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Em 2000 havia 53.647 *ha* de "área plantada com mais de um ano" de eucaliptos na região. A "área nova" possuía 1.733 *ha*. Em 2010 a "área nova", era composta por 51.971,30 *ha*, e a "área com mais de um ano" era composta por 58.274,50 *ha*. (IEA, 2011).

Porém a atividade que causa maior espanto é a da cana-de-açúcar que hoje ocupa uma área superior a meio milhão de *ha* de terras na região, como demonstra os dados abaixo:

Em relação à cana para indústria, em 2000, tínhamos 254.700 *ha* de “área para corte” e com incremento de 32.140 *ha* de “nova área plantada”. Neste mesmo ano a produção em toneladas atingiu 18.928.240. Como demonstra no quadro 2.

Quadro 2 – Produção de Cana para indústria na região de Bauru 2000-2010

Ano	Área nova/ha	Área para corte/ha	Produção total/T
2000	32.1400	254.700	18.928.240
2001	33.160	261.992	20.510.200
2002	39.271	263.568	21.176.150
2003	43.861	276.293	22.008.278
2004	42.604	288.489,50	22.944.410,71
2005	46.945	297.223	23.821.971
2006	81.552	315.510	25.008.060
2007	77.670	371.748,20	29.998.223
2008	41.654,43	446.693,90	37.130.115,13
2009	42.324,40	471.640,23	40.275.561
2010	48.591	494.367,23	41.255.163

Fonte: IEA (2011); Dados do Autor (2016)

Já em 2010, o que se define como “área nova” subiu para 48.591 *ha*, a “área para corte” subiu para 494.367,23 *ha* sendo que neste último ano foram produzidas 41.255.163 toneladas. (IEA, 2011).

Segundo a CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada), na região de Bauru, os municípios de Lençóis Paulista e Jaú, ocupam o 9º e 11º lugar no ranking dos maiores produtores de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo. Lençóis

Paulista possui 735 imóveis com cana, o que representa 74% das propriedades, com uma área de 47.658,80 *ha*, que representa 87% da área do município (CATI, 2011).

Já o município de Jaú, possui 652 propriedades ocupadas pela cana, que representa 65% das propriedades, com uma área plantada de 46.454,90 *ha* sendo que este número corresponde a 85% da área do município (CATI, 2011). Segundo Teixeira (2010, p. 5):

Em relação a 2003, o incremento absoluto na área plantada com cana em São Paulo em 2008 foi de 1.7 milhão de hectares, o correspondente a 59% da expansão da área com a cultura em todo o Brasil e a 85% do incremento de área no Sudeste, no período. A participação da área com cana em São Paulo sobre a área total com lavouras temporárias no estado é de 69%, e sobre a área total dos estabelecimentos agropecuários em SP, é de 27%.

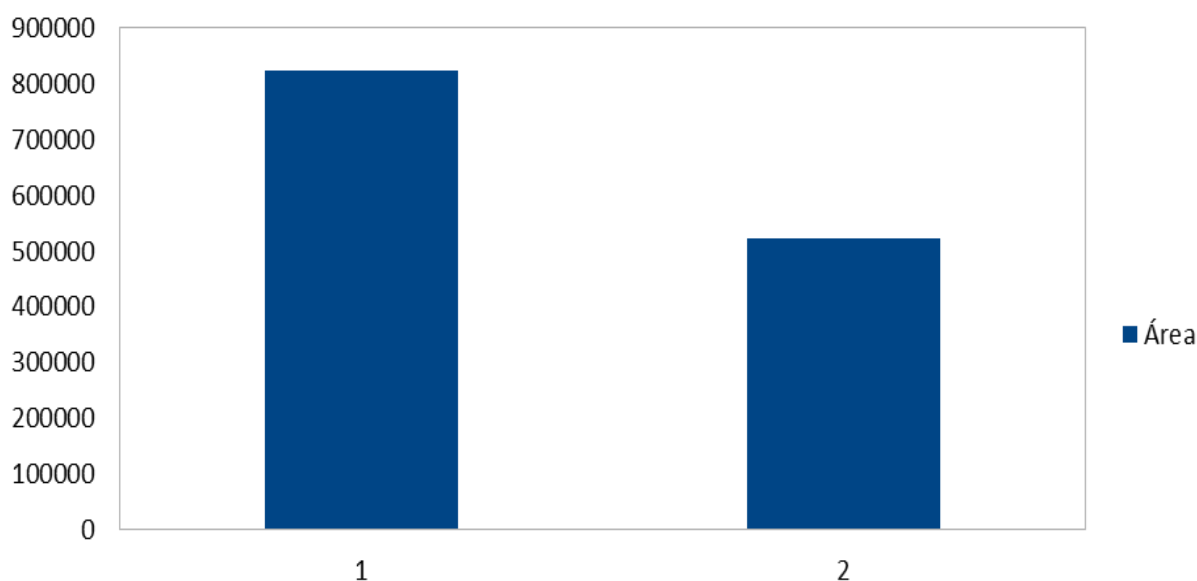
Estas características de disputas por áreas agricultáveis na região, não põem em oposição ou em situações antagônicas as classes sociais detentoras dos meios de produção, e sim o que se nota é uma situação de concorrência capitalista, processo tipicamente normal dentro da lógica do sistema. Esta concorrência é quem delimita o avanço visceral da agricultura na região, na qual o campo se põe como um importante espaço da acumulação capitalista.

Em relação ao gado bovino, confirmam-se todas as hipóteses iniciais, de que esta atividade perdeu gradativamente espaço para as demais atividades acima citadas. Os indicadores do IEA (Instituto de Economia Agrícola), apontavam em 2000 um rebanho de 1.091.407 cabeças, dividido em: “para corte” 761.603 cabeças; “para leite” 114.328; “misto” 215.476 (IEA, 2011).

Já no ano de 2010 o número de cabeças do rebanho bovino na região de Bauru era de 847.791, divididas em: “para corte” 596.852; “para leite” 68.718; e “misto” 182.221. Portanto, a queda no número total do rebanho bovino da região de Bauru foi de 243.616 cabeças (IEA, 2011).

Além da queda do rebanho em si, houve também um profundo recuo nas áreas de pastagens da região. Tínhamos em 2000, 823.269 *ha* de terras cobertas por pastagens, sendo 122.761 *ha* cobertos com pastagens naturais e 700.508 *ha* de pastagem cultivada (IEA, 2011).

Gráfico 1 – Área com pastagens na RA de Bauru



Fonte: IEA (2011); Dados do Autor (2016)

Em 2010, a quantidade de áreas de pastagens naturais caiu para 50.052,80 *ha*, enquanto que as pastagens cultivadas, acompanhando a mesma tendência avassaladora, recuaram para apenas 473.493,59 *ha*. Ou seja, a área total com pastagens em 2010 era de 523.546, 39 *ha*. A queda total da área ocupada com pastagens na região de Bauru foi de aproximadamente 279.723 *ha*. (IEA, 2011).

Diante deste diagnóstico, é possível afirmar que vivenciamos um período bastante propício para o estudo da questão agrária e suas consequências regionais, pois há uma tendência de integração das atividades econômicas, pois o gado, a laranja, a cana e eucalipto, representam apenas diferentes atividades agrícolas, exercendo a mesma função a de transformar a agricultura numa atividade altamente capitalizada, para a extração de renda e lucro.

O que se nota é uma apropriação sistemática da agricultura pelo capital, revolucionando-a, subvertendo-a e integrando a indústria, pois se há pouco tempo a agricultura se subordinava à indústria, hoje ela se apresenta não de maneira subordinada e sim integrada, partícipe do processo produtivo.

Na região de Bauru, principalmente no setor cítrico, grandes conglomerados internacionais possuem unidades produtivas, todas elas possuem grandes pomares de laranja, alterando substancialmente a paisagem da região nos últimos 10 anos. Relaciono à paisagem porque é a primeira percepção que um observador atencioso perceberá ao transitar pela região, empresas como Louis

Dreyfus commodities, Fisher, Citrovita/Citrosuco, Cutrale, *etc.* todas estão instaladas na região.

Nesse comércio globalizado temos dez empresas transnacionais que controlam todo o mercado do setor de agronegócio. Segundo Stedile (2006a, p. 17): '[...] Monsanto, Bunge, Cargil, ADM, Basf, Bayer, Sygenta, Novartis, Nestlé e Danone, controlam praticamente toda a produção agrícola, de agrotóxicos, de sementes transgênicas e o comércio agrícola de exportação'. (CAMACHO, 2009, p. 5).

Para se ter uma ideia, segundo o Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA 2010), na região de Bauru a área plantada com laranja em 1995/6 era de apenas 24 mil hectares. Já em 2007/8 ultrapassava 58 mil hectares, com uma produção anual de mais de 40 milhões de caixas de 40,8 kg. Se atualizarmos os dados, este número pode ser ainda maior, pois de 2010 a 2015 milhões de novos pés de laranja iniciaram sua produção, e outros milhões foram plantados e que ainda não iniciaram sua produção.

Segundo aponta estudo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR, 2013), a área plantada com laranja na região de Bauru teve um aumento de 142%. Este aumento vertiginoso está relacionado a alguns elementos que merecem destaque.

Um dos fatores determinantes para esta expansão deve-se ao fato de que as terras da região, principalmente na sua porção sul, não haviam experimentado movimento de especulação imobiliária da terra como ocorriam em regiões mais disputadas do estado e até mesmo da região, ainda eram terras em sua maioria ocupadas pela pecuária extensiva e de baixo nível de capitalização, portanto havia um estoque considerável de terras a baixo preço.

Outro fator que devemos ressaltar, está relacionado à existência de grandes quantidades de terras públicas da União entre os municípios de Agudos, Borebi, Iaras e Lençóis Paulista. Estas terras foram destinadas no início do século XX para estabelecer uma colônia de imigrantes nesta região, porém nunca saiu do papel, e que serviu de objeto de grilagem por parte de latifundiários individuais e de empresas do ramo da madeira, no entanto, devido à insegurança jurídica destes grilos, tradicionalmente as terras que estão localizadas na área de reivindicação da União, o valor da terra é muito inferior ao preço corrente na região, o que atraiu grandes empresas do ramo cítrico a se instalarem naquele território. Um caso que veio a

público recentemente é o da multinacional Cutrale, que instalou um grande pomar justamente na área em litígio.

Essas terras foram sendo ocupadas ao longo dos anos, e, após forte pressão dos movimentos sociais, a partir de meados dos anos 1990, o Estado brasileiro passa a reivindicá-la novamente. A reportagem abaixo justifica nossa afirmação:

No último dia 10 de julho (2013), a juíza substituta da 1ª Vara Federal de Ourinhos (SP), Melina Faucz Kletemberg, atendeu a um pedido de tutela antecipada feito pelo Incra, por meio da Advocacia Geral da União (AGU), e bloqueou a matrícula da fazenda, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Cerqueira César (SP). No pedido de tutela, Incra e AGU alegam que a Fazenda Santo Henrique integrava um antigo projeto de colonização federal iniciado em 1910. A área total destinada ao chamado Núcleo Colonial Monção somava cerca de 40 mil hectares que abrangiam os atuais municípios de Agudos, Lençóis Paulista, Borebi, Iaras e Águas de Santa Bárbara. (AGENCIA BRASIL, 2013, p.1).

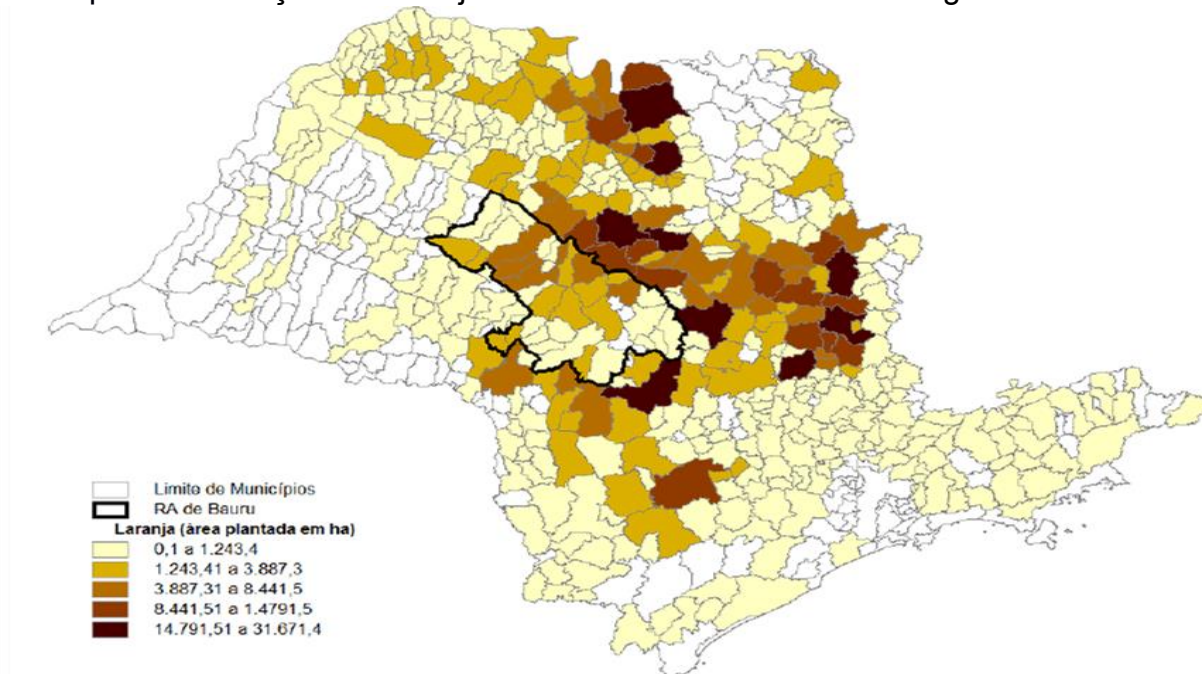
Por último, a migração dos pomares cítricos do principal centro citrícola do estado, que compreendia a região de Araraquara, Barretos, Bebedouro, *etc.*, para a denominada região nova que é a de Bauru, deve-se também a um novo processo de centralização e monopolização da produção e da circulação de produtos cítricos.

Na região antiga, a produção era realizada em sua grande parte por pequenos e médios produtores, que produziam laranja e comercializavam com as empresas processadoras de suco, porém, estas empresas como Cutrale, Citrovita, Citrosuco, Fisher, *etc.*, iniciaram um movimento de cartelização na compra de laranja, quebrando centenas de fornecedores, ou médios e pequenos produtores. Num segundo momento, essas empresas iniciam um movimento de monopolização da produção e começam a migrar do principal polo citrícola do estado, para regiões marginais, incluindo a de Bauru. Nestas novas regiões o caráter da produção muda drasticamente, neste processo de monopólio da produção, as empresas adquirem grandes quantidades de terras, a baixo custo e elas mesmo dominam a produção, eliminando o fornecedor, a rigor, médios e pequenos proprietários.

Alguns dados já demonstram tal tendência. Segundo o IEA (2015), somente no primeiro trimestre de 2015 o valor das exportações de sucos provenientes do estado de São Paulo foi de (US\$561,39 milhões, dos quais 99,2% referentes a sucos de laranja), ao passo que as exportações de suco, tiveram crescimento, na comparação do primeiro trimestre de 2015 com o de 2014, de +24,3%. Ou seja, a tendência é que o setor passe por um processo intenso de valorização e quem

controla não só a produção, mas, fundamentalmente, a circulação deste produto, são as grandes corporações transnacionais.

Mapa 3 – Produção de Laranja no estado de São Paulo e na região de Bauru



Fonte: Secretaria de Agricultura e abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA, Elaboração: SPDR/ UAM

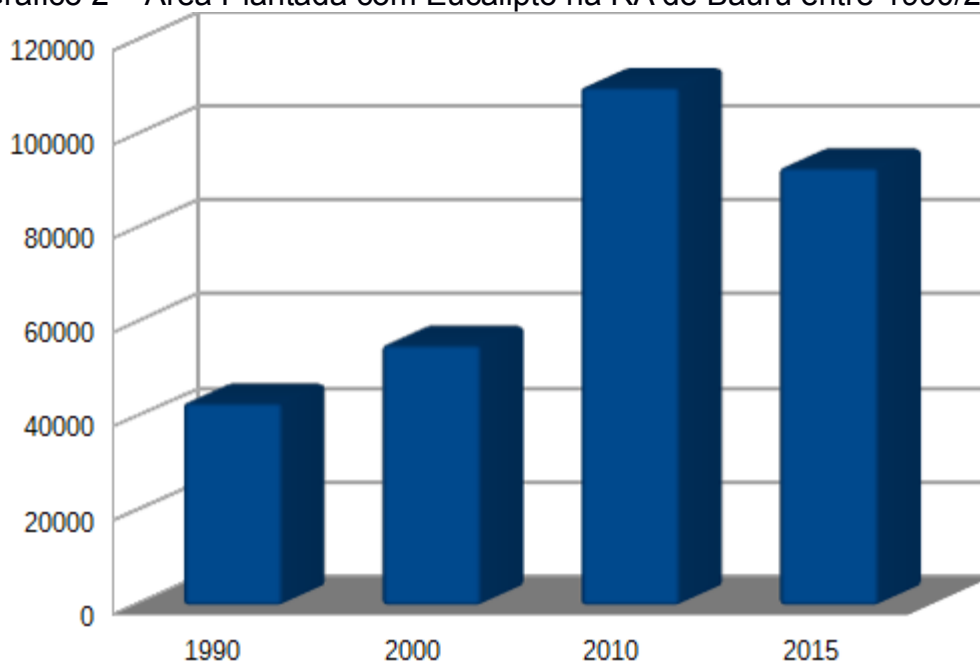
A área plantada com laranja na região ainda é pequena se comparada a chamada região antiga, mas o que chama atenção é a velocidade do crescimento como foi exposto acima, atingindo quase 150% de crescimento em pouco mais de 10 anos.

No entanto, não é somente a laranja que vem ocupando as terras da região, outra atividade de destaque do agronegócio regional, é do setor madeireiro, relacionado à plantação de eucaliptos, para atender demandas da indústria de celulose e de laminados de madeira. Na região administrativa de Bauru, estão localizadas duas importantes processadoras de madeira, uma no município de agudos (Duratex) e outra no município de Lençóis Paulista (Lwart/Lwarcel), estas empresas intensificaram sua produção nos últimos anos, fazendo com que a área plantada tivesse um aumento de 79% entre 1995/6 e 2007/8, como atesta dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR, 2013).

Ainda segundo a Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), na região administrativa de Bauru, a área total com plantações de eucaliptos em 2010 ultrapassava 110 mil hectares de terras, a maior parte localizadas nos

municípios entorno das fábricas processadoras, como: Agudos; Avaí; Bauru; Borebi; Piratininga; Pederneiras e Lençóis Paulista. Estes municípios respectivamente segundo estudos da SPDR, respondem por 75% da produção regional de eucaliptos, ou seja, apenas sete municípios dos 39 que compõem a região administrativa de Bauru, são responsáveis por 75% dos mais de 100 mil hectares de eucaliptos plantados na região. É válido lembrar que se formos atualizar os dados até 2015, este número pode ser maior, pois a atividade ganhou ainda mais impulso nos últimos anos.

Gráfico 2 – Área Plantada com Eucalipto na RA de Bauru entre 1990/2015

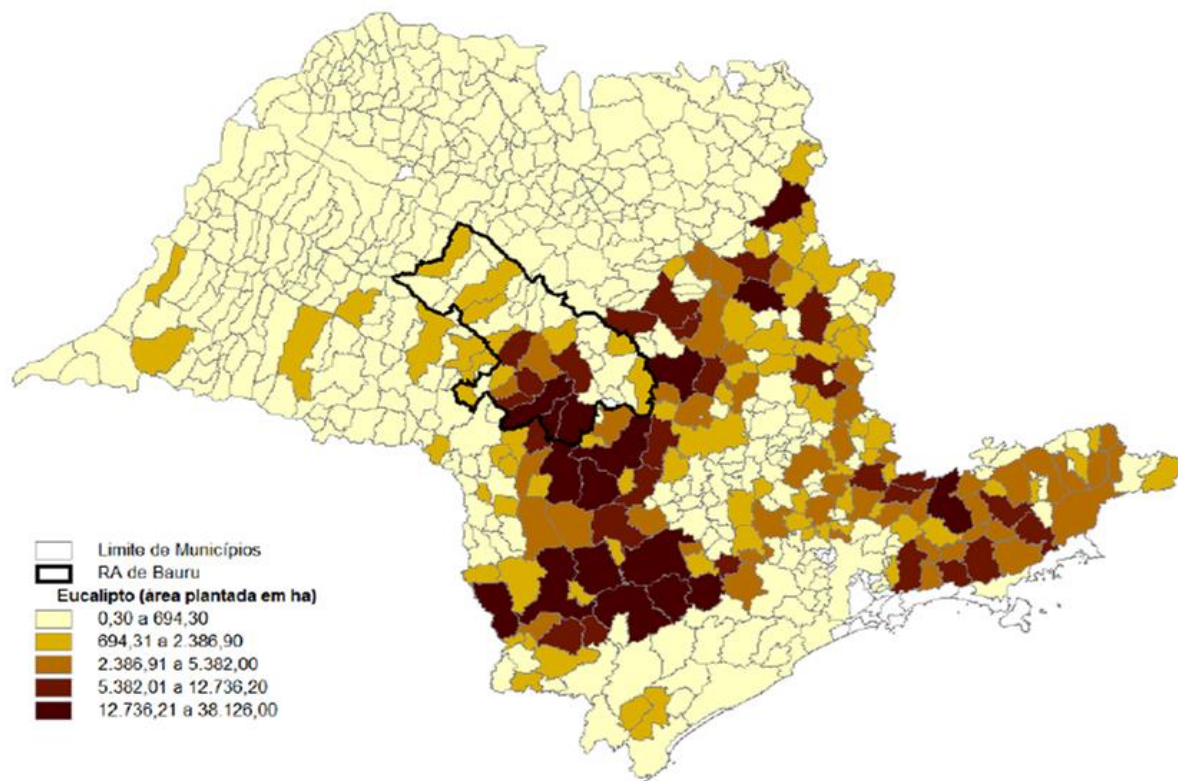


Fonte: IEA (2011); Dados do Autor (2016)

O gráfico 2 mostra que de 1990 aos anos 2000 a área plantada com eucalipto na região de Bauru, apesar de um ligeiro aumento, ainda é irrelevante se compararmos com a evolução que se teve entre 2000 e 2010. Neste período, a produção de eucalipto incorporou mais de 50 mil hectares de terras, numa média anual de mais de 5 mil hectares.

Esta incorporação em velocidade surpreendente se deve ao fato de duas grandes agroindústrias de celulose e laminados de madeira expandirem seus parques industriais neste período, a empresa Duratex e a Lwarcel, instaladas nos municípios de Agudos e Lençóis Paulista respectivamente são as duas empresas que praticamente dominam a atividade na região, contribuindo decisivamente na expansão da produção regional de madeiras.

Mapa 4 – Produção de Eucalipto no Estado de São Paulo e Na RA de Bauru



Fonte: Secretaria de Agricultura e abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA, Elaboração: SPDR/ UAM

Uma informação importante contida no mapa em questão, é que a produção em destaque de eucaliptos na região administrativa de Bauru tem presença forte em três municípios que aparecem com uma tonalidade mais escura, indicando que a área plantada nestes municípios, variam numa escala de 12 mil a 38 mil hectares. Curiosamente estes municípios são Agudos, Borebi e Lençóis Paulista, os mesmos onde existem terras públicas em processo de reivindicação por parte da AGU/INCRA.

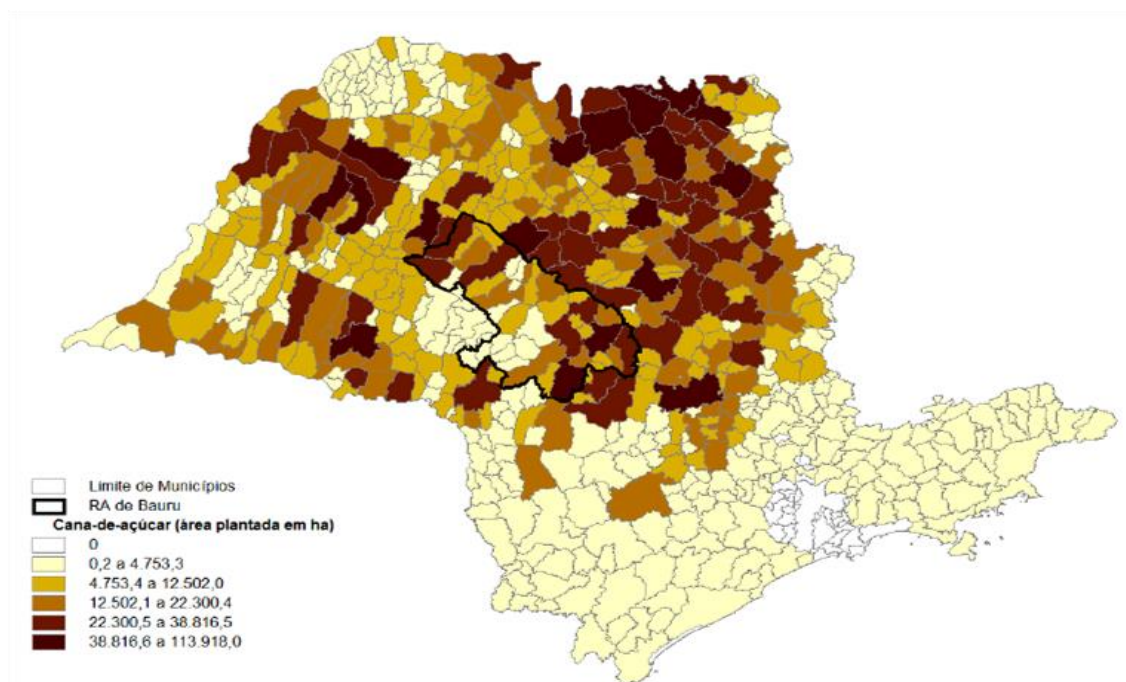
Outro aspecto que podemos observar no mapa acima, é que a presença das plantações de eucaliptos no estado é bastante delimitada, ou seja, não está ramificado espacialmente em todo o estado, ela forma uma espécie de “arco” mais ou menos na porção central/leste do estado. Se formos examinar um mapa geomorfológico, notaremos que as plantações de eucaliptos ocupam áreas com declividade acentuada, como as regiões do Vale do Paraíba, Sudoeste, e fundamentalmente entre a região da depressão periférica paulista e a “cuesta” de Botucatu.

Ou seja, há um arranjo territorial em que as plantações de eucaliptos se circunscrevem aos relevos acidentados, justamente onde outras atividades como cana-de-açúcar e laranja possuem dificuldades de penetração, devido à queda de produtividade que possivelmente teriam. Observemos também, que mesmo possuindo uma grande processadora de eucaliptos na cidade de Três Lagoas, que faz divisa com o extremo oeste do estado de São Paulo, na região do extremo oeste, a existência de plantações de eucaliptos, é quase nula.

Podemos deduzir, portanto que, na região do extremo oeste onde se sabe que o predomínio é de um relevo de ondulações suaves, e que a cana-de-açúcar é predominante, as plantações de eucaliptos aí não se expandiram. Isso quer dizer que mesmo na lógica espacial do agronegócio, sendo demanda e oferta questões fundamentais, e que isso leva uma competição desenfreada na busca por territórios, há mesmo que precário, uma espécie de diplomacia entre os perfis de qual atividade econômica é mais ou menos vantajosas em cada região.

Para demonstrar isso observemos então o mapa 05 relacionado à produção de cana-de-açúcar, notaremos que esta atividade é predominante na porção central/oeste e nordeste do estado de São Paulo, enquanto que na porção leste os canaviais são mesmo irrisórios.

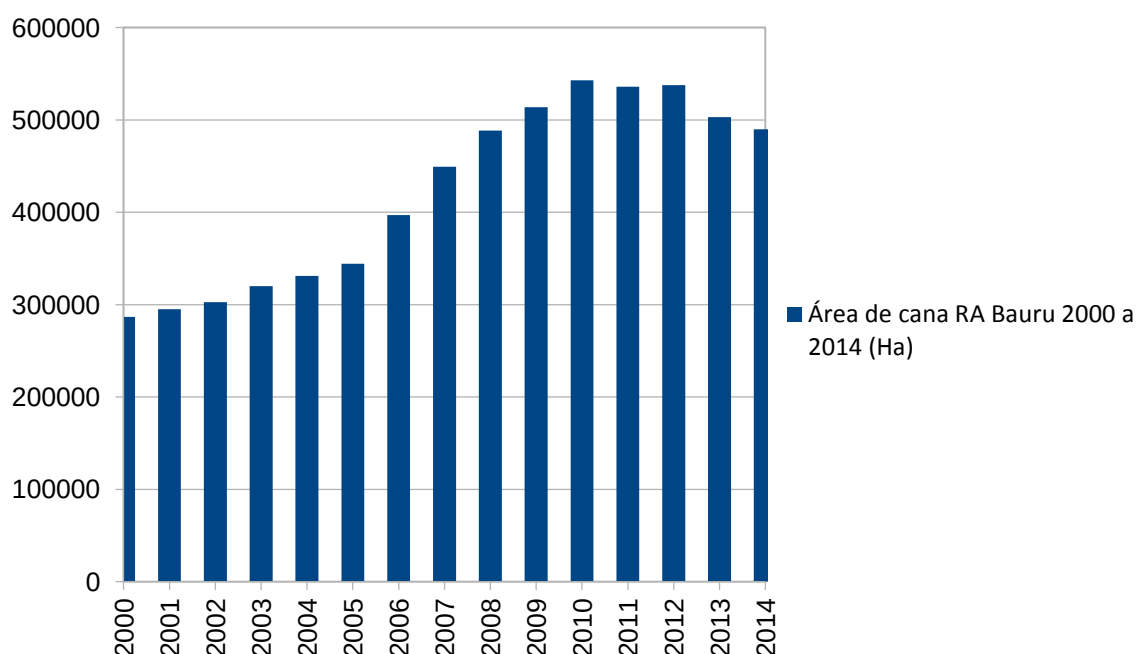
Mapa 5 – Produção de cana-de-açúcar no estado de São Paulo e na Região de Bauru



Fonte: Secretaria de Agricultura e abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA, Elaboração: SPDR/ UAM

É notório que a atividade sucroalcooleira predomina em toda a região administrativa de Bauru, sobrepondo-se inclusive às demais atividades, pois como demonstra o gráfico abaixo, no ano de 2010, esta atividade chegou a concentrar mais de 500 mil hectares sob seu domínio. Embora do ano de 2012 para cá aponte um ligeiro declínio, esta atividade ainda é predominante, principalmente próximo aos municípios que possuem usinas de açúcar e álcool.

Gráfico 3 – Demonstrativo da Evolução da Área Plantada com Cana-de-Açúcar na RA de Bauru



Fonte: IEA (2011); Dados do Autor (2016)

A ligeira queda na área plantada de 2012 para cá, reflete também os sintomas da crise econômica que se intensifica no Brasil a partir desta data. Isso reflete em todos os ramos da economia, inclusive no agronegócio. Porém, os maiores impactados como sempre são os trabalhadores, que veem na queda da empregabilidade uma ameaça constante, e, longe de serem contemplados com as benesses do Estado que porventura socorrerão os usineiros, os trabalhadores vivem o dilema de encerrar um ciclo de prosperidade com a usurpação daquilo que lhe dá sentido, ou seja, seu emprego.

3.5 Contradição Espacial: retração na produção de alimentos básicos

Se por um lado, o agronegócio produz uma lógica espacial de homogeneização produtiva, de subordinação do território à dinâmica do mercado global, da circulação desenfreada de mercadorias, expressa na capacidade de força de trabalho e no produto do trabalho, na significação e não significação de lugares, na transformação sistemática da paisagem, por outro, estas ações produzem contradições cada vez mais intensas.

Uma das contradições identificadas na região está relacionada ao fato do agronegócio eleger atividades produtivas ajustadas às demandas do mercado global, ocupando imensidões de áreas com alguns produtos em detrimento da rarefação de outros. Isso porque a valorização de algumas atividades acaba arrastando toda a economia regional para atender demandas específicas do mercado, enquanto que outras atividades vão assumindo papéis marginais.

Em recente trabalho Magdoff (2012), importante estudioso norte-americano sobre o tema da alimentação e agricultura, já alertava pela transformação cada vez maior da alimentação em mercadoria, afirmando que o capitalismo vai paulatinamente criando uma separação entre produtores de alimentos e consumidores, criando verdadeiros oligopólios que controlam a circulação de mercadorias. Para ele, a questão não é apenas a quantidade de comida produzida e sim a qualidade e diversidade da alimentação e fundamentalmente quem controla a produção, os estoques e o comércio.

Quase todas as culturas e animais criados com a escala e a abordagem da agricultura industrial são vendidos como mercadorias quaisquer. Agricultores vendem as colheitas para compradores que revendem o produto em estado bruto para ser processado – ou eles mesmos o processam. Com as mercadorias semiprocessadas em mãos, vendem o que têm aos processadores finais/embaladores, que, por sua vez, revendem para os atacadistas, que tornam a vender, agora para os varejistas, que, por fim, comercializam para o público consumidor. Assim, os agricultores que produzem a maior parte dos alimentos nos países ricos assumiram uma grande distância do público consumidor final de seus produtos – não só fisicamente, mas também pela longa cadeia de intermediários que há entre as fazendas e a mesa das pessoas. (MAGDOFF, 2012, p. 2).

Este é o caráter da produção agrícola sobre a lógica do capital, ou seja, a produção de alimentos na verdade é a produção de gigantescas quantidades de mercadorias, que passam por especulações e manipulações por parte das grandes corporações, que fazem um jogo de controle de estoque, regulando a oferta e a

demanda, criando artificialmente uma oscilação abrupta nos preços dos alimentos, forçando também oscilações nas safras, na qual os agricultores uma vez atraídos pela subida da cotação de uma determinada *commoditie* investe em sua produção, criando gigantescas quantidades de excedentes, contribuindo para a especulação e da manipulação dos preços pelas grandes corporações.

O alimento na verdade fica num segundo plano, pois muitas vezes, além da especulação com os alimentos, a prioridade acaba sendo para as matérias-primas destinadas às agroindústrias como madeiras para celulose, laminados, carvão e também para a produção agroenergética que estejam em alta na cotação internacional de *commodities*, e mesmo quando ocorre a produção de gêneros alimentícios, necessariamente assume também a forma mercadoria, perdendo todo o seu sentido social, já que uma vez transformado em mercadoria, seu acesso é restrito a quem possui condições de adquiri-lo.

Outro fator apontado por Magdoff (2012) é a perda do controle cada vez maior do produtor sobre seu produto, ocasionado pela sujeição do produtor simples de mercadoria a lógica do mercado global, na qual sua produção se perde na esteira do sistema, transformando-o num camponês/proletário, já que o mercado lhe impõe as condições e regras de sua inserção subordinada restando-lhe vender sua produção ao valor mínimo possível, que muitas vezes nem corresponde à renda de sua terra. Esta conclusão já foi detectada por Amin já em 1977, na qual afirma que, quanto mais o camponês se insere no mercado, cada vez mais social vai se tornando sua produção, ao ponto dele perder mesmo sua condição de camponês para se transformar em um proletário agrícola, mesmo que detenha a posse de sua terra.

Neste caso, não só sua produção se subordina à lógica do mercado capitalista, como também fica refém da indústria de insumos, do crédito, da assistência técnica, que na maioria das vezes nada mais é que o braço comercial das empresas de insumos agrícolas. Porém, além de tudo isso, o que mais corrobora para o descontrole final da sociedade sobre os alimentos é o crescente processo de especulação em torno da produção agrícola. Como aponta Magdoff (2012, p. 5),

Outra implicação do caráter de mercadoria do alimento é que ele está cada vez mais sujeito à especulação de preços. Mercadorias primárias como alimentos tornaram-se um dos principais alvos de especuladores que querem apostar na variação de preços de produtos. Mas com a financeirização da economia tudo se tornou presa fácil para especulação, tanto para alimentos quanto para outros produtos agrícolas (assim como outras mercadorias primárias), que se transformaram ainda mais em alvo de apostas. A

quantidade de dinheiro aplicada nesses fundos aumentou de 13 bilhões de dólares em 2003 para 317 bilhões de dólares em 2008. 'Os especuladores hoje possuem cerca de 70% dos contratos em aberto nos mercados de commodity. Há dez anos, eles controlavam cerca de 30%'.

Nos últimos anos além de todas as considerações já abordadas acima, a crescente demanda por agrocombustíveis e agroenergia vem concorrendo para a queda na produção de alimentos básicos, é o que constatamos nas pesquisas realizadas na região de Bauru, onde a produção de alguns gêneros alimentícios básicos da dieta tradicional da sociedade brasileira, principalmente da cesta básica da classe trabalhadora, vem encolhendo nas últimas décadas na região.

A descampesinação promovida pela chamada Revolução Verde, precursora do agronegócio nas décadas de 1960/70, casado com a crise agrária da década de 1980, produziu um cenário propício para a mercantilização sem precedentes da agricultura brasileira, principalmente a partir da propulsão da globalização e do neoliberalismo.

A função social da propriedade da terra no Brasil foi sendo golpeada sistematicamente até a sua insignificância, fruto da frouxidão do Estado em garantir direitos básicos da população. Uma das heranças deste cenário é a falta de uma reforma agrária e de um ordenamento territorial que crie um equilíbrio entre a agricultura tipicamente comercial e uma agricultura com finalidades mais estratégicas, do ponto de vista de uma soberania alimentar, que comerciais.

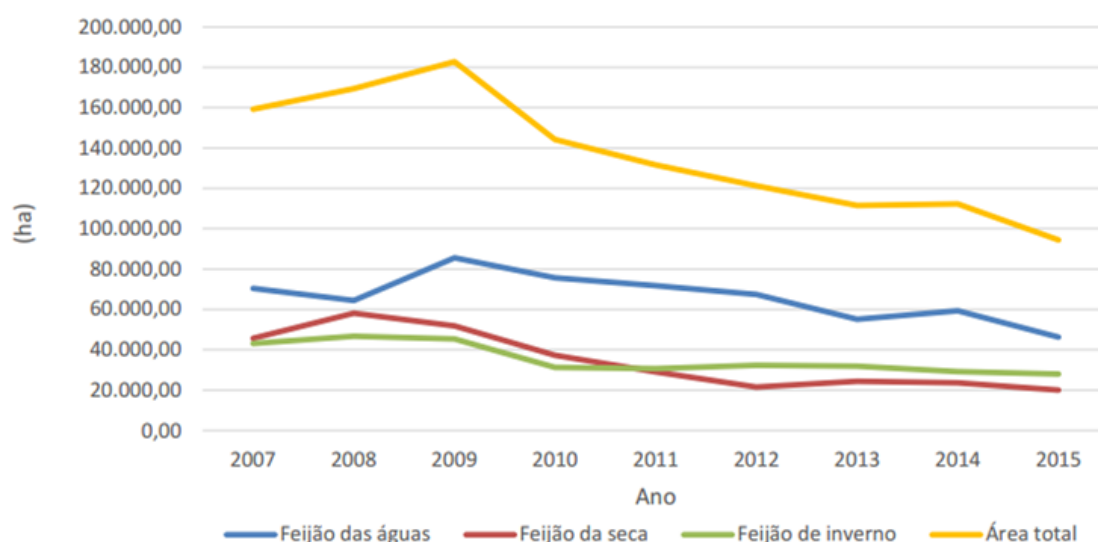
Os dados sistematizados revelam uma problemática gravíssima, referente a quase extinção de algumas atividades agrícolas que asseguravam, no passado, a oferta de alguns produtos da cesta básica da classe trabalhadora.

Tomando como exemplo o caso do feijão, notaremos a discrepância no decorrer de três décadas. Em 1983 a área plantada com feijão na região administrativa de Bauru era de mais de nove mil hectares, com uma produção anual de oitenta mil sacas. Aproximadamente três décadas depois, a área plantada caiu para 283 hectares.

A queda na área plantada com feijão na região de Bauru é apenas um paralelo para demonstrar que na agricultura capitalista, a eleição de qual produto terá prioridade depende basicamente da possibilidade da obtenção de lucros. O feijão, embora seja comercializado a nível internacional, está longe de ser comparado às *commodities* agrícolas prediletas do agronegócio, ou seja, não está no mesmo

patamar de demanda internacional como a soja, o açúcar, o milho, o algodão, a laranja, etc.

Gráfico 4 – Demonstrativo da área plantada com feijão no estado de São Paulo entre 2007 a 2015



Fonte: Relatório Análises e Indicadores do Agronegócio, IEA

O gráfico 4 elaborado pelo referido relatório demonstra a queda vertiginosa da produção de feijão em todo o estado de São Paulo entre os anos de 2007 a 2015. Nele é possível perceber que de fato trata-se de uma tendência geral e não só da região de Bauru especificamente. Isto é reflexo como afirmado anteriormente, de um processo de valorização de outras commodities que vão invadindo áreas tradicionalmente ocupadas com este produto, causa e efeito de uma política agrícola baseada na grande exploração capitalista, que se baseia na pauta do mercado global.

O próprio relatório (IEA 2016) reconhece que tradicionalmente a produção de feijão esteve ligada diretamente à agricultura de subsistência desenvolvida basicamente pela pequena produção familiar, dando a entender que nos últimos anos ocorreram desajustes graves com estes produtores.

No período estudado, o feijão da seca foi o que apresentou a maior queda percentual de produção e o feijão de inverno a menor, 41% e 15%, respectivamente. Mas a soma das três safras resultou em uma produção total de 201,97 mil toneladas no ano de 2015, refletindo queda de 24% na produção paulista do período. (IEA, 2016, p. 2).

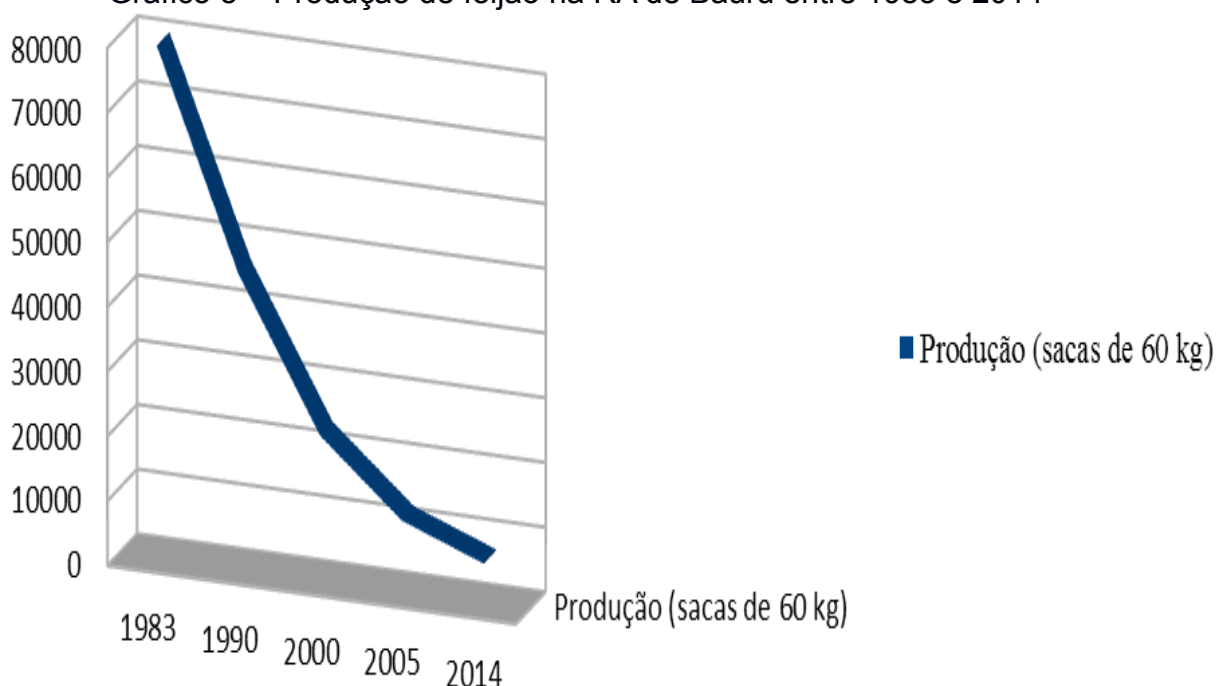
É necessário, portanto, discutir a informação veiculada por economistas consultados pelos veículos de comunicação hegemônicos que afirmam que a elevada

cotação do produto está diretamente ligada às intempéries climáticas, omitindo a informação constatada pelos órgãos de pesquisa que apontam a queda na área plantada e na produção total. O fato é que a política agrária e agrícola estabelecida pelo agronegócio está longe de representar os interesses da classe trabalhadora, que ficam à mercê das especulações na produção agrícola promovida pelas grandes empresas do agronegócio, que avançam sem precedentes sobre as áreas tradicionalmente ocupadas com produção agrícola de subsistência, que atendem os mercados locais e nacional.

Se ampliarmos a escala de nossa análise notaremos que a produção de feijão se territorializou em algumas regiões específicas do Brasil, inclusive desenvolvendo o mesmo modelo de produção que as demais *commodities* do agronegócio, inclusive pautada pelo mercado. Isso quer dizer que na agricultura capitalista produz o que possibilita um lucro maior, e não aquilo que contém um valor de uso maior, ou como afirma Amim (1977, p.16) “no capitalismo há um processo permanente de ocultação do valor de uso face a projeção do valor de troca das mercadorias”.

O que estamos chamando a atenção, é que a produção local é comandada pela lógica global, e que desta forma, caracteriza o que Santos (2005) chama de território banal, ou seja, que o poder de decisão e de governança do território está subordinado e sucumbido às grandes corporações transnacionais, ou vão a reboque da mesma lógica, transformando os espaços e territórios em um campo operatório da lógica do mercado global, desarticulando as necessidades e o planejamento do território daqueles que nele vivem.

Gráfico 5 – Produção de feijão na RA de Bauru entre 1983 e 2014



Fonte: IEA (2011); Dados do Autor (2016)

O exemplo do feijão foi aqui exposto como exemplo para a compreensão da problemática geral da organização da produção no capitalismo, demonstrando que a rigor, o campo assume nos últimos anos um papel ideal na extração de renda e lucro, e que a agricultura cada vez mais vai se subordinando ao processo sociometabólico do capital, que se realiza na expropriação e exploração da capacidade de força de trabalho dos trabalhadores pelos capitalistas, na produção de quantidades cada vez maiores de mercadorias, inclusive da mercadoria trabalho, na busca por novos mercados para que se realize o ciclo das mercadorias entre produção/circulação/consumo, *etc.*

Ou seja, a agricultura regional embora já tenha experimentado esta fase no ciclo do café, volta a ser dominada pelas especulações dos grandes monopólios, passa a ser cada vez mais uma agricultura mundializada e cada vez menos a sociedade local possui o controle sobre ela, começando pela propriedade da terra.

3.6 Estrangeirização e ameaça à soberania territorial

O tema estrangeirização é recente e muito complexo na questão agrária brasileira, e, por ser recente, não possui estudos satisfatórios para subsidiar outros estudos e até mesmo o debate político que move a questão agrária.

No entanto, mesmo não possuindo literatura suficiente, desponta como um dos temas mais importantes deste início de século. Vale ressaltar que já é assunto de debate em muitos espaços de propagação teórica e política, inclusive há um projeto de lei em tramitação no congresso nacional, sob forte pressão por parte da bancada ruralista para a aprovação de uma flexibilização das regras para a obtenção de imóveis rurais por parte de pessoas físicas e jurídicas estrangeiras no Brasil (Proposta da Lei 5.709/71) (BRASIL, 1971). Por isso, acreditamos necessário desenvolvermos um subcapítulo a respeito da temática.

Sabemos, no entanto, que nem mesmo os institutos oficiais de pesquisa possuem dados confiáveis a respeito da questão, uma vez que o domínio da terra por parte de estrangeiros é muito difícil de quantificar, pois, boa parte destas apropriações está maquiadas por sujeitos conhecidos como “laranjas”, ou até mesmo, aparecem na forma sociedade anônima, vinculados às empresas, instituições, inclusive com nomenclaturas fantasiosas.

O problema, no entanto, vem se agravando com a propulsão do neoliberalismo e da globalização, que ocasionou uma frouxidão dos Estados/nação no controle efetivo de seus territórios. Na verdade, o que se vê são governantes clamando por investidores estrangeiros a aplicarem ativos na economia.

O Brasil, a partir da década de 1990, passa a abrir as fronteiras da agricultura para que grupos econômicos multinacionais possam aplicar capitais e explorar tanto terras, como também instalações agroindustriais e até mesmo o mercado de *commodities* agrícolas.

Nesta perspectiva, podemos apontar o processo de estrangeirização como um sintoma da globalização, que solapa as fronteiras dos estados-nações projetando um mercado global, intensificando a circulação das mercadorias, independente das políticas nacionais. Este cenário provoca também uma corrida desenfreada por territórios, onde, por sua vez, a instalação produtiva das grandes empresas globais requer uma vantagem comparativa para a extração exorbitante de riquezas.

No caso do Brasil, as vantagens comparativas relacionadas à agricultura são extensas, vai desde a fertilidade dos solos, ao clima, disponibilidade hídrica fluvial ou subterrânea, baixíssimo custo médio do preço da terra, fronteiras agrícolas que servem como reserva de valor, mão de obra vulnerável e também de baixíssimo custo de reprodução. Estas vantagens comparativas atraíram nas últimas décadas, e principalmente nas duas últimas, um enorme contingente de empresas do ramo de *commodities* agrícolas a se instalarem no país. O que se nota é a sucumbência do território perante a lógica do mercado, a centralização da produção, bem como da circulação das mercadorias e dos insumos produtivos que se deu em velocidade ultrassônica. Um exemplo claro é o setor sucroalcooleiro, que tradicionalmente era dominado pelas oligarquias agrárias regionais do Brasil, e que em menos de uma década foi dominado pelas grandes corporações transacionais de *commodities* agrícolas.

Esse domínio das grandes corporações não se deu de forma coercitiva, ao contrário, as oligarquias agrárias brasileiras se subordinaram sem nenhum constrangimento ao grande capital internacional com a finalidade única e exclusiva de aumentar seus lucros e sua participação no ramo global das atividades, aumentando também sua capacidade de pressão ao Estado para a obtenção de privilégios cada vez maiores da política agrícola e creditícia brasileira, bem como de se avolumar perante a classe trabalhadora, com poder político, econômico e jurídico para a dominação sem precedentes do capital sobre o trabalho.

Devemos reconhecer também que da mesma forma que as grandes corporações econômicas transnacionais dominaram a economia agrícola brasileira, seja através da produção em si, mas fundamentalmente a circulação da produção e do controle dos insumos produtivos, o caminho inverso também é verdadeiro. Nas últimas décadas, despontaram internamente grandes conglomerados agroindustriais na qual, extrapolaram inclusive as fronteiras do Brasil, se ramificando em outros países e em outros continentes, principalmente regiões de economias agrárias e de fraco poderio econômico, como regiões da África, Ásia e América Latina.

A atuação de capitais brasileiros no exterior é ainda bastante tímida, mas em alguns ramos já é mesmo dominante, exemplos são o setor de frigoríficos, despontando o grupo JBS como um dos maiores do planeta e também na mineração o grupo Vale possui atividades em muitos países, bem como no ramo das engenharias,

grandes empresas brasileiras estão envolvidas em megaprojetos, principalmente na América Latina e África.

No entanto, nosso foco é a dominação da agricultura brasileira pelo capital internacional. Na tentativa de representar em números, talvez não nos forneça o resultado esperado, até porque como já dito, a obtenção de terras por estrangeiros é difícil de ser captada, os números possivelmente não reflitam a realidade, mas, mesmo os já captados, revelam uma tendência avassaladora.

Uma atualização dos dados para 2010, valendo-nos da mesma base cadastral elaborada pelo Incra, indica a existência de 34.371 imóveis rurais sob a propriedade de estrangeiros, abarcando um total de 4.349.074 hectares. A maior parte do número de imóveis está concentrada nos estados de São Paulo (35,7% do total), Paraná (14,9%), Minas Gerais (7,68%) e Bahia (6,38%). Quando tomamos o total de área o quadro se altera, apontando a liderança para os estados de Mato Grosso (19,4% da área total), Minas Gerais e São Paulo (com 11,3% cada) e Mato Grosso do Sul (10,9%). Em ambos os casos, coincidindo significativamente com a expansão das fronteiras agrícolas. (SAUER; LEITE, 2012, p. 513).

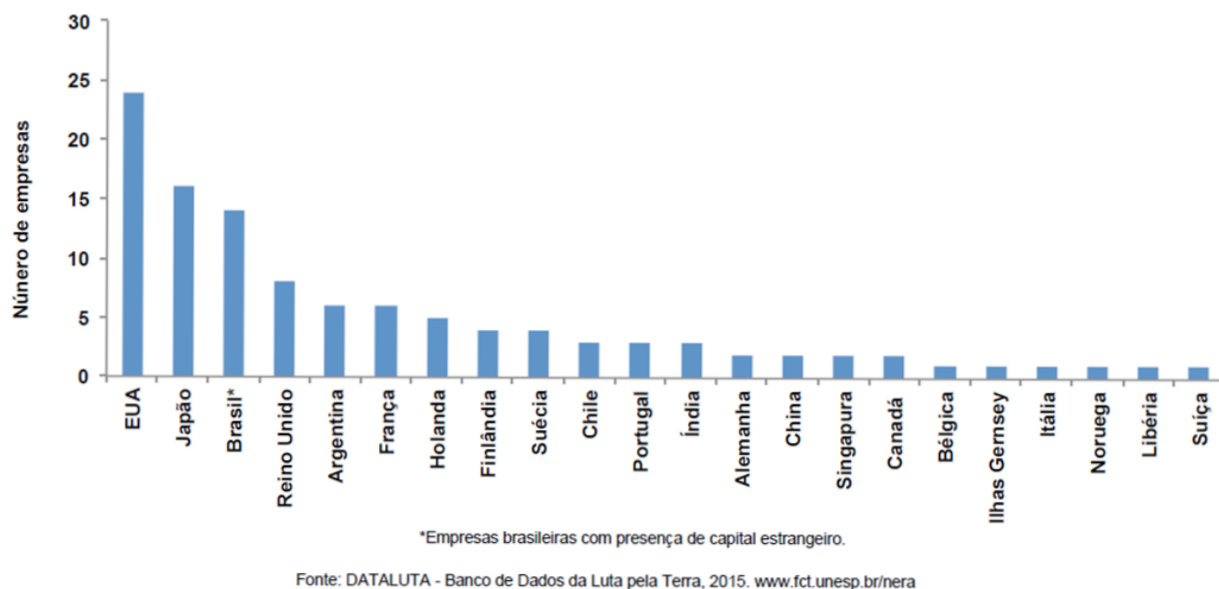
O monopólio do território por grupos econômicos internacionais é um grave problema de soberania territorial, uma vez que não só o Estado\nação vai se intimidando com o poderio econômico destas grandes corporações, como também a sociedade vai gradativamente perdendo a dimensão da função social da propriedade, já que o controle social sobre ela fica ameaçado, pois, ao se instalarem no país as grandes corporações exploram os bens naturais, entre elas a terra; exploram mão de obra dos trabalhadores e exportam riqueza para seus países de origem, ocasionando ônus de grande monta para as futuras gerações. Não que as empresas nacionais estão imunes a esta lógica, ao contrário, não há oposição de interesses entre as corporações transnacionais que operam na agricultura com as empresas do agronegócio brasileiro, no entanto, o acelerado processo de estrangeirização assume mesmo a forma de um novo colonialismo como bem definiu os autores abaixo citados.

A estrangeirização da terra contém elementos de um novo colonialismo, porque alguns países para atender seus interesses, exploram extensas áreas agrícolas em outros países sem levar em conta necessidades locais. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 50).

Além de que, dado o poderio destas grandes corporações, elas não só regem sua própria produção, mas também como dominam toda a matriz produtiva, da terra à semente, dos insumos aos maquinários, do processamento ao mercado, acabam por dominar também a produção de uma teia enorme de outros produtores, que sem alternativa e sem socorro, acabam reféns destes conglomerados, entregues

a todas as sortes do mercado, pois eles não possuem mais autonomia frente a sua terra e sua produção.

Gráfico 6 – Número de empresas do agronegócio com capital estrangeiro por país 2015



Fonte: Relatório Dataluta (2015)

O gráfico 6 revela o poderio e tendências imperiais das grandes economias capitalistas em escala mundial. Notemos que dos sete primeiros países em grau de participação das empresas no agronegócio brasileiro, cinco são economias de ponta e que historicamente desenvolveram relações neocoloniais com as economias periféricas. Os EUA, por exemplo, possuem aproximadamente 25 empresas operando no ramo do agronegócio brasileiro segundo o DATALUTA (2015), dominando terras, o comércio de commodities agrícolas e minerais, e dominando o mercado de insumos e tecnologias. Em seguida vem o Japão, país que tradicionalmente possui tendências neocoloniais, devido inclusive aos seus limites geográficos que lhe impedem de expandir sua produção agrícola.

Apenas a Argentina destoa deste seleto grupo dos sete países com maior quantidade de empresas operando no ramo do agronegócio brasileiro, porém, é válido ressaltar que as mesmas empresas que operam no agronegócio brasileiro possivelmente também estão presentes no agronegócio argentino.

Isso reforça a noção que já apontamos de início, que, embora alguns países com tendências imperiais exerçam relações neocoloniais ante as economias periféricas, é válido ressaltar que o processo de estrangeirização da terra e da economia agrícola, são tendências da globalização e do neoliberalismo na qual desenvolve um regime econômico que extrapola as fronteiras dos Estados/nações, criando um cenário de competição internacional cada vez mais acirrado entre as grandes corporações na busca desenfreada por territórios privilegiados que lhe assegurem vantagens comparativas na busca por taxas de lucros extraordinárias.

Na região de Bauru, foco de nossa pesquisa, identificamos várias empresas com capital estrangeiro operando no ramo do agronegócio, principalmente no setor cítrico, porém extrapola também para outros ramos do agronegócio como sucroalcooleiro, frigoríficos, madeira, *etc.*

No setor cítrico identificamos a presença das gigantes Louis Dreyfus Commodities (EUA/França) que possui pomares nos municípios de Avaí, Lucianópolis e Piratininga, totalizando mais de 15 mil hectares cultivados com laranja na região. Além da exploração de gigantescas quantidades de terras, a empresa Louis Dreyfus e suas signatárias são conhecidas na região por utilizar largamente mão de obra migrante e possuir processos por práticas de trabalhos análogos à escravidão e ou práticas de trabalho escravo como demonstra reportagem (MPT..., 2015).

Somente na Fazenda Paraíso no município de Lucianópolis, região de Bauru, o Ministério Público do Trabalho em ação conjunta com o Ministério do Trabalho, a Polícia Federal através de denúncias feitas pelo referido sindicato, aplicaram 45 notificações à empresa, todas relacionadas às práticas de trabalhos degradantes, análogos à escravidão e não cumprimento da CLT, bem como uso de EPI, *etc.* (MPT..., 2015).

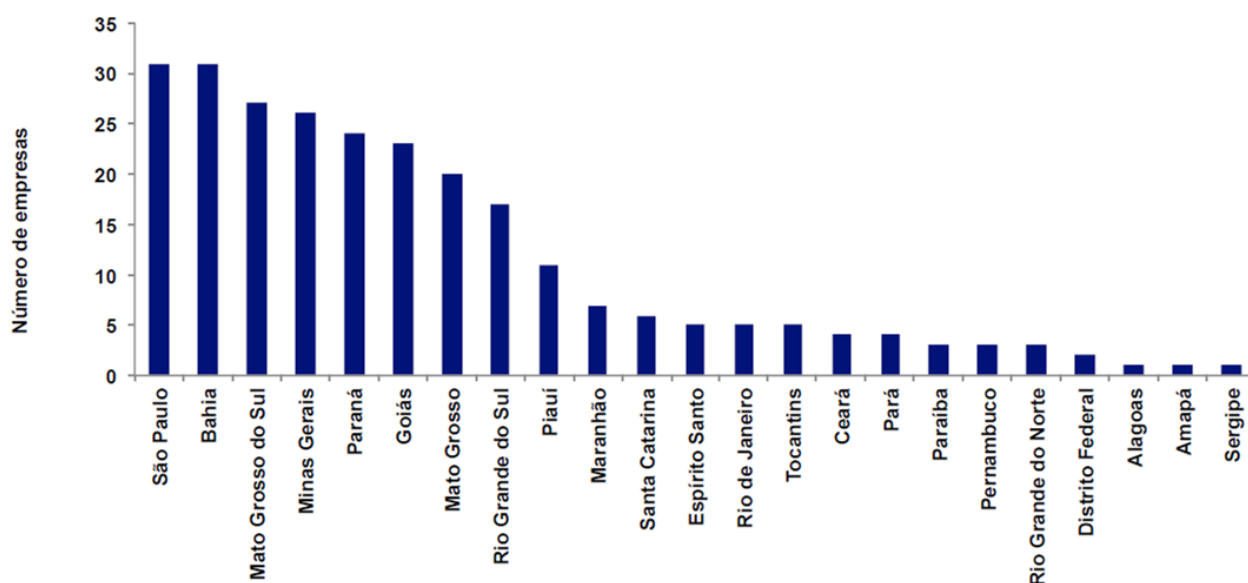
A empresa Cutrale, apontada como a maior processadora de sucos de laranja do mundo também possui pomares na região, e, assim como a Louis Dreyfus, por inúmeras vezes foi notificada por não cumprimento das leis trabalhistas e por recorrer às práticas de trabalhos degradantes, análogos à escravidão. Um dos pomares da multinacional Cutrale está localizado em uma área pública federal, entre os municípios de Borebi e Lençóis Paulista, ambos na região de Bauru, atualmente

há uma decisão da Vara da Justiça Federal de Ourinhos/SP⁵, suspendendo a matrícula de imóvel da empresa, impedindo-a de alienar, vender, penhorar a área, enquanto não haja uma decisão definitiva a respeito da propriedade do imóvel.

Estes elementos de fraude e descumprimento da legislação trabalhista são comuns nas grandes empresas do agronegócio, principalmente as de capitais estrangeiros, ou com participação de tais. Isto é que denominamos acima como vantagens comparativas extraídas do território, o que lhes permitem a extração de altas rendas e lucros, possibilitando uma concorrência desigual no mercado internacional, determinando ainda mais a monopolização da produção e da circulação de mercadorias e consolidando o domínio do mercado pelas grandes corporações imperialistas.

O gráfico 7 nos auxilia na análise da territorialização das empresas com capital estrangeiro por unidade da federação.

Gráfico 7 – Número de Empresas do Agronegócio com Capital Estrangeiro por Unidade da Federação 2015.



Fonte: Relatório Dataluta (2015)

Estes processos ocasionam um desajuste da agricultura regional, e o que se vê são, a ação de grupos econômicos organizando toda a agricultura à lógica do

⁵<http://www.conjur.com.br/2013-jul-12/justica-federal-sp-bloqueia-matricula-fazenda-ocupada-cutrale>

mercado global, tirando todo o caráter social e de interesse nacional sobre a produção de insumos vitais da sociedade. Como nos aponta Santos (2001, p. 120):

Hoje, tanto os cinturões quanto as frentes pioneiras revelam que o território brasileiro tem incorporado muitas das características da chamada revolução agrícola, mas especialmente nas culturas de exportação, aquelas que consolidam a divisão territorial do trabalho mundial. Assim, esses produtos acabaram por invadir, com velocidade cada vez maior, áreas antes destinadas às produções domésticas. Houve uma desvalorização das agriculturas alimentares básicas e de tradição nacional (como arroz, feijão e mandioca), e isto se dá com a colaboração do crédito público, da informação, da propaganda e dos novos consumos.

Por outro lado, acentua-se o domínio do território por corporações internacionais, reduzindo a ação do Estado sobre o controle efetivo de determinadas frações do território, sem mencionar que muitas destas corporações econômicas internacionais, exploram mão de obra altamente flexibilizada de populações vulneráveis, aferindo uma mais-valia exorbitante. Santos também percebeu a perigosa autonomia que estas empresas estão construindo:

Na medida em que essas grandes empresas arrastam, na sua lógica, outras empresas, industriais, agrícolas e de serviços, e também influenciam fortemente o comportamento do poder público, na União, nos Estados e nos municípios, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 291).

Se levarmos em consideração que muitas destas empresas, além de possuírem terras, operam também na extração de minérios, energia e água, concluiremos que a questão da soberania territorial fica ainda mais ameaçada.

Evidentemente, não podemos conceituar esta configuração como ausência de Estado, e sim de reconfigurações ou constrangimentos comuns na nova ordem global, delineada pela propulsão do neoliberalismo e de um mercado globalizado, na qual submetem Estados, Governos, e Nações aos ditames do mercado como demonstram:

O governo brasileiro tem apresentado posições contrárias. Por um lado, o governo oferece subsídios de vários tipos e tamanhos, de pesquisas a empréstimos, para ajudar transnacionais produzir no país. Por outro lado, o governo Lula expressou preocupações sobre estrangeirização e promoveu debates sobre a soberania nacional, procurando criar medidas que limitem a compra de terras. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 51).

A valorização externa de algumas *commodities* tem impulsionado a presença de capitais estrangeiros no Brasil, uma dessas *commodities* é o Etanol, que

passou a ser comercializado como tal recentemente. No caso do Etanol, a situação é muito complexa, pois há uma tendência de demanda crescente deste produto, até mesmo como alternativa de substituição à matriz proveniente do petróleo, neste sentido esta demanda tem impulsionado a procura de capitais estrangeiros para investimentos neste setor como afirma Carvalho (2007, p.170):

A forte demanda mundial pelo álcool está trazendo o capital estrangeiro, que já detém o controle de 18 usinas, com capacidade de moagem de 28 milhões de toneladas por safra. Esse volume representa 5,9% da safra nacional 2006/2007 (475 milhões de ton. de cana). Com esse apetite dos investidores externos, "daqui a cinco anos 9,6% da moagem estará nas mãos de estrangeiros, o que vai corresponder ao processamento de 70 milhões de toneladas", diz Antônio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). Eles (capital estrangeiro - HMC) vão ter 27 unidades somente no Estado de São Paulo.

Verifica-se nitidamente que mesmo percebendo a gravidade do problema, os governos já não possuem a devida autonomia para fazer frente ao problema, necessitando de uma força social superior a força institucional para tentar reverter este quadro.

Neste caso, apontamos que a estrangeirização das terras é um processo de desrespeito aos interesses da nação em detrimento a constrangimentos econômicos impostos pela ordem do mercado global, na qual deve ser corrigido para preservar sua soberania, seu território, sua gente e seu destino, mesmo que internamente possam agudizar conflitos, a autodeterminação dos povos deve ser condição inegociável de um Estado\nação.

4 A LUTA PELA TERRA E SUAS DINÂMICAS ESPACIAIS E TERRITORIAIS

4.1 A luta pela terra na região de Bauru

A região de Bauru, assim como as demais regiões caracterizadas pela presença e influência da luta dos movimentos sociais do campo, conforma-se na existência de dezenas de assentamentos dispersos, fruto da luta dos trabalhadores sem terras que através das ocupações pressionam o Estado a realizar a reforma agrária, porém como o Estado não a promove, o máximo que se consegue é a implementação de assentamentos rurais, dispersos uns dos outros como tática para inviabilizar a reforma agrária.

Inserido neste contexto de retomada da luta pela terra, e pela reforma agrária a partir da década de 1980 em todo o país, na região, inicia-se a partir do ano de 1987 com a mobilização de centenas de famílias que vieram de diversas regiões do estado de São Paulo, para ocupar um latifúndio no município de Promissão, com a finalidade de pressionar os órgãos do Estado a realizar com rapidez a desapropriação da fazenda Reunidas, neste mesmo município. A fazenda 'Reunidas' era um dos maiores latifúndios do estado de São Paulo, sendo objeto de reivindicação por parte dos movimentos sociais (principalmente pelo MST) que começavam a figurar na cena política do país.

Após intensas lutas durante o final da década de 1980, no início da década de 1990, o Estado brasileiro é forçado a arrecadar aquele imóvel para fins de reforma agrária. A partir da luta dos trabalhadores sem terras, acampados em Promissão, a luta pela terra na região vai ano a ano ganhando visibilidade e atraindo novas famílias no processo de ocupações e reivindicações da reforma agraria, tendo o MST como principal movimento de luta pela terra e pela reforma agraria na região. A partir da desapropriação e criação oficial do assentamento Reunidas, com mais de 600 famílias, há uma explosão no número de novas ocupações de terras na região.

Como já dito anteriormente, a década de 80 e a década de 90 serviram como reação às políticas agrícolas das décadas anteriores, na qual produziram um intenso processo de expropriação camponesa, visando constituir uma massa de reserva de mão de obra nos cinturões industriais das grandes cidades. Porém, este processo gerou muitas contradições, uma delas foi o próprio MST, que despontou

como um movimento capaz de canalizar os anseios populares por acesso à terra, tanto dos trabalhadores do campo quanto os da cidade.

Uma vez que se organiza o primeiro grupo de trabalhadores saindo vitoriosos, ou seja, conquistam o acesso à terra, cria-se um ambiente propício para que outros trabalhadores também se insiram na luta, e, desta forma projeta-se um foco de luta pela terra na região.

O quadro 3 nos apresenta um panorama aproximado das ocupações de terras na região de Bauru, entre 1988 e 2010. Aproximado porque muitas ocupações acontecem e não são captadas pelos centros de pesquisas, sejam oficiais (Estado), ou acadêmicas.

Quadro 3 – Número de Ocupações e Famílias – 1988-2010

Municípios	Ocupações	Famílias	Anos
Sabino	1	400	2005
Promissão	10	2070	1997-1998-2000-2008-2009-2010
Guaíçara	1	35	2007
Lins	1	10	2007
Getulina	12	6100	1994-2006-2007
Guarantã	6	565	1995-1998-1999-2003
Pirajuí	1	200	2009
Presidente Alves	3	600	1998-2009
Agudos	11	1485	2005-2006-2008-2009-2010
Cabralia Paulista	1	50	1999
Borebi	9	965	2001-2004-2007-2009-2010
Lençóis Paulista	1	200	2009
Itapuí	1	40	2001
Jaú	3	210	1997-2000

Fonte: DATALUTA (2010); Dados do Autor (2016)

O quadro 3 demonstrou que entre os anos de 1988 a 2010, ocorreram 61 ocupações de terras envolvendo 12.930 famílias, como aponta os dados obtidos junto ao DATALUTA. Essas famílias se inseriram no contexto da luta pela terra devido aos elementos apontados anteriormente, e que merecem destaque. A grave crise agrária e urbana que assolou o Brasil nos anos 80 e 90 produziram desemprego em massa tanto no campo, quanto na cidade, o que levou a luta por reforma agrária como uma

alternativa aos trabalhadores, que viam na luta pela terra uma perspectiva de assegurar sua reprodução enquanto trabalhadores, na possibilidade de sua recampesinação.

Desta forma, durante toda a década de 1990, potencializados por um forte movimento de trabalhadores, a luta pela terra ganhou dimensão memorável, culminando inclusive em ocupações lendárias como ocorreu no município de Getulina (região de Bauru). A tabela acima demonstra que neste município, ocorreram 12 ocupações de terras, mobilizando um total de mais de seis mil famílias de trabalhadores.

A ocupação da fazenda Jangada no ano de 1993 chegou a alcançar 2500 famílias de trabalhadores sem terras, como atesta dados do MST regional (secretaria regional, MST 2003), segundo a direção-regional do MST, esta ocupação estava embasada no calor da conquista da fazenda Reunidas, que causou agitação entre os trabalhadores da região, na qual potencializado pelo “trabalho de base” desenvolvido por seus militantes, em poucos meses a ocupação teve seu desfecho.

Nesse processo de espacialização e territorialização da luta pela terra, 2.500 famílias de trabalhadores bóias-frias, arrendatários, meeiros e de filhos de assentados organizadas no MST ocuparam, no dia 9 de outubro de 1993, as fazendas Jangada, de 5.741 hectares, e Ribeirão dos Bugres, de 484 hectares, localizadas no município de Getulina. As fazendas pertencem à família Ribas, que também era proprietária da fazenda Reunidas, localizada no município de Promissão e desapropriada em 1987 para fins de reforma agrária. (FERNANDES, 1994, p. 157).

A fazenda Jangada tinha sua simbologia, é de propriedade da mesma família que detinham a propriedade da fazenda Reunidas. No entanto, naquele período o Governo do Estado de São Paulo era chefiado por Luiz Antônio Fleury Filho, que teve como uma das características principais o forte estado policial, na qual inclusive promoveu o conhecido “massacre de Carandiru”, onde foram chacinados 111 presos.

Esta conjuntura de forte estado policial, avançou também sobre os trabalhadores que se organizavam na luta por direitos, sendo um dos movimentos perseguidos o MST. A luta na fazenda Jangada chegou a ser vitoriosa, culminando na desapropriação do imóvel por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas sofreu um revés por pressão política por parte dos proprietários e do governo do estado que conseguiram a anulação da desapropriação no Supremo Tribunal Federal. O desfecho foi um despejo violento comandado pelo então

governador Fleury que deslocou para a região mais de 2 mil policiais promovendo aquilo que ficou conhecido na região como “massacre de Getulina”, devido à violência policial a que foram submetidos os trabalhadores.

No dia 10 de novembro, o presidente do INCRA assinou uma minuta de desapropriação da fazenda Jangada e no dia 11, os advogados da família Ribas entraram com pedido de intervenção federal no Estado de São Paulo, junto ao procurador geral da Justiça, pelo fato do Governador do Estado não ter cumprido a liminar de reintegração de posse. Os advogados entraram, também, com um processo no STF - Supremo Tribunal Federal argumentando que o processo de desapropriação da fazenda Jangada não seguiu os trâmites exigidos pela legislação. No dia 12 de novembro, o Supremo Tribunal Federal concedeu uma liminar à família Ribas, impedindo o presidente da República de assinar o decreto de desapropriação. Essa luta judicial envolveu o procurador geral da República que intermediou uma negociação entre o Ministério da Agricultura e o governo do Estado de São Paulo. (FERNANDES, 1994, p. 159).

Por fim, venceu a força da oligarquia agrária amparado pela complacência do Estado brasileiro, que optou em despejar 2500 famílias de trabalhadores despossuídos para proteger uma das famílias que mais concentram terras na região, em sua grande maioria improdutivas.

Figura 4 – Despejo das 2500 famílias acampadas na fazenda Jangada, Getulina-SP



Fonte: Fernandes (1994)

Depois da derrota na luta da fazenda Jangada, a luta pela terra na região dá uma arrefecida, devido ao processo de violência física e psicológica em que as famílias foram submetidas, vindo a ser retomada anos mais tarde, a partir de 1997 com as ocupações da fazenda Floresta em Promissão e das Fazendas “Boa Vista” e “Coqueirão” em Guarantã ambas da família “Ribas” na qual veio a se consolidar em assentamentos após anos de intensas lutas.

Porém, nem todas as ocupações resultam em assentamentos, devido à ausência de um programa de reforma agrária que acelerasse e desburocratizasse os processos desapropriatórios, além de que hoje as ocupações são penalizadas pelo congelamento do processo desapropriatório por dois anos, o que facilita ao proprietário um investimento rápido na propriedade para, passados dois anos ela seja caracterizada como produtiva.

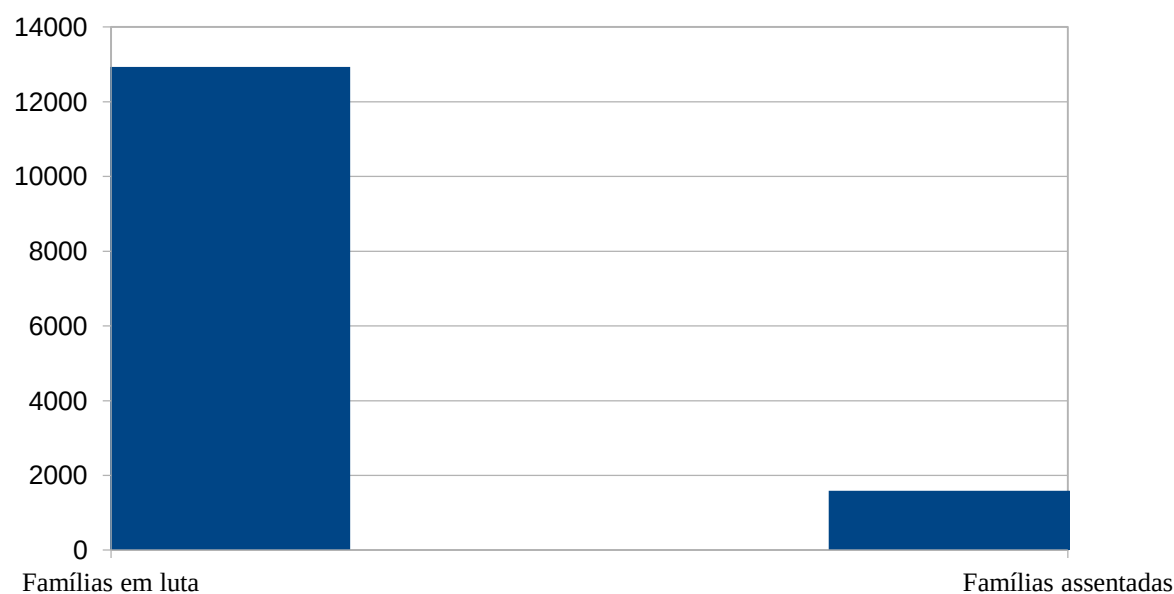
Quadro 4 – Municípios com Assentamentos, Área e número de Famílias na região de Bauru, 1988-2010

Municípios	Assentamentos	Famílias	Área (Ha)	Anos
Promissão	3	823	20.152	2004-1999-1987
Cafelândia	1	3	21	2004
Guarantã	2	178	3.583	1995-2000
Getulina	1	49	768	2006
Pirajuí	1	7	166	1998
Presidente Alves	2	59	1.651	1994-1998
Bauru	1	344	5.262	2007
Piratininga	1	27	883	1999
Agudos	1	69	1.003	2006
Bocaina	1	29	268	2006

Fonte: DATALUTA (2010); Dados do Autor (2016)

Observamos que no município de Getulina, apesar de mobilizar mais de seis mil famílias, o número de famílias assentadas é de apenas 49, fruto de um processo de lutas de outro grupo que se consolidou a partir de 2005, obtendo a conquista em 2006 como atesta a tabela acima, ou seja, 13 anos após as lutas de 1993.

Gráfico 8 – Famílias em luta e famílias assentadas na RA de Bauru entre 1988/2010



■ Fonte: Dataluta, org. Márcio José dos Santos

Fonte: DATALUTA (2010); Dados do Autor (2016)

A disparidade entre o número de famílias envolvidas em conflitos agrários com o número de famílias efetivamente assentadas, deve-se ao fato de que a ausência de um efetivo plano de reforma agrária, impede que as famílias mesmo em conflitos agrários, possam ter acesso à terra. Desta forma, as famílias ficam anos embaixo da lona, lutando para pressionar o Estado em fazer valer a função social da terra, mas acabam por desanimar diante da demora e da inoperância programada do Estado em atender as reivindicações dos trabalhadores.

Figura 5 – Ocupação da falida Destilaria Guaricanga em Presidente Alves, região de Bauru



Fonte: Marcio José dos Santos (2010)

Se compararmos os dados das ocupações com a dos assentamentos (quadro 4 e 5 e gráfico 8) tomando como base os dados disponíveis pelo DATALUTA (2010), notaremos que enquanto foram realizadas na região 61 ocupações envolvendo 12.930 famílias, o número de famílias assentadas é de apenas 1588 divididos em 14 assentamentos, ou seja, 47 ocupações não se transformaram em assentamentos e 11.342 famílias envolvidas em ocupações não foram assentadas na região.

O quadro 5, nos ajuda a elucidar esta análise, demonstrando que nem todas as ocupações transformaram-se em assentamentos e muitos municípios onde houve ocupações não possuem assentamentos:

Quadro 5 – Número de ocupações e número de assentamentos na RA de Bauru

Municípios	Ocupações	Assentamentos
Sabino	1	0
Promissão	10	3
Guaíçara	1	0
Lins	1	0
Getulina	12	1
Guarantã	6	2
Pirajuí	1	1
Presidente Alves	3	2
Agudos	11	0
Cabralia Paulista	1	0
Borebi	9	0
Lençóis Paulista	1	0
Itapuí	1	0
Jaú	3	0
Bauru	0	1
Piratininga	0	1
Agudos	0	1
Bocaina	0	1
Cafelândia	0	1

Fonte: DATALUTA (2010); Dados do Autor (2016)

Isso significa que o Estado não atende as reivindicações dos trabalhadores, confirmando a hipótese de que o assentamento só é possível quando o nível de conflitualidade põe em risco a estabilidade política da região.

Estes assentamentos, embora contendo inúmeras limitações, inserem-se na vida social, política e econômica da região, influenciando nos rumos dos municípios, desde o povoamento do campo, desconcentração da terra, da renda e dos meios de produção em geral, afirmando também na prática a necessidade de se levar adiante estes projetos que intensificam o processo de democratização do campo e criando as condições objetivas para o verdadeiro desenvolvimento do país.

Há, porém, empecilhos que impedem com que os assentamentos de reforma agrária realmente se desenvolvam efetivamente. Estes empecilhos estão relacionados às demandas de infraestruturas como estradas, poços, eletrificações, barracões comunitários, agroindústrias. Bem como aos investimentos financeiros, como créditos específicos para as áreas de assentamentos, financiamento de atividades desenvolvidas por grupos específicos como mulheres e jovens, subsídios a aquisições de tecnologias compatíveis com as necessidades de um módulo de assentamento, ou planejamentos de uso coletivo, *etc.*

Os assentamentos de reforma agrária representam avanços, na medida em que se expandem espacialmente e atacam o latifúndio e se constituem enquanto território sob gestão dos trabalhadores, ou seja, quando contribuem com a desconcentração da terra, dos meios de produção e de poder, expresso na desconcentração de renda.

4.2 Assentamentos: o impasse entre a reforma agrária desejada e a obtida

A reforma agrária é parte constitutiva da questão agrária, pois a estrutura agrária brasileira apresenta características bastantes conflitivas como: concentração fundiária, descampesinação e dominação capitalista da agricultura, produção em grande parte destinada à exportação, centralização da produção, da renda e do lucro, *etc.* Por outro lado, há uma intensa pressão por parte de uma grande massa de trabalhadores rurais expropriados que lutam por uma ampla reforma agrária no país.

Porém, o que se apresenta como reforma agrária não passa de uma esporádica política de instalação de assentamentos rurais, frutos dos embates e pressões dos movimentos sociais organizados, que de fato de um programa e planejamento governamental ou de Estado. Para Oliveira (2007, p. 68), reforma agrária:

Constitui-se, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal.

De acordo com Oliveira (2007), a reforma agrária caracteriza-se por uma modificação profunda da estrutura agrária de uma determinada região ou de um país como um todo, visando constituir um novo reordenamento territorial, no sentido de ressignificação econômica da agricultura, principalmente para inserir a economia agrária no circuito de reprodução do sistema econômico do capital.

Diversos países capitalistas encontraram na reforma agrária uma espécie de “válvula de escape” para seu efetivo desenvolvimento, uma vez que, assentadas em uma base agrária mais democrática, os resultados econômicos surtem efeitos quase que de imediatos, não só porque a agricultura consumiria mais insumos da indústria, como também o rebaixamento do custo de reprodução do operário na cidade, através do barateamento de sua cesta básica, também tornaria mais viável para a acumulação capitalista.

No caso do Brasil, as políticas de instalação de assentamentos rurais desenvolvidas pelos governos estão longe de representar de fato uma reforma agrária, pois pouco se modifica na estrutura fundiária da região ou do país, visto que, representam ações dispersas e fragmentadas, representando apenas alguns pequenos lotes de terras, para acalmar as pressões e reivindicações conflitivas dos trabalhadores, que se organizam em luta pela terra, e, quase nada de intervenção do Estado ou de governos para modificar a tal estrutura fundiária e produzir um novo arranjo territorial.

Ao contrário, o que se observa é a evolução da concentração fundiária, como destacou Mendonça (2010), ou seja, por não haver nenhuma política ou programa de reforma agrária consistente e contínuo, e, com o intenso processo de valorização e rentabilidade da agricultura capitalista, nota-se um aumento na concentração fundiária no Brasil, representado pelo aumento também do índice de Gini, como nos demonstra Mendonça (2010, p. 5):

O mais recente Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006, revela que as propriedades com menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área rural, enquanto as propriedades com mais de 1.000 hectares representam 43% do total... O Censo revela que a concentração da propriedade da terra medida através do índice de Gini aumentou de 0,852 em 1996, para 0,872 em 2006. Portanto, o Brasil é ‘campeão’ mundial em concentração de terra e tem um dos piores índices mundiais em concentração de renda.

A instalação de assentamentos rurais são unicamente frutos da conflitualidade existente entre os movimentos sociais organizados, contra os

latifundiários. Na qual, o Estado, em todas as suas denominações escalares, intervém no conflito para atenuar o enfrentamento das classes antagônicas. Esta atenuação do conflito se dá muitas vezes através do braço coercitivo do Estado, ou, quando é possível, através de um pedaço de terra. Mas em geral, os assentamentos surgem sem qualquer planejamento econômico e social. O Estado acaba sendo obrigado a encontrar uma saída para o conflito, e esta saída se materializa em um assentamento de reforma agrária.

Analisando a atualidade da questão agrária brasileira, Germer (2007, p. 41) ressalta:

A reforma agrária é objeto de intensa luta política, que se desenrola entre um número relativamente pequeno de grandes empresas e fazendeiros individuais, proprietários da maior parte das terras e dos meios de produção agrícolas do país, por um lado, e a grande massa de trabalhadores rurais e pequenos agricultores pobres sem-terra, por outro, expropriados ou em vias de expropriação em decorrência do processo contínuo de centralização da terra e da riqueza, promovido pelo desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Nesta luta o Estado coloca-se sistematicamente ao lado dos proprietários, procurando distorcer os objetivos e os procedimentos da reforma agrária, mesmo nos aspectos respaldados pela lei.

O Estado, de maneira geral, se posiciona ao lado dos latifundiários capitalistas, seja através de despejos das terras ocupadas pelos trabalhadores ou através da perseguição e repressão, ou mesmo da morosidade ou falta de iniciativa e interesse dos governos em realizar na prática um processo de reforma agrária.

As iniciativas de desapropriação para fins de reforma agrária transformaram-se gradativamente ao longo do tempo num burocrático processo administrativo e judicial, na qual se perde sua essência em entevos administrativos, ocasionando um processo demorado e pouco objetivo, esgotando assim a possibilidade de realização de uma reforma agrária ampla, massiva e com as finalidades acima apontadas.

A história recente da luta pela terra na região tem demonstrado que este enfrentamento quando se intensifica e foge do controle do Estado, correndo o risco de se elevar o patamar do conflito das classes sociais no campo, os governos encontraram uma forma bastante genérica de resolver a contradição agrária, é neste bojo de complexidade da questão agrária que surge a política de implementação de assentamentos.

Deste modo, os assentamentos atuais deveriam ser encarados não como a reforma agrária pretendida originalmente, mas como uma forma objetiva ou materialização de um impasse: o impasse entre os sem-terra, por um lado,

que não conseguem alterar a estrutura agrária e social como desejariam, por falta de força suficiente para tanto e, por outro lado, o Estado e a burguesia que representa, que não conseguem esmagar os sem-terra, como desejariam. (GERMER, 2007, p. 49).

Porém estes trabalhadores são levados a “aceitar” o assentamento como forma de satisfazer suas necessidades imediatas, pois devido às múltiplas determinações da questão agrária, o assentamento de famílias acampados, diante das circunstâncias, acaba sendo uma conquista importante de uma demanda social bastante intensa.

Figura 6 – Ocupação da Prefeitura de Promissão pelos assentados para reivindicar o não fechamento de escolas no Assentamento Reunidas



Fonte: Marcio José dos Santos (2011)

A justificativa utilizada pelos órgãos do Estado é a de que a reforma agrária se torna uma medida cara e que o orçamento público não suporta os gastos exigidos nos processos desapropriatórios. Assim, assistimos diariamente à intensificação dos

conflitos através das ocupações de terras e a inoperância do poder público, frente à reivindicação dos trabalhadores.

De fato, o desenvolvimento do capitalismo e da classe burguesa no Brasil, apesar de pequenas desavenças, nunca produziu uma ruptura drástica entre o poder econômico dos proprietários rurais e a estrutura política de controle do Estado, até porque, o Estado brasileiro, desde o período colonial se organizou para exatamente manter esta estrutura econômica representada pelas oligarquias agrárias.

Mesmo no período da industrialização, entre os anos 1930/1970, onde houve um pouco mais de conflito por parte de alguns burgueses desejosos da reforma agrária, contra a estrutura agrária arcaica, esta ruptura não ocorreu, pois, o Estado se reorganizou para evitar tal ruptura, culminando em um golpe militar.

No entanto, há um fato concreto, a luta pela terra produziu uma contradição, e esta contradição se materializa no assentamento de reforma agrária, mas, como já afirmamos, assentamento não é reforma agrária, é uma alternativa pontual, pois não altera a estrutura agrária, tampouco é capaz de produzir um empoderamento político dos trabalhadores assentados, ao contrário, como demonstra algumas pesquisas, as famílias assentadas, em muitos casos, diante da falta de planejamento e interesse do Estado, acabam por se transformar numa espécie de proletários com lotes.

Samir Amin já em 1977, ao analisar a agricultura africana, detectou a existência de um número significativo de agricultores, denominados por ele como “produtores de troca”, ou seja, aquelas famílias que possuíam pequenas parcelas de terras, desenvolvia uma produção com base familiar, mas que não possuía autonomia alguma sobre sua produção, eram dominadas pelo mercado. Neste sentido, reforça Amin (1977, p. 37-38):

É rico o arsenal de meios administrativos posto em funcionamento para obrigar o camponês a produzir aquilo que querem que produza, da maneira como querem: há, desde uma ordem pura e simples, à velada (a da imposição pelo dinheiro, quando o ameaçam de lhe comprar um só produto) ou à obrigação decorrente da ação dita de promoção ou modernização dos serviços do ‘quadro rural’ [...] Dominado desta forma, o produtor de troca é desprovido do controle real de seus meios de produção. Continua, formalmente, proprietário no sentido burguês, individual, dos equipamentos; mas não é livre para produzir ou fazer escolhas baseadas na comparação de preços [...] Sua remuneração não comporta nem a contrapartida por sua propriedade da terra – a renda fundiária – nem ‘remuneração’ por seu ‘capital’, mas fica reduzida, pela dominação do capital, ao nível do valor de sua força de trabalho, ou mesmo a nível inferior [...] Um camponês reduzido a esta condição é um semiproletário: proletário, porque é subordinado à dominação do capital que o explora e tira dele a mais-valia; semiproletário, porque conserva a aparência de um produtor mercantil livre. Objetivamente

proletarizado, o camponês permanece, no plano de sua consciência de classe, um pequeno produtor.

Tendo em vista todas estas tendências norteadoras da reforma agrária, como pensar a inserção dos assentamentos rurais dentro desta estrutura? Certamente eles também são integrantes deste complexo, porém caminha a contramão da lógica do sistema, pois se dependesse somente da classe burguesa e pela estrutura do Estado jamais eles teriam existido, ou seja, o assentamento é uma conquista proporcionada pela luta e ofensiva da classe trabalhadora, na busca permanente pela manutenção de sua reprodução enquanto classe, ou como afirma Germer (2007, p.52), “uma armadilha para desvirtuar o verdadeiro sentido da reforma agrária”.

O processo de assentamentos realizado nas duas últimas décadas (fase contemporânea da reforma agrária) ocorre predominantemente em terras até então mantidas improdutivas devido à sua qualidade relativa inferior. A desapropriação é apresentada enganosamente como punição pela ociosidade da terra [...] O assentamento de famílias pobres, desprovidas de recursos produtivos e do conhecimento técnico adequado, em terras deste tipo, além de não corresponder ao conceito de reforma agrária, não constitui sequer uma política de fomento, pois não viabiliza a produção em condições adequadas pelos assentados. O que esta política produz, na maior parte dos casos, são assentamentos inviáveis, famílias frustradas nas suas expectativas de melhoria econômica, social e cultural e aplicação meramente assistencialista dos recursos públicos. É uma política que atende à pretensão dos representantes dos grandes proprietários de frustrar a realização da verdadeira reforma agrária através da instalação de assentamentos inviáveis, que são depois apresentados à sociedade como demonstração fabricada de que a reforma agrária é inviável. (GERMER, 2007, p. 52).

Neste complexo problema, os trabalhadores sem-terra, de certo modo, obtiveram pequenas vitórias, pois nas décadas passadas havia um consenso na sociedade que era inadmissível a permanência de gigantescas parcelas de terras em estágio pleno de ociosidade e, em contrapartida, levas de trabalhadores sem terras ou com terras insuficientes para sua reprodução.

Atualmente, a burguesia agrária, através de pesados investimentos estatais e de capitais internacionais, cravaram em uma parcela significativa da sociedade um consenso de que o agronegócio elevou a produtividade dos latifúndios ociosos e intensificaram a produção de alimentos, neste sentido, segundo bradam seus interlocutores, não há mais a necessidade da reforma agraria, pois, o agronegócio cumpriu a tarefa histórica delegada à reforma agraria, que é a modernização do campo e o aumento da produtividade agrícola.

Ou seja, atualmente o problema é ainda maior, pois nem mesmo os escassos e esporádicos assentamentos não são mais passíveis de conquistas, pois se no passado, dependendo da intensidade do conflito, os governos sob pressão assentavam famílias para diminuir conflitos, hoje a demanda por terras pelo agronegócio faz com que os governos em vez de desapropriar fazendas para instalar assentamentos, financie o agronegócio para investirem nas terras improdutivas a fim de torná-las produtivas, enterrando de vez qualquer possibilidade de democratização da posse da terra.

4.3 Reforma agrária popular, o debate do MST

Diante de um quadro tão adverso para a reforma agrária, o MST, (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), vem desenvolvendo nos últimos anos um esforço em atualizar a análise sobre a questão agrária atual, e propor uma reforma agrária de acordo com seu tempo histórico. A grande questão que paira, sobre o modelo de reforma agrária a ser defendido é a superação definitiva a respeito da chamada “Reforma Agrária Clássica” que segundo o MST:

No processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, o desafio de desenvolver o mercado interno para suas fábricas confrontou-se com a enorme concentração da propriedade da terra e o fato de que a maioria da população vivia no campo e sem renda, estava excluída desse mercado. Para resolver essa contradição, as burguesias industriais, que controlavam as estruturas do Estado, impuseram contra os interesses das oligarquias da propriedade da terra aos camponeses. (MST, 2013, p. 22).

Este foi o grande argumento para a realização da reforma agrária no Brasil, ou seja, uma reforma que antes mesmo de resolver o problema de acesso à terra pelos camponeses, pudesse atender as demandas do próprio capital, uma vez que a reforma agrária clássica seria uma etapa da industrialização e do desenvolvimento pleno do capitalismo, como aponta a análise do MST:

Essas mudanças nas estruturas fundiárias, feitas pelo Estado burguês, são chamadas reformas agrárias clássicas burguesas... em comum, elas têm as seguintes características básicas: eram realizadas pelas burguesias industriais; potencializavam o mercado interno através da democratização da propriedade da terra; e, buscaram transformar os camponeses em produtores e consumidores de mercadorias. (MST, 2013, p. 22).

O problema é que no Brasil, na totalidade de seu território, esta etapa nunca foi posta em questão pelo próprio capitalismo, deixando órfãos os defensores deste

tipo de reforma, pois, se a mesma é uma bandeira do capital industrial, e este capital empreende uma coexistência pacífica e harmoniosa com o latifúndio, os anseios por reformas não encontram ressonância, por alguns motivos chave como aponta o movimento.

A burguesia industrial brasileira nunca se constituiu como uma burguesia nacionalista, que queria desenvolver a nação; a indústria brasileira já nasceu dependente (do capital estrangeiro e de um mercado não de massas; a burguesia precisava ter ganhos com a superexploração da mão de obra fabril, e para isso era preciso ter um enorme exército industrial de reserva, formado pelos camponeses que migravam todos os anos para as cidades e pressionam os salários para baixo. (MST, 2013, p. 25).

Outro fator determinante está relacionado à herança colonial brasileira que alicerçou todo o processo de desenvolvimento do capitalismo baseada na grande exploração latifundiária, produtoras de monoculturas a fim de encontrar vantagens comparativas na divisão internacional do trabalho. Até o início do século XXI, o MST, principal movimento de luta pela reforma agrária no Brasil, ainda se pautava pela reforma agrária clássica, pois, apesar de saber que ela não se apresentava como uma necessidade do capital doméstico, ainda mantinha a esperança de que, com a eleição de um governo do campo popular, pudesse alterar minimamente as correlações de forças na sociedade, minimizar as influências externas e convencer uma parte da burguesia nacional da necessidade histórica de se implementar uma reforma agrária para desenvolver um capitalismo interno, menos dependente e mais estável e menos concentrador.

O problema é que o dito governo popular fez exatamente o contrário, alicerçou ainda mais as antigas bases latifundiárias, ao eleger como setor fundante da economia exatamente o agronegócio.

Com esse modelo, a burguesia, o Estado e os governos assumem plenamente a posição política de que não é mais necessária uma reforma agrária burguesa para o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira... então passam a combater a reforma agrária, mesmo a de versão clássica... e os movimentos populares que lutam pela terra [...] Ou seja, do ponto de vista do capital, considera-se que a questão agrária no Brasil está resolvida. (MST, 2013, p. 30).

O que fazer então diante de tal dilema? Seria trágico se os movimentos de luta pela reforma agrária sucumbissem diante de tal cenário, pois, como analisamos, a reforma agrária independente da vontade da burguesia e de governos, é uma necessidade de primeira ordem, inclusive para corrigir anomalias históricas do processo de desenvolvimento do capital neste território, na qual submetem a maioria

absoluta da população a uma eterna penúria diante da concentração absoluta da terra e da riqueza.

Algumas organizações de trabalhadores, diante deste cenário, abrem mão da luta e tentam se encaixar de alguma forma nesta realidade, abrindo mão de bandeiras históricas e contentando-se com seduções feitas pelo capitalismo ou pelo próprio Estado através dos governos. Estas seduções estão materializadas no processo de dominação do capital à agricultura familiar, no arrendamento das parcelas dos camponeses para as agroindústrias do agronegócio, na aceitação de políticas públicas mínimas para atenuar as desigualdades, e na cooptação dos setores populares do campo para se adaptar como mão de obra para o agronegócio e desistirem da luta pela terra, sendo que, agora é possível amenizar a fome aguda com os programas de auxílio social a exemplo das “Bolsa Família”.

O MST, inserido a esta conjuntura, realizou durante anos uma ampla consulta em sua base social e ciente destas políticas, lança uma proposta concreta, como cunha tática de combate a homogeneização do campo imposta pelo agronegócio, lançando em seu VI congresso um programa agrário que rompe definitivamente com o pensamento de reforma agrária clássica e propõe uma nova plataforma de luta em torno da reforma agrária.

Para isso, reforçam a urgência histórica de uma ampla reforma agrária que transforme radicalmente as bases da estrutura fundiária brasileira e:

Um novo projeto de país que precisa ser construído com todas as forças populares, voltado para atender os interesses e necessidades do povo brasileiro. Buscando assim, com a luta pela reforma agrária popular, acumular forças, obter conquistas para os camponeses e derrotas para as oligarquias rurais, organizar e politizar nossa base social, ampliar e consolidar o apoio da sociedade à nossa luta. É dessa forma que iremos construir nossa participação nas lutas de toda a classe trabalhadora para construir um processo revolucionário, que organize a sociedade e um novo modo de produção, sob os ideais do socialismo. (MST, 2013, p. 33 - 34).

O documento em questão rompe no sentido de que supera uma proposta de reforma agrária que parta da necessidade do capital, ao contrário, parte da necessidade dos trabalhadores em antagonismo ao capital, entendendo que este, não precisa de reforma agrária.

Na prática a reforma agrária popular também não é um programa socialista, como bem reconhece o MST, mas já não repousa também sobre uma estratégia

capitalista, por isso apontamos como uma “Cunha Tática” de reprojetar a reforma agrária a partir de interesse dos trabalhadores.

O MST demonstra estar antenado com o tempo histórico a qual vivenciamos, que aponta para um período de ausências de reformas estruturantes por parte do Estado burguês, ao contrário, o que se aponta no horizonte da luta de classes é um longo período sem reformas. Estamos nos referindo às reformas que propiciem concessões do Estado Burguês à classe trabalhadora, pois, reformas que vão a contramão disso, com certeza serão efetivadas, ou seja, aquilo que no passado foi caracterizado como contrarreformas.

Este é mais um dos elementos fundantes da reforma agrária popular, ou seja, reconhecer que reformas vindas do Estado Burguês com algum grau de concessão, já não é mais possível dentro do regime neoliberal. Isto significa que as reformas não serão feitas por concessões e sim por radicalidade política dos trabalhadores, que terão que ter a capacidade de projetar lutas que sejam capazes de romper com esta tendência neoliberal e garantir conquistas importantes, que, mesmo que tímidas e limitadas como é um assentamento de reforma agrária, mas que sinaliza a capacidade de resistência, de organização e de luta dos trabalhadores.

No caso dos assentamentos de reforma agrária, outra dimensão importante a ser analisada é que esta conquista se materializa na apropriação territorial por parte dos trabalhadores, evidente que a luta por saúde, educação, previdência também são lutas que quando os trabalhadores acumulam vitórias, devem ser encaradas como lutas territoriais da classe, no entanto, a conquista de uma fração delimitada do espaço geográfico possibilita uma maior capacidade de gestão do território, que como já dito anteriormente, não significa que seja estático ou definitivo, ao contrário, estará permanentemente permeados pelos conflitos internos ou externos, ocasionando processos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização (FERNANDES, 2004).

O ingrediente território é um elemento novo que o MST apresenta como conteúdo político e organizativo da luta pela terra no contexto da projeção da reforma agrária popular, a rigor, quase não se mencionava o território como processo organizativo, em geral, nos debates internos que presenciamos ao longo de anos de inserção orgânica no movimento, o território era tratado como localização de um

assentamento, orientação geográfica ou mesmo para definir um campo de atuação de um coletivo.

No âmbito da reforma agrária popular, o MST incorpora o conceito território como uma fração do espaço geográfico conquistado através da luta de classes, entre trabalhadores camponeses contra os latifundiários capitalistas. Esta fração do espaço geográfico deve se conformar como uma relação econômica, política, cultural e social que expresse uma relação de poder alternativo e superior humanisticamente ao território do capital, ou seja, o território conquistado pelos trabalhadores deve se pautar por relações coletivamente construídas e que busquem referências anticapitalistas, mesmo dentro da ordem capitalista.

Neste contexto, elementos como a agroecologia em antagonismo à monocultura, transgênico e agrotóxicos; espaços comunitários em antagonismo à propriedade privada, cooperação do trabalho, ou trabalho associado em antagonismo à separação trabalhador e meios de produção, combatendo assim a lógica da proletarianização e assalariamento; educação de classe, amparado na realidade do campo em oposição à lógica da educação compartimentada, da educação como amoldamento e adestramento para a reprodução das relações sociais de produção. Enfim, o MST incorpora vários elementos políticos/organizativos que buscam superar a reforma agrária clássica como medida distributiva/produtivista e projeta uma reforma agrária balizada por pautas populares, buscando construir um modelo que desenvolva um processo de ruptura com o modelo de agricultura adotado e reproduzido pelo agronegócio.

Os fundamentos da reforma agrária popular foram sistematizados pelo MST em 9 tópicos. A seguir listaremos alguns deles para evidenciar a superação das propostas de reforma agrária clássica, em relação a proposta defendida pelo MST:

1. A terra e todos os bens da natureza em nosso território precisam estar a serviço de todo o povo brasileiro, impedindo a concentração da propriedade privada, estabelecendo tamanho máximo de propriedade e eliminando o latifúndio.
2. Construir a soberania alimentar, produzindo alimentos saudáveis em cada região do país, para atender todas as necessidades do povo, de acordo com seus hábitos alimentares e culturais.

3. O desenvolvimento da produção agrícola deve ser diversificado, utilizando-se de técnicas de produção agroecológicas e máquinas agrícolas socialmente adaptadas.
4. Preservar, multiplicar e difundir as sementes crioulas, sejam as tradicionais ou melhoradas, de acordo com a diversidade do nosso clima e biomas, para que todos os agricultores tenham acesso a elas; e se mantenha a soberania nacional da produção.
5. A água e as florestas nativas são recursos da natureza e eles devem ser tratados como um direito de todo cidadão. Não pode ser considerado uma mercadoria e nem objeto de apropriação privada.
6. Implementar as formas diversas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais no campo.
7. Respeitar e demarcar todas as áreas pertencentes ou de usufruto das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e de pescadores artesanais.
8. Impedir que o capital estrangeiro se aproprie de terras, territórios, água, minérios e outros recursos da natureza.
9. Todas as pessoas que vivem no meio rural têm direito a educação pública, de qualidade, em todos os níveis, assim como desenvolver sua cultura e identidade social.

Enfim, no nosso entendimento estes pontos pautados pelo MST, coloca a luta pela terra em outro patamar, faz com que a luta evolua de uma reivindicação economicista/distributivista para abranger pautas mais gerais de interesse dos trabalhadores e da maioria da população. A lógica destrutiva do capital exige com que as organizações de trabalhadores evoluam de suas reivindicações corporativas e comecem a pautar questões a longo prazo, cremos que o MST através do debate da reforma agrária popular dá um passo importante nesta perspectiva.

5 CONCLUSÃO

A questão agrária brasileira possui um elo de unidade que se materializa no alto grau de concentração da terra e da riqueza, fruto do desenvolvimento do modo de produção capitalista aqui desenvolvido que teve na organização da grande exploração agropecuária as bases para o processo de acumulação. No entanto, há particularidades que somente são sistematizadas quando realizamos o esforço de pesquisar esta temática numa escala menor, possibilitando um maior detalhamento dos processos.

O estudo regional da questão agrária nos possibilita unir os densos estudos da questão agrária nacional com as particularidades ocorridas nos processos regionais que possuem elementos poucos sistematizados pelas ciências. Muitas vezes estas pesquisas são tratados como estudo de caso, desconstruindo enormes contribuições na montagem do quebra-cabeça da história do capitalismo e os processos de resistência populares.

Nosso trabalho teve a preocupação de analisar histórica e geograficamente o desenvolvimento do capitalismo em âmbito regional, pesquisando desde o processo de colonização dos chamados sertões paulistas, até chegarmos no modelo do agronegócio, que na análise de Santos (2001), sintetiza um acúmulo desigual de tempos e de técnicas, mas que não há ruptura entre passado e presente, ambos seguem a mesma lógica.

A acumulação capitalista na região de Bauru é fruto de um intenso processo de expansão da agricultura cafeeira, que em fins do século XIX possibilitava aos grandes cafeicultores acumularem volumosos capitais, parte deles cristalizados em terras, ferrovias, animais de tração, *etc.*, outra parte financiava expansões futuras, gerando um ciclo vultoso de especulações por novos territórios. Este processo foi abordado no segundo capítulo deste trabalho, na qual buscamos reconstruir historicamente a gênese do capitalismo agrário nesta fração do espaço geográfico, descrevendo inclusive a velocidade e violência deste processo.

Embora buscamos sempre a coerência com os processos geo/histórico, tivemos dificuldades em realizar o elo entre a gênese do capitalismo na região com suas formas atuais. Este elo ficou prejudicado ao não abordarmos a transição da forma colonato para o assalariamento, e também a transição da cafeicultura para

outras atividades. No entanto, acreditamos que o trabalho ficaria muito extenso e não atingiríamos o objetivo de estudar o agronegócio e suas contradições.

As contradições espaciais e territoriais do agronegócio são heranças das formas do passado. A estrutura agrária herdada do passado que dá sustentação ao modelo econômico do agronegócio, este traz consigo toda a carga de conflitos pela terra e pela riqueza produzida na agricultura.

A forma latifundiária de exploração agrícola impede que milhares de trabalhadores tenham acesso à terra, produzindo um modelo agrícola sem camponeses, na qual a terra fica aprisionada nas mãos de uma ínfima minoria de latifundiários capitalistas, enquanto milhares de trabalhadores se instalam nas cidades, que são em sua maioria cidades agrícolas, tendo como função o fornecimento de mão de obra barata para o agronegócio.

A contradição se acirra quando com o processo de globalização e neoliberalização capitalista, a agricultura vai se mundializando cada vez mais, transformando a agricultura num negócio altamente rentável, por isso dominada pelas grandes corporações transnacionais, que se aproveitam da perversa estrutura fundiária para explorar as terras, o clima, os recursos hídricos e principalmente a mão de obra do proletariado agrícola regional, explorando sobremaneira trabalhadores que trabalham em condições sub-humanas quando não sob regimes de trabalhos escravo como ocorre largamente na região.

Outra contradição analisada neste trabalho, relaciona-se ao preço cada vez mais alto dos alimentos, fruto da expansão da produção de *commodities* destinadas ao mercado internacional em relação às produções com finalidades domésticas, que fazem parte da cesta básica da classe trabalhadora. Demonstramos que enquanto a área plantada do agronegócio com vistas ao mercado externo se expande vertiginosamente, a produção de alguns gêneros alimentares despencou preocupantemente nas últimas décadas.

Na elaboração do projeto de pesquisa, para a produção deste trabalho, um dos nossos objetivos se repousavam sobre uma problemática que nos aguçou naquele período (2013). Naquele momento desenvolvemos um projeto de pesquisa que tinha a seguinte temática: “Produção de *commodities* e produção de alimentos básicos na região de Bauru: a contradição que virou dilema no início do século XXI”. Nossa intenção era a de pesquisar a expansão da agricultura de *commodities*

desenvolvida pelo agronegócio face a retração da produção de alimentos básicos. O que nos aguçava era a alta no preço dos alimentos que naquele período chegou a cotações astronômicas.

Passados três anos de pesquisa, a temática novamente vem à tona, aliás, em 2013 as cotações eram irrisórias se comparadas as atuais. O feijão, por exemplo, naquele ano chegou a ser cotado a oito reais o quilograma nos supermercados, atualmente seu preço se aproxima de quinze reais.

Porém, no desenvolver da pesquisa, notamos que pesquisar somente a expansão da produção de commodities e a retração da produção de alimentos era limitado. Apostamos então numa pesquisa um pouco mais abrangente. Optamos em pesquisar a questão agrária regional, para isso, resolvemos começar no início do desenvolvimento do capitalismo na região de Bauru, e nos apropriamos de alguns elementos da história regional, refazendo um caminho que é pouco realizado. No entanto, devido aos objetivos do trabalho e da dimensão que isto causaria, optamos por apenas analisar a gênese do capitalismo na região.

Entendido as bases de desenvolvimento do capitalismo agrário na região de Bauru, traçamos um paralelo entre as heranças da cafeicultura, atividade propulsora das relações capitalistas na região em contraste com o perfil do agronegócio regional, suas características e suas tendências, entendendo-o como um processo contínuo de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, e que para isso é necessário preservar as estruturas arcaicas que lhe dão sustentação.

A luta pela terra e pela reforma agrária na região de Bauru é um dos poucos obstáculos que se opõe as tendências do agronegócio, aliás, mesmo sendo uma luta importante, não consegue estabelecer uma disputa minimamente equilibrada, pois o agronegócio dispõe de artilharia pesada, baseado no poder econômico que submete todas as esferas da sociedade a sua dominação. Mesmo com tanta disparidade os trabalhadores lograram de pequenas conquistas ao longo dos anos, e o desafio imediato é manter as conquistas e continuar lutando para obterem mais conquistas, mesmo diante da morosidade do Estado.

Nosso entendimento, é que o resultado do trabalho ao que propomos é satisfatório. Reconhecemos as limitações do mesmo, poderia explorar outros elementos e aprofundar ainda mais nas questões levantadas, principalmente se tivéssemos condições de realizar um profundo e extenso trabalho de campo por toda

a região, o que demandaria um tempo muito maior. Acreditamos assim que, organizando melhor o trabalho, o resultado foi para além do esperado.

Por fim, acreditamos que seja importante opinarmos nesta conclusão sobre as questões conjunturais que afetam o Brasil neste momento histórico, pois, são mais que questões conjunturais, as consequências serão conhecidas a longo prazo, na qual impactará profundamente a questão agrária brasileira nos próximos anos.

No período de desenvolvimento desta dissertação, questões relevantes ocorreram no Brasil. Uma grave crise assola o país, esta crise possui na análise dos Movimentos Sociais, algumas variáveis de caráter estrutural, que não serão resolvidos a curto prazo, aliás algumas não serão superadas dentro do modo de produção capitalista porque são consequências de sua natureza, fruto de suas contradições.

As crises apontadas são de caráter econômica, política, social e ambiental. A crise econômica está relacionada aos limites de acumulação do capital que não consegue manter os padrões de acumulação de anos anteriores. No caso do Brasil, nos primeiros 15 anos do século XXI, principalmente após a crise financeira de 1998, dezenas de corporações financeiras/especulativas, procuraram economias em desenvolvimento para investir somas de capitais que estavam na forma financeira, espalhada pelas instituições mundo afora, para aportar temporariamente somas de dinheiro em negócios. A agricultura foi um destes portos seguros.

No entanto, uma vez que a crise vai aumentando e ganhando dimensões de tsunami, a segurança dos capitais aqui investidos vai diminuindo, fazendo com que os investimentos recuem ou migrem para outras regiões do planeta. Por outro lado, os grandes investimentos realizados através de obras de infraestrutura, financiadas pelo Estado começam a arrefecer, as grandes empresas, principalmente empreiteiras, imobiliárias, incorporadoras, também começam a pisar no freio, causando uma desaceleração econômica que se generaliza para outros setores da economia, como automobilísticos, maquinários agrícolas etc.

Porém, o capital não aceita a diminuição nos padrões de acumulação e por isso tiram o pé da produção e passam a agir na esfera da especulação, isto é sentido pela pressão permanente para o aumento das taxas de juros, na qual o efeito imediato é o aumento da dívida pública que força o Estado a estabelecer uma política de austeridade, aumento do superávit primário para garantir o pagamento de juros da

dívida pública, somente nesta manobra o capital que opera na forma financeira conseguem captar bilhões de reais por ano.

Os gastos do governo com juros são altos e devem permanecer em níveis elevados. Só neste ano, R\$ 277,3 bilhões estão autorizados em orçamento com “juros e encargos da dívida”. O montante é semelhante ao que o governo federal desembolsou para o principal programa social, o Bolsa Família. Nos últimos 15 anos, R\$ 221,7 bilhões foram destinados para transferência de renda às famílias mais carentes do país. (CONTAS ABERTAS, 2015, p.1).

A política de ajuste fiscal promovida pelos governos, a fim de disponibilizar dinheiro para manter o compromisso com credores da dívida pública brasileira, ataca fundamentalmente as políticas públicas que beneficiam diretamente os trabalhadores, como a educação, saúde, previdência, habitação, saneamento básico, transporte público, reforma agrária, etc.

Com a desaceleração do crescimento econômico, milhões de postos de trabalhos foram fechados, aumentando a crise que ganha outra característica, crise social. No Brasil a disparidade entre os mais ricos com os mais pobres, é astronômico.

Com base em dados o IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física), é possível estimar que, em 2012, os 50% dos brasileiros mais pobres detinham apenas 2% da riqueza, 36,99% ficavam com 10,60% e 13,01% com 87,40%. Uma parcela menor entre os mais ricos, 0,21%, era dona de 40,81% do total. (BRASIL DEBATE..., 2015, p.1).

A concentração de renda no Brasil é causa e efeito de um país que mantém historicamente privilégios à elite burguesa, negando às classes subalternas qualquer participação na riqueza produzida socialmente. Isso é reflexo também da não realização, no passado, de reformas estruturais que permitissem um desenvolvimento menos agressivo no país. Reformas como a agrária, urbana, tributária mesmo que não alterasse a lógica do capital, de controle dos meios de produção pela elite econômica, produziram um cenário menos desigual como os dias de hoje.

O que se assiste diariamente são milhões de trabalhadores encurralados nas periferias das grandes cidades, vivendo em condições de extrema pobreza, tendo que levar a vida aos imprevistos para conseguir se manter enquanto seres humanos, ao passo que nos condomínios luxuosos a burguesia se deleita nas extravagâncias de seus privilégios.

A crise ambiental é sentida principalmente pela característica do modelo de desenvolvimento brasileiro, embasado em economia primária exportadora, condição a qual é imposta pela divisão internacional do trabalho, na qual a burguesia brasileira aceita passivamente sem constrangimentos. Esta característica de economia primária

exportadora faz com que o Brasil avance de forma desenfreada sobre a natureza, extraindo riquezas sem precedentes para atender as demandas internacionais por matérias-primas. O caso da expansão do agronegócio sobre o cerrado e a Amazônia embora imperceptíveis a curto prazo, são atrocidades que ofuscam de longe a tragédia promovida pela mineradora Vale em Mariana-MG.

A desestabilização do bioma cerrado e do bioma amazônico causarão impactos ambientais e climáticos de difícil previsão. A contaminação por agrotóxicos das bacias hidrográficas, a aceleração do processo de erosão do solo, a contaminação dos alimentos pela utilização sem precedentes de agrotóxicos e de fertilizantes sintéticos, promovem diariamente o envenenamento da população. Por outro lado, a extração de minérios também impõe à natureza e aos trabalhadores condições extremas de esgotamento, relegando às futuras gerações impactos irreversíveis.

Os pesquisadores até hoje ainda não possuem a certeza se houve ou não alterações climáticas nos últimos 30 anos no Brasil, mas já há indícios de que a destruição da vegetação impactará profundamente nos regimes de chuvas em algumas regiões do país, fazendo com que a população mais desfavorecida pague a conta. Camponeses pobres verão sua capacidade produtiva se esgotar décadas após décadas, enquanto que os trabalhadores urbanos verão a oferta de alimentos se aprisionarem nas grandes redes de supermercados na qual os preços, dia após dia, se tornam inacessíveis.

Por último, a crise conjuntural mais comentada está relacionada à crise política. A deposição de uma presidenta eleita democraticamente pelo voto popular é apenas a ponta do iceberg desta crise. Não é absurdo afirmar que interesses imperialistas agem nos bastidores para a desestabilização de governos mundo afora. Os limites da acumulação de capital promovem um movimento global, orquestrado pelas grandes corporações transnacionais, a partir dos chamados governos mundiais de pressões para a imposição de políticas liberais.

O que está em discussão não é apenas a livre circulação de mercadorias, ao contrário, notamos que há um movimento nacionalista e protecionista muito forte em marcha em vários países, principalmente os de economias fortes, na qual querem impor até mesmo mecanismos de controle de circulação da mercadoria força de trabalho. Mas o que se aponta é um processo de desestabilização dos Estados

Nações em desenvolvimento, através do sucateamento de políticas básicas como educação, saúde, segurança pública, pesquisa, *etc.*

O governo interino, de cunho golpista já dá sinais de como as pressões do capital vão agir nos próximos anos. A pauta em debate prevê uma reforma agressiva da previdência aumentando a idade mínima de aposentadoria, acabando com a seguridade especial, que garantia o acesso à aposentadoria a milhões de trabalhadores principalmente os camponeses. Além da reforma da previdência também se debate a privatização da educação básica, das universidades, do sistema único de saúde, dos serviços de correios, *etc.*

No parlamento o que se assiste diariamente é a lógica da barganha operando livremente, e os parlamentares salvo exceções são, nada mais nada menos que representantes de grupos econômicos que lhes financiam e exigem políticas de privilégios aos seus negócios, promovendo a corrupção, os mandos e desmandos e nenhuma garantia aos trabalhadores.

Isso gera uma crise de representatividade, promovendo uma pressão subjetiva nos trabalhadores para que incorporem a noção de que não há alternativa, a saída é aumentar sua carga de trabalho para melhorar suas condições de vida. O apego a ideias ultraconservadoras faz parte do processo cotidiano, veiculada pelas grandes mídias, de que a situação é catastrófica e não há alternativa, fazendo com que os trabalhadores percam o horizonte da luta de classes e se domesticem para o trabalho.

No campo, a instabilidade política, casado com uma onda conservadora e a sanha do capital, vem promovendo um cenário nada animador. Além da reforma agrária que agoniza, (o governo Dilma foi o governo que menos desapropriou terras para fins de Reforma Agrária desde o período de redemocratização na década de 1980). O ano de 2015 entrou para a história como o ano que não existiu para a reforma agrária, o ano do decreto zero, nenhuma área foi decretada neste ano, fato inédito nos últimos 30 anos.

Além da não realização da reforma agrária, as conquistas do passado sofrem graves ameaças. Há uma política em andamento de emancipação dos assentamentos, que nada mais é que a privatização dos mesmos, ao transformar terras públicas em propriedade privada. A longo prazo, devido a situação de

precariedade a que estes são submetidos, o que pode vir a ocorrer é a especulação imobiliária e a reconcentração fundiária nas áreas de assentamentos.

Além disso, políticas que garantiam um mercado mais justo, e com garantias institucionais como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foram suspensas e não há previsão de retomada, isto possui impactos imediatos, milhares de camponeses em todo o Brasil sofrerão com o encolhimento de sua renda e sua produção sem garantias de mercado, por outro lado, milhões de trabalhadores nas cidades que dependiam desta política para ter acesso à alimentação, não terão comida suficiente para acalmar a fome.

No caso da merenda escolar que obrigava as prefeituras a comprarem no mínimo 30% da agricultura familiar camponesa, o problema é mais grave, a perspectiva é de que além dos trabalhadores não terem garantidos seu direito de venda de seus produtos, a tendência é que se retome as especulações por parte das grandes empresas alimentares que fornecem alimentos industrializados, na qual produzem impactos alarmantes na dieta alimentar de milhões de crianças.

A promoção de um governo golpista, junto à crise de representatividade e a instabilidade na legalidade burguesa já dão indícios de que os direitos humanos serão atacados fortemente. Lideranças camponesas já começam a sofrer perseguições políticas, como é caso da prisão de lideranças camponesas em Goiás, do assassinato de trabalhadores no Paraná, do genocídio da população indígena no Mato Grosso do Sul e da escalada de violência promovida em todo o país. Ultraconservadores postados no parlamento e na mídia proclamam livremente a recorrência aos fuzis para combater as ocupações de terras e às resistências camponesas contra o avanço do capital sobre suas áreas, produzindo um conflito desigual onde por um lado trabalhadores sem amparo contra capitalistas latifundiários gozando do respaldo do judiciário, das polícias e recorrendo às armas de fogo para coagir trabalhadores.

Por fim, o cenário é preocupante, mas abre possibilidades da luta popular sair da inércia a que estava submetida nos últimos anos, e, recompor novamente uma aliança entre trabalhadores do campo e da cidade para lutar contra a ofensiva destrutiva do capital, garantindo a manutenção de direitos historicamente conquistados através de muita luta. O que se apresenta em curto prazo é um processo

de pressão sobre os direitos, mas isto pode produzir descontentamentos populares, na qual, se canalizadas coerentemente de acordo com os verdadeiros anseios da classe trabalhadora, poderá produzir a médio e longo prazo, novamente um bloco histórico de lutas que não poderá seguir outro caminho a não ser lutas anticapitalistas, pois a garantia dos direitos e a conquista de mais direitos é incompatível com a lógica do capital, que precisa encontrar limites para seu processo de destruição e este limite é a classe trabalhadora organizada.

REFERÊNCIAS

AMIM, S. **A questão agrária e o capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BRASIL DEBATE e a renda: 0,9% dos brasileiros detêm 60% da riqueza, **Viomundo**, 2015. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/brasil-debate-absurda-concentracao-de-renda-09-dos-brasileiros-detem-60-da-riqueza.html> Acesso em: 16 dez. 2015.

CAMACHO, R. S. O agronegócio latifundiário *versus* a agricultura camponesa: a luta política e pedagógica do campesinato. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária [Anais], São Paulo, 2009.

CANÁRIO, P. Justiça bloqueia registro de fazenda ocupada pela Cutrale. **Consultor Jurídico**, 2013. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-jul-12/justica-federal-sp-bloqueia-matricula-fazenda-ocupada-cutrale>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CARDOSO, C. F. S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARVALHO, H. M. Impactos econômicos, sociais e ambientais devido à expansão da oferta do etanol no Brasil. **Revista da associação brasileira de reforma agrária – ABRA**, São Paulo, v. 34, n. 2, Jul./dez. 2007.

CARVALHO, H. M. A readequação do estado aos interesses do capital: o crescimento o da pobreza e da fome no mundo. **NERA**, julho de 2009.

CONTAS ABERTAS. 2015. Disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/webiste/arquivos/11858> Acesso em: 10 dez. 2015.

CORRÊA, R. L. **Espaço**: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

FERNANDES, E. **Fronteira e população: um estudo sobre a formação de famílias no povoamento da região centro-oeste de São Paulo, século XIX**. 2008. Tese de doutoramento em história. Franca, Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Unesp, 2008.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. Governança da terra no Brasil, **Framing the Debate Series**, Roma, n. 2. ILC, 2012.

FERNANDES, B. M. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Revista da associação brasileira de reforma agrária – ABRA**, v. 34, n. 2, Jul./dez. 2007.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação da MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**, Universidade de São Paulo, 1994.

GERMER, C. O sentido histórico da reforma agrária como processo de redistribuição da terra e da riqueza. **Revista da associação brasileira de reforma agrária – ABRA**, São Paulo, v. 34, n. 2, Jul./dez. 2007.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Presidente Prudente, 2008.

GOMES, P. C. da C. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GORENDER, J. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo Brasileiro**. Santa Maria, RS, UFSM, [s.d.].

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

LIMA, J. F. T. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. Dissertação de mestrado em ciências humanas na área de história social. São Paulo, FFLCH USP, 1978.

MAGDOFF, F. Comida como mercadoria. **Monthly Review**. Tradução de Revista Retratos do Brasil, 2012.

MARX, K. **A assim chamada acumulação primitiva: o Capital**. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

MENDONÇA, M. L. **O monopólio da terra e os direitos humanos no Brasil**. Abr. 2011. Disponível em: www.social.org.br Acesso em: 16 dez. 2015.

MENDONÇA, M. L.; PITTA, F. T.; XAVIER, C. V. **A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial**. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MPT pede condenação de empresa com fazendas na região de Bauru, **G1**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2015/02/mpt-pede-condenacao-de-empresa-com-fazendas-na-regiao-de-bauru.html> Acesso em: 29 nov. 2015.

MST. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Programa Agrário do MST**: texto em Construção para o VI congresso Nacional. São Paulo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2013.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Estudos Avançados, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PERILLO, S. R. **Migração em São Paulo. Região de Governo de Bauru**. Núcleo de Estudos de População – NEPO, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 1992.

PESSOA, L. Propriedades de mais de mil hectares ocupam 45% da área rural do Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1571133-propriedades-de-mais-de-mil-hectares-ocupam-45-da-area-rural-do-brasil.shtml> Acesso em: 29 nov. 2015.

PRADO JÚNIOR, C. P. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba - SP, v. 50, n. 3, p. 503-524, Jul./Set. 2012.

STOLCKE, V. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

SAMPAIO JÚNIOR, P. de A. **Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária**. Mimeografado, 2012.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: OSAL Observatório Social de América Latina, CLACSO, Buenos Aires, ano 6, n. 16, jun. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> Acesso em: 17 dez. 2016.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **O espaço e seus elementos, questão de método**. In: Espaço e Método. São Paulo: NOBEL, 1985.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.